



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 82

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 27 de novembro de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

No último dia de trabalhos sobre a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 41/X – “Plano Anual Regional para 2015”](#) e sobre a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/X – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015”](#), usaram da palavra as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Cláudia Cardoso (*PS*), Ana Espínola (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados José Ávila (*PS*), Paulo Borges (*PS*), Luís Garcia (*PSD*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), José Contente (*PS*), António Ventura (*PSD*), Luís Rendeiro (*PSD*), António Parreira (*PS*), Renato Cordeiro (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Cláudio Almeida (*PSD*), Marta Couto (*PS*), José Andrade (*PSD*), Pedro Moura (*PS*), José San-Bento (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Participaram ainda no debate os Srs. Secretários Regionais do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*), da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*), a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*), o Sr. Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (*Rodrigo Oliveira*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Proferiram intervenções finais os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Artur

Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*), Berto Messias (*PS*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Seguiu-se o **recurso sobre a admissibilidade de uma proposta de alteração** apresentada pela Representação do PCP.

Justificado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*) e o Sr. Deputado Félix Rodrigues (*CDS-PP*).

Submetido à votação o recurso foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Posteriormente iniciou-se a votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 41/X – “Plano Anual Regional para 2015”**, a qual foi aprovada por maioria, tanto na generalidade como em votação final global.

No debate, participaram os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), os Srs. Deputados Luís Garcia (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Iasalde Nunes (*PS*), as Sras. Deputadas Judite Parreira (*PSD*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), os Srs. Deputados Luís Maurício (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), António Ventura (*PSD*), as Sras. Deputadas Cláudia Cardoso (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Manuel Pereira (*PS*), Ricardo Cabral (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Bruto da Costa (*PSD*), a Sra. Deputada Arlinda Nunes (*PS*), o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), Francisco Coelho (*PS*), a Sra. Deputada Benilde Oliveira (*PS*), Paulo Borges (*PS*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*) e a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Finda a votação sobre a Proposta de Plano para 2015, proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se a votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/X – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015”**, tendo sido aprovada por maioria na generalidade e em votação final global, usando da palavra no debate na especialidade o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco Coelho (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Por fim foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de novembro de 2014**.

Os trabalhos terminaram às 6 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que faça a chamada, por favor.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
André Jorge Dionísio **Bradford**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Arlinda Maria Focha **Nunes**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarde Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Joaquim Ferreira Machado
José Maria de Medeiros Andrade
Luís Carlos Correia Garcia
Luís Maurício Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz Rendeiro
Maria Judite Gomes Parreira
Paulo Henrique Parece Baptista
Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro
Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola
Artur Manuel Leal de Lima
António Félix Flores Rodrigues

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, significa que temos quórum, por isso declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos desta manhã com a intervenção do Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Plano para 2015 prossegue os grandes objetivos do Programa do Governo para os setores do Mar, Ciência e Tecnologia e centra-se em três grandes prioridades:

- O aumento dos rendimentos do setor da pesca e, em particular, dos pescadores;
- O aproveitamento sustentável do enorme potencial que o Mar nos oferece; e
- O reforço da ligação entre o sistema científico e tecnológico regional e os agentes económicos.

As propostas para o setor das pescas espelham a aposta do Governo dos Açores na implementação de políticas de fortalecimento deste ramo da nossa economia, que é responsável por 20% das exportações regionais.

É cada vez mais consensual que devemos promover uma mudança de paradigma no setor, envolvendo os pescadores crescentemente no processamento e comercialização de pescado, e fomentando pescarias mais rentáveis.

O desafio será o de pescar menos e vender melhor, marcando a diferença pela qualidade do produto, e permitindo que os rendimentos gerados na cadeia de valor sejam distribuídos com maior benefício para os pescadores.

Simultaneamente, pretendemos fomentar novas formas de transformação e comercialização das nossas espécies com menor valor comercial, para substituir a importação para a Região de produtos congelados de menor qualidade.

Com um investimento total de 24,6 milhões de euros no setor das pescas, a proposta de Plano para 2015 prevê intervenções nas infraestruturas portuárias, na frota e recursos humanos, e uma série de apoios cujos efeitos combinados potenciam os rendimentos do setor.

A presente proposta de plano prevê importantes investimentos na rede de frio, que é fundamental para a desejada valorização do pescado. A conclusão do entreposto frigorífico de Ponta Delgada, a requalificação das lotas da Madalena e de Vila do Porto, e a montagem das novas centrais de produção de gelo na Horta, Madalena, Praia da Vitória e São Mateus, constituem contributos fundamentais para atingirmos este objetivo, e refletem o empenho do Governo em cumprir as promessas feitas.

Em conjunto, estas novas estruturas de apoio às pescas, cobrem diretamente mais de 95% do pescado descarregado nos Açores.

Num esforço crescente de investimento público, destacam-se ainda as intervenções em portos de pesca, que visam capacitar cada vez mais a Região de condições que melhorem a qualidade dos produtos da pesca e as condições de trabalho dos profissionais do setor.

Neste âmbito, e uma vez mais dando cumprimento aos compromissos eleitorais assumidos, serão finalizados os projetos de melhoria das condições de operacionalidade e segurança do molhe do porto da Ribeira Quente e para a melhoria das condições operacionais do porto do Topo, prevendo-se o lançamento dos procedimentos destas empreitadas no decorrer do próximo ano. Proceder-se-á ainda ao reforço da proteção do Porto da Manhê e à conclusão da obra de construção da oficina de embarcações da Praia da Vitória.

Em 2015 será promovida também a renovação e melhoria dos equipamentos de alagem em diversos portos da Região, dando assim acolhimento às preocupações que as associações do setor nos transmitiram no seu parecer a esta proposta de Plano e Orçamento.

A propósito, saliento a enorme importância que o Governo dos Açores atribui ao diálogo regular com as associações do setor, que está bem patente na abordagem de concertação que temos prosseguido e está também claramente refletida nesta proposta de Plano e Orçamento, através dos apoios ao funcionamento destas associações.

Destaco ainda o incremento das verbas destinadas à formação que permitirão em 2015 mais cursos de pescador, de modo a dotar os profissionais deste setor com a certificação de que necessitam e lhes atribuir capacidades para melhor

valorizarem o produto do seu trabalho e melhor gerirem os recursos que exploram.

Temos de ter bem presente que a sustentabilidade ecológica do setor das pescas será cada vez mais mensurável e um fator determinante para o futuro desta atividade.

Em particular, a capacidade de recuperar as unidades populacionais mais degradadas, ainda que influenciadas por fatores ambientais e climáticos, dependerá do ajustamento do nosso esforço de pesca aos limites ecológicos que os dados científicos indiquem ser duráveis.

Em 2015 haverá uma aposta reforçada na fiscalização das pescas, em linha com o que as associações de pescadores e armadores têm solicitado ao Governo. Haverá um reforço de 16% das verbas destinadas às atividades inspetivas, para melhorar o controlo, inspeção e fiscalização da atividade em todo o território da Região.

Para além de outras medidas, serão aplicadas sanções mais severas para quem infringir a lei de forma recorrente e serão utilizadas novas tecnologias, como videovigilância e utilização experimental de aeronaves não-tripuladas, que nos permitam aumentar a capacidade de fiscalização e inspeção em áreas de difícil acesso.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores vê no Mar um vetor de crescimento económico e criação de emprego e, por isso, assumiu-o como um dos pilares da Estratégia para a Especialização Inteligente dos Açores – RIS3.

Esta opção assenta em princípios que nos permitirão continuar a ser uma região única nos contextos nacional e europeu, pela nossa cultura marítima e pela forma sustentável como nos relacionamos com o mar e os seus recursos.

O nosso quadro legal para os assuntos do mar é moderno e bem integrado nos contextos europeu e nacional. No entanto, continuaremos a adaptá-lo para que ele responda ao dinamismo da nossa realidade regional e funcione como um facilitador das atividades económicas.

Em 2015, constituem prioridades do Governo a aposta na investigação científica dirigida ao Mar e a consolidação das atividades marítimas tradicionais, como a pesca, o transporte marítimo, a náutica desportiva e de recreio e o turismo.

Potenciaremos, igualmente, o desenvolvimento de novas atividades económicas como a aquacultura, a biotecnologia marinha ou a exploração de recursos minerais marinhos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até que enfim!

O Orador: O Governo pretende desenvolver estas atividades assegurando que os seus impactos ambientais são minimizados e que os respetivos benefícios socioeconómicos contribuem de forma tangível para o desenvolvimento da Região e para a qualidade de vida dos açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Continuaremos também a assegurar junto do Governo da República que este mantém bem presentes as competências da Região na definição das

políticas marítimas no arquipélago, na sua Zona Económica Exclusiva e plataforma continental contígua.

É essencial que a administração central compreenda que as nossas conquistas autonómicas são irreversíveis e que as disposições constitucionais e estatutárias sobre a gestão do Mar dos Açores são para se cumprir.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os assuntos do mar têm um aumento de 160% face a 2014, na proposta de Plano e Orçamento, com um investimento total de 5,2 milhões de euros estando previstas intervenções em duas grandes vertentes: a gestão e requalificação da orla costeira e a monitorização, promoção e ação ambiental marinhas.

Num contexto de alterações climáticas e subida previsível do nível do mar, as medidas de adaptação a um clima crescentemente hostil são essenciais para proteger o nosso território insular, as nossas populações e as nossas atividades económicas.

Com um investimento associado de cerca de três milhões de euros, valor que quase triplica a dotação correspondente no Plano de 2014, serão realizadas diversas intervenções de proteção da orla costeira e consolidação de arribas.

No âmbito da promoção das atividades marítimas, permitam-me destacar o arranque da empreitada da Escola do Mar dos Açores, aqui na cidade da Horta, que constitui uma iniciativa âncora para o desenvolvimento das profissões do mar.

Pretende-se que este centro de formação seja de excelência e contribua para suprir a falta de oferta de marítimos certificados no mercado regional. Contudo, queremos também que funcione como um polo de atração de públicos externos com interesse nas profissões do mar, tradicionais e emergentes.

Nas ações previstas no âmbito da cooperação institucional, o Governo dos Açores continuará a assegurar uma participação ativa em organizações e iniciativas internacionais de conservação do meio marinho, como a OSPAR e a Rede Natura 2000, e em organismos como a Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa, onde o mar assume relevância central.

O fórum de apoio à decisão “Conhecer o Mar dos Açores” será um local privilegiado de diálogo, concertação e cooperação institucional entre a comunidade científica, os agentes económicos e o Governo.

A Região dispõe de um corpo de cientistas que muito tem contribuído para as políticas regionais mais relevantes no domínio do mar. No entanto, é fundamental que a Ciência e os agentes que a produzem contribuam de forma cada vez mais direta para o desenvolvimento da economia regional. A agregação de interesses diversos através da promoção de *clusters* com os agentes empresariais e científicos é fundamental para potenciar sinergias e gerar novos empregos, negócios, produtos e serviços.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo preconiza uma economia baseada no conhecimento e na inovação. Uma economia mais eficiente, mais ecológica, mais competitiva e com geração de mais emprego.

Neste sentido, no próximo ano, o investimento público em Ciência cresce cerca de 75% em relação a este ano, com um montante de 5,2 milhões de euros na proposta de Plano e Orçamento, estando previsto um importante conjunto de apoios ao sistema científico e tecnológico regional.

Salienta-se o reforço em 50% dos apoios às atividades dos centros de investigação e dos centros de ciência e à implementação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação por parte das entidades do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores e das empresas, todos com importante impacto na manutenção ou criação de emprego qualificado.

Neste âmbito, destacamos que, em 2015, serão abertos concursos para o desenvolvimento de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação em contexto empresarial. Estes concursos serão prioritariamente orientados para as áreas da Estratégia de Especialização Inteligente – RIS 3 – e visam a transferência de conhecimento entre a Universidade e as empresas.

Por outro lado, os apoios à “Qualificação do Capital Humano para a Sociedade do Conhecimento” mais do que quintuplicarão face a 2014, de forma a reforçar o apoio à formação, a publicações científicas, à organização de reuniões científicas nos Açores e à participação dos nossos investigadores em reuniões no exterior.

Também os apoios à “Cooperação e Criação de Parcerias em I&D” vão ser reforçados em 85% face a 2014, tendo em vista a preparação de projetos no âmbito do programa Horizonte 2020 e a integração dos nossos centros de investigação em organizações, comissões e redes científicas internacionais.

Realça-se, ainda, a manutenção do apoio à organização tripolar da Universidade dos Açores, marca identitária da academia açoriana que tem contribuído para o desenvolvimento descentralizado da Região. Sobre este apoio, registamos o parecer emitido pela Universidade dos Açores relativo à proposta de Plano para 2015 e reiteramos a total disponibilidade do Governo para continuar um diálogo construtivo com a Universidade no âmbito da avaliação destes custos de tripolaridade.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Relembro, contudo, que o Governo Regional, através da contratação de estudos científicos, é já o maior cliente da Universidade dos Açores,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Podia ser melhor!

O Orador: ... sendo também um importante financiador dos seus centros de investigação e de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, apoios que contribuem para o prestígio da Universidade, para a excelência dos seus recursos humanos e para a sua capacidade de atrair estudantes e aceder a fontes de financiamento independentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Termino esta intervenção destacando os investimentos previstos na área da Tecnologia na proposta de Plano e Orçamento do ano de 2015, cingindo-me apenas àqueles projetos que estão sob tutela direta da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia e que totalizam um investimento de 3,1 milhões de

euros, dos quais 64% se referem aos parques tecnológicos das ilhas de São Miguel e Terceira.

Em 2015 dar-se-á início à construção do Parque de Ciência e Tecnologia da Terceira,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora fiquei contente!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi uma pena não ter prometido isso antes!

O Orador: ... que constituirá um polo de desenvolvimento importante para as áreas da biotecnologia e indústrias alimentares. Serão ainda desenvolvidos os procedimentos para o início da construção do segundo edifício do NONAGON, em São Miguel.

No âmbito do cumprimento das medidas previstas na Agenda Digital e Tecnológica, destaca-se o incentivo a projetos de base tecnológica, o apoio ao funcionamento da rede de espaços TIC e o lançamento de um concurso para a aquisição de equipamentos e infraestruturas TIC, destinados ao apoio a cidadãos com deficiência.

Por outro lado, efetuar-se-á o acompanhamento das infraestruturas de base tecnológica já implantadas na Região – o projeto ARM, na Graciosa, e os projetos Galileo e RAEGE, em Santa Maria.

Serão promovidos esforços no sentido de captação de mais investimento externo orientado para o desenvolvimento de novas infraestruturas e projetos tecnológicos, designadamente na área espacial.

Neste âmbito, encaramos o novo período de programação comunitário 2014-2020, e em especial o programa Horizonte 2020, como uma nova oportunidade para a valorização da componente científica e tecnológica da economia dos Açores, e para o desenvolvimento da nossa Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, a pergunta parece comezinha, relativamente a uma intervenção de tribuna ambiciosa no seu conteúdo e também inovadora, mas há algo que já vem muito de trás e que eu não posso deixar de lhe perguntar: o Fundopesca.

Os pescadores já andam, neste momento, a alertar o Governo Regional para a situação de penúria acrescida que estão a viver, fruto não tanto de mau tempo em geral, mas das condições más do mar que os impede de ir à pesca.

A pergunta é: quando será acionado o Fundopesca e que valor é que o Sr. Secretário Regional, que agora tem esta pasta, este *dossier* nas suas mãos, tenciona atribuir anualmente?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Ávila tem agora a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão do Fundopesca, que é levantada aqui sempre nesta altura,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E não só!

Deputada Zuraida Soares (BE): É levantada e bem!

O Orador: ... queria dizer à Sra. Deputada que isto já é uma conversa um pouco recorrente, porque há pouco tempo aprovámos nesta Casa legislação nova (creio que a senhora apoiou essa legislação) relativamente à ativação do Fundopesca.

O que temos que fazer neste momento é cumprir a lei.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas isso é o Sr. Secretário que me deve dizer!

O Orador: Se aquela proposta contempla algumas situações relativamente à ativação do Fundopesca, é preciso que sejam cumpridas para podermos ativar.

O Fundopesca é um apoio de compensação,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Miserável!

O Orador: ... por várias razões. Uma delas tem a ver com o mau tempo.

De facto, quando forem cumpridos esses requisitos, certamente que o Conselho Administrativo, que como sabe é constituído também por pescadores,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Diz bem: “também”!

O Orador: ... por armadores, por alguns Membros do Governo e de algumas direções regionais, será convocado e será ativado normalmente.

Agora o que me parece é que às vezes pensa-se que o Fundopesca é uma coisa que tem que ser ativado numa data certa.

Deputada Zuraida Soares (BE): É quando há fome! Não há data certa!

O Orador: Acho que não é assim. É quando se cumprirem estes requisitos.

Sra. Deputada, esse assunto, acho que estou a ouvi-lo agora. Com certeza que também iremos ouvir essa situação ser levantada aqui quando estivermos a discutir o Plano de 2016.

De facto, Sra. Deputada, não podemos forçar estas coisas. Quando se cumprirem os requisitos que são obrigatórios para ativar o Fundopesca, certamente que ele será ativado e os pescadores receberão uma compensação pelo impedimento do exercício da sua atividade profissional.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço a resposta dada pelo Sr. Deputado José Ávila. Continuo à espera do esclarecimento do Sr. Secretário.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada, há ordem de inscrições!

A Oradora: Já agora, junto-lhe uma outra pergunta:

Quais são os critérios que não estão neste momento considerados para que o Fundopesca seja acionado dado os dias seguidos em que os pescadores não têm ido ao mar, não tanto por causa do tempo, mas pelas condições objetivas de ondulação? É esta a segunda pergunta que lhe junto.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Ciência nos Açores tem sido muito debatida nos últimos anos, por muito boas razões, ou seja, um pouco pela excelência do trabalho que tem sido feito pelos investigadores na Região.

Este ano, só para terem uma ideia, pela primeira vez vai ser possível atingir o número de 200 publicações com a filiação à Universidade dos Açores, com base na última pesquisa que realizámos.

Esse número é um número importante, porque é o número mínimo para que a Universidade dos Açores, por exemplo, possa vir a ser avaliada em termos das universidades internacionais pela produção científica, e em grande parte deve-se a um grande esforço que nos últimos anos o Governo Regional e os seus departamentos ligados à Ciência têm colocado no investimento em bolseiros, em financiamento de Centros de Investigação, etc..

Também gostava de realçar que a investigação nos Açores tem hoje uma visibilidade internacional reconhecida e mesmo nacional. A comprovar, o facto de três docentes de investigação mais produtivos da Região estarem no recente processo de avaliação da FCT associados a centros de excelência nacionais, reconhecendo o mérito dos investigadores da Região.

Por outro lado, gostava também de realçar que essa investigação está uniformemente distribuída pelos três polos da Universidade dos Açores: Ponta Delgada, Angra e Horta; ou seja, um equilíbrio do desenvolvimento tripolar da Universidade e da investigação, também feita em centros distribuídos de forma equitativa em três zonas da Região.

Gostava de perguntar ao Sr. Secretário qual é a sua estratégia para potenciar essa investigação a nível do apoio a jovens investigadores nos próximos anos.

Obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Cláudia Cardoso tem a palavra.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário do Mar, Ciência e Tecnologia, em primeiro lugar felicita-lo pela intervenção e também saudar o aumento e o crescimento do investimento em Ciência.

Também para lhe colocar rapidamente algumas questões.

Em primeiro lugar, em termos dos Centros de Investigação Científica e do seu financiamento, sabemos que têm surgido algumas queixas nesse sentido. Saber exatamente o que é que está previsto neste particular e para quando?

Também relativamente à Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas Espaciais, quando está previsto iniciar-se? Em termos de emprego qualificado, associado a este investimento, o que é que está previsto?

Referiu na sua intervenção o Parque Tecnológico da Ilha Terceira. Pedir-lhe que detalhasse um pouco mais, porque não o fez, ou não teve a oportunidade de o fazer na sua intervenção, aquilo que está previsto acontecer no próximo ano de 2015.

Uma última pergunta em termos da estratégia do Mar. Pedir-lhe também que detalhasse o que está previsto em termos de extração de minerais, por exemplo. Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem mais inscrições. Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo Fundopesca, neste momento não estão reunidas as condições para o seu acionamento.

Eu registo bem o pedido feito, creio que pelo Sindicato dos Pescadores. Foi a única organização que se pronunciou sobre a matéria até ao momento. Contudo, há duas formas de o acionar:

Oito dias consecutivos de mau tempo, certificado por uma entidade competente ou ausência de descarga em lota, como comprovante que não houve atividade de pesca;

Ou quinze dias interpolados em trinta dias.

Neste momento, as descargas em lota que acompanhamos diariamente não indicam podermos usar nenhum destes dois mecanismos para poder acionar o fundo ainda.

Como sabe, foi promessa eleitoral, e cumprida já por este Governo, a revisão do fundo. O âmbito de beneficiários foi alargado e passou creio que sem votos contra, pelo menos nesta câmara,...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Houve abstenções!

O Orador: Exato.

... há um ano.

Portanto, eu não tenho no meu plano alterar, a menos que me convençam os pescadores ou Srs. Deputados que é importante mexer de novo neste instrumento.

Segundo ponto:

Sobre Ciência eu concordo com o que diz o Sr. Deputado Paulo Borges.

De facto, estamos num momento de grande produtividade e de grande reconhecimento internacional da Ciência que é produzida na nossa Região.

Temos que continuar a apoiar, daí termos um aumento de 75% nos investimentos neste setor, porque para além do reconhecimento internacional que recebemos é uma ferramenta importante para o desenvolvimento económico da Região.

Empresas poderão ser atraídas, pela capacidade científica que aqui temos nalguns domínios, em desenvolver investigação relevante para a atividade económica dessas empresas.

Perguntou-me também a Sra. Deputada Cláudia Cardoso qual a estratégia para o financiamento dos fundos.

Neste momento estamos perto de ter notícias sobre os Programas Operacionais relevantes para o próximo ano e podermos assim saber com que tipo de cofinanciamento é que podemos contar para estes programas de apoio.

Até lá não vamos anunciar concurso nenhum, porque uma pequena diferença num regulamento nosso poderá causar a não elegibilidade destes apoios que podemos apresentar.

Contudo, posso revelar-vos qual é a intenção do Governo. A intenção do Governo é o mais cedo possível abrir o concurso para apoio aos Centros de Ciência, se possível ainda este ano, e no início do próximo ano abrir bolsas para formação avançada, em particular pós-doutoramentos e depois um pouco mais tarde, ainda antes do verão, para doutoramento, de forma a alinhar a entrada em função das bolsas de doutoramento com o ano letivo seguinte.

Sobre as infraestruturas espaciais em Santa Maria, a primeira estação RAEGE está previsto ser inaugurada no primeiro trimestre do próximo ano.

Estamos a fazer um esforço ativo junto de parceiros internacionais, junto de governos internacionais, tentando revelar as potencialidades que a Ilha de Santa Maria e os Açores têm para atrair mais infraestruturas nesta área.

Por isso tenho esperança que nos próximos seis meses apareçam novos investimentos nesta área.

Os empregos criados diretos nunca serão muitos. São infraestruturas muito avançadas.

Têm anualmente três postos de trabalho, dois, associados diretamente, mas o efeito indireto que têm na economia da Ilha de Santa Maria é bastante relevante.

Sobre o Parque Tecnológico da Ilha Terceira, a previsão é que no primeiro trimestre do próximo ano seja lançado o concurso para a empreitada e que seja desenvolvido plenamente o potencial de atrair empresas da área da biotecnologia, mas não só, também empresas suas clientes, que se queiram basear naquela espaço que é privilegiado para precisamente promover esta ligação entre a Ciência e as empresas.

Por último, sobre extração de minerais, estamos neste momento em negociações com o Governo da República sobre o Ordenamento do Território Marítimo.

Quando a legislação, o quadro jurídico, estiver clarificado, julgo que o passo seguinte será definir procedimentos de licenciamento e podermos fazer o que estamos fazer neste momento para a área da biotecnologia, para a área de

extração de mineral, que é tentar atrair empresas que têm a tecnologia de que precisamos para explorar estes recursos na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições, pelo que não havendo julgo que podemos iniciar as intervenções de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nas Pescas – sector relevante para a economia dos Açores pelo impacto no emprego, pelo peso na criação de riqueza e pela importante participação nas exportações – o Governo dos Açores vai prosseguir as políticas de desenvolvimento da atividade, garantido a sua sustentabilidade e promovendo a melhoria do rendimento dos seus profissionais.

O Programa 3 “Pescas e Aquicultura”, tem previsto um investimento de 24,6 milhões de euros, sendo 17,1 milhões de euros do Plano e 7,5 milhões de euros com origem em Outros Fundos.

É certo que aparentemente existe uma redução do total de investimento relativamente aos dois anos anteriores, mas isso deve-se à conclusão de obras com maior volume de comparticipação comunitária, como são os casos do Porto de Rabo de Peixe e o Porto da Povoação.

O Projeto “Infraestruturas Portuárias” dispõe de 11,8 milhões de euros, onde se destacam as Ações “Construção do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada”, “Portos da Região”, onde se incluem os protocolos com as organizações de produtores e outras instituições, e “Aquisição de centrais de gelo para os portos da Praia da Vitória, S. Mateus, Horta e Madalena”.

Estão também previstas verbas, na ordem dos 5,8 milhões de euros, para o Projeto “Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas”, 3,6 milhões de euros para a “Frota e Recursos Humanos”, 2,2 milhões de euros para “Produtos da Pesca” e 1,1 milhões destinados à Ação “Inspeção e Gestão”.

Na última década foi efetuado um grande esforço financeiro na construção e requalificação de portos de pesca por todas as ilhas do Açores, dotando-os de boas condições para os profissionais do mar, melhorando as zonas de abrigo, apoiando a renovação da frota, instalando equipamentos de uso coletivo, fornecendo água e eletricidade, apoiando as associações de produtores, construindo casas de apresto, lotas, postos de abastecimento de combustíveis, rede de frio, etc..

Hoje podemos afirmar que o panorama neste sector mudou radicalmente nos últimos anos, fruto de uma visão estratégica e de um trabalho intenso, que partiu praticamente do zero, apoiado pelos pescadores, através das suas associações representativas, que souberam, desde logo, aproveitar os meios ao seu dispor para incentivar os seus associados para a modernização da frota, criando assim melhores condições a bordo das embarcações.

Hoje podemos afirmar, também, que transformamos radicalmente a profissão de pescador. De uma atividade pobre, quase sempre a meio tempo, muitas vezes portadora de um estigma negativo, passamos a ter uma profissão condigna, a

tempo inteiro, com perspetivas de futuro, dotada de boas condições de trabalho e de segurança, e, por isso, com os riscos mais mitigados.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Depois de terminar o ciclo das infraestruturas portuárias, este Plano de Investimentos contempla uma mudança de paradigma. A prioridade vira-se para a valorização dos produtos da pesca, com o reforço e a reabilitação da rede de frio.

O futuro da pesca passa por vender melhor. É nessa linha que o Governo dos Açores vai investir 4,5 milhões de euros no Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada, 2 milhões na aquisição de centrais de gelo para diversos portos e ainda 1,4 milhões de euros destinado a melhorias de operacionalidade de algumas infraestruturas portuárias, às lotas e oficinas.

Mas a valorização passa também por uma maior eficácia no processo de escoamento, desde o manuseamento, passando pelo transporte, até à colocação nos mercados.

As organizações de produtores têm aqui boas oportunidades, desde a intervenção em caso de depreciação dos preços na primeira venda, passando pela transformação e congelação para posterior introdução no mercado.

Outra estratégia para a valorização do pescado passa pelo lançamento de campanhas para aumentar o consumo a nível interno, nomeadamente das espécies com menor valor comercial que, muito facilmente, poderão substituir espécies de menor qualidade provenientes de países terceiros, através da transformação para venda em fresco ou congelado.

Os selos de qualidade e certificação ambiental dos produtos da pesca, mormente os destinados à exportação poderão contribuir também para um incremento no preço médio desse pescado.

A formação dedicada à valorização dos produtos da pesca tem um papel muito importante nesta trajetória e revela-se fundamental para a entrada do pescado em novos mercados que, por serem mais exigentes, relevam o seu valor comercial.

Por outro lado, o transporte assume-se como um significativo contributo para o incremento de mais-valias deste produto quando negociado em fresco e com a boa qualidade que lhe é reconhecida.

As novas Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo permitirão ultrapassar alguns constrangimentos sentidos – agora muito menos frequentes, felizmente –...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vamos ver!

O Orador: ... nas ligações das ilhas para os principais aeroportos de saída da Região e destes para o exterior.

O mercado da saudade nos Estados Unidos da América e Canadá terá de ser melhor trabalhado, aproveitando as ligações aéreas diretas a partir da Região.

A Escola do Mar dos Açores, considerada uma prioridade para o Governo dos Açores, está em processo de instalação.

Esta estrutura destina-se a capacitar os Açores para dar respostas no âmbito das profissões do mar, em primeiro lugar, às necessidades formativas da Região e,

em segundo lugar, prestando esse serviço no âmbito dos mercados nacionais e internacionais.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: As parcerias com a Universidade do Açores, que importa prosseguir, têm-se revelado fundamentais no acompanhamento da gestão dos *stocks* e na investigação científica ligada ao mar.

A aquicultura representa também um complemento à pesca tradicional que poderá trazer rendimento.

Está a ser preparado um programa de incentivos destinados à criação de emprego nesta área, enquanto se faz o levantamento das zonas com potencial para a implantação de unidades de exploração.

A fiscalização é outro dos fatores determinantes a que o Governo dos Açores vai dar uma atenção especial. A utilização dos meios existentes, coadjuvados pelas novas tecnologias, de modo a persuadir os profissionais para o cumprimento das regras e evitar a fuga à lota, a pesca em zonas interditas e a introdução no mercado de pescado ilegal por embarcações não licenciadas.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

O ex-Presidente do Governo dos Açores, Carlos César disse, em determinado dia, nesta Casa: “o mar dos Açores é muito mais do que a nossa vista alcança”.

O mar dos Açores, com mais de metade do mar do país, dá a Portugal uma dimensão Atlântica, aproximando as nossas fronteiras do continente americano, atribuindo-lhe uma relevância geoestratégica no espaço europeu.

Estas verdades irrefutáveis sublinham as potencialidades deste importante património para a economia da Região, uma fonte de riqueza pelos recursos marinhos que poderão ser determinantes, num futuro próximo, para a criação de emprego e crescimento económico dos Açores.

A gestão partilhada dos recursos do Mar dos Açores é de vital importância para os Açorianos e, como tal, deve ser acautelada e, depois disso, respeitada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Os de lá não podem esperar dos de cá, o exercício de uma função de simples consultor ou um papel meramente administrativo, mas antes de codecisor,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... de acordo com os preceitos lavrados na Constituição Portuguesa e no Estatuto Político-Administrativo.

Li, há relativamente pouco tempo, que o melhor lugar na Terra era... no mar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a Graciosa!

O Orador: Também é verdade, Sr. Deputado.

Essa constatação, que eu confirmo por experiência própria, vem a propósito das outras utilizações do mar que hoje trazem valor acrescentado à economia dos Açores.

O mergulho com escafandro autónomo, a observação de cetáceos e de aves marinhas, são atividades introduzidas nos últimos anos e que começam a dar resultados. Representam apenas nichos de mercado, é certo, mas são importantes para as pequenas economias insulares.

A pesca desportiva e a pesca turismo têm também potencialidades para crescer e ganhar espaço na oferta de animação turística.

Queremos que o mar dos Açores continue a ser um dos melhores lugares na Terra, mas ambicionamos mais. Queremos que a Região seja parte na exploração dos recursos e que essa exploração seja ambientalmente sustentável. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Não havendo vamos passar à próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O setor das pescas vive nos Açores uma crise profunda.

Para tal contribuem problemas conjunturais, mas, sobretudo, problemas estruturais há muito diagnosticados.

Falar das pescas açorianas é falar de um cenário bem mais negro do que aquele que o Sr. Secretário aqui descreveu.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: É falar de um setor em que os rendimentos dos seus profissionais diminuem de ano para ano.

É falar de um setor em que, em muitos casos, ainda faltam as condições básicas para o seu funcionamento.

É falar de um setor que vive numa situação de emergência social.

E como há dias denunciou um agente deste setor, é falar de um setor em que há fome e miséria.

É falar de um setor que anda sempre de mão estendida ao Governo quando é necessário ativar o Fundopesca.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estes são os resultados. Os resultados das vossas políticas erradas.

Bem sei que os senhores só gostam de ser responsáveis pelos anúncios e pelo corte das fitas. Mas a falta de rendimento, a pobreza e a miséria que existe neste setor são também da vossa inteira responsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante um Plano que promete, mais uma vez, a diversificação da atividade e novas fontes de rendimento, promete mais uma vez a valorização do pescado, promete mais uma vez a promoção de aquacultura, para a qual anunciam, há anos, estudos e mais estudos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Estamos perante um Plano que não assume a formação como uma prioridade essencial para a qualificação e dignificação destes profissionais. Este 19.º Plano desta governação repete a mesma receita, as mesmas medidas e as mesmas políticas.

Deputados Cláudio Almeida e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É mais do mesmo, com uma única novidade nas pescas: a diminuição do investimento público.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se este Plano confirma a persistência de políticas inadequadas nas pescas, revela, por outro lado, mais uma vez, a inexistência de uma estratégia para a economia do mar, aliás omissão comum a todos os Planos e também ao Programa do Governo.

A prova de que este Plano não tem uma estratégia para a economia do mar está, desde logo, nas audições do mesmo nesta Assembleia, em que em nenhum momento o Governo foi ouvido sobre a sua política para a economia do mar.

Mas há mais. Este Governo reivindicou no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar (ENM) a inclusão de um plano de ação que integrasse a sua visão e a sua estratégia para o mar.

Essa reivindicação foi aceite e a ENM aprovada, no final de 2013, contempla essa possibilidade.

A verdade é que o apêndice com o plano de ação da Madeira há muito que está integrado na ENM, enquanto o dos Açores, até esta data, e passado quase um ano, não é publicamente conhecido nem consta no sítio da *internet*, onde foi estabelecido que devia ser disponibilizada a versão integral dessa Estratégia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem virtual é!

O Orador: Esta situação, a confirmar-se, não deixa de ser estranha e mesmo contraditória com o discurso do Governo Regional que todos os dias proclama a aposta no mar e afirma ter uma estratégia para essa área, o que comprova que este Governo é muito rápido a fazer anúncios e muito, muito lento a fazer o trabalho que lhe compete.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A verdade é que qualquer potencial investidor ou outro interessado, consultando a ENM, não encontra, nesta data, respostas sobre essa aposta ou sobre essa estratégia, o que é uma lacuna muito prejudicial para os Açores.

Sras. e Srs. Deputados:

O novo quadro de financiamento europeu pode constituir uma nova oportunidade para estas áreas da governação, mas exige uma reorientação das políticas e da aplicação dos meios financeiros. Só assim poderemos almejar resultados diferentes.

Disse.

Deputada Judite Parreira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): O senhor está assim por causa da pista do aeroporto!

Deputado Luís Garcia (PSD): Eu vou dar-lhe uma pista!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições. Não havendo vamos então passar à próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Desenvolvimento Sustentável encara a floresta não como uma consequência do clima, mas como um fator de equilíbrio do clima, mas tem um custo político para quem a política é apenas um meio para atingir e manter o poder, pois o desenvolvimento sustentável beneficia as gerações futuras que ainda não votam nem pagam impostos.

A floresta armazena dióxido de carbono, cria emprego se bem explorada, mas dificilmente criará 1000 empregos no prazo de um ano, como anunciado pelo Governo. Nesse tempo aqueles empregos só podem ser virtuais, uma miragem para quem quiser acreditar.

O Governo quer apostar no aumento do valor dos produtos florestais, mas promove pouco a floresta. Ora a floresta, para além de poder criar riqueza também mitiga as alterações climáticas, mas não a quatro anos.

Trezentos e cinquenta mil euros é a proposta do Governo, em 2015, para mitigar e adaptar-nos às alterações climáticas, isso é o mesmo que dizer que vamos apostar aí qualquer coisinha, não vá o diabo tecê-las.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nos Açores, o ambiente deveria andar de mãos dadas com a agricultura.

Nesse contexto, não faz sentido apostar no pagamento de ajudas aos adubos, quando sabemos que se aplicam adubos a mais, sem qualquer aumento da produção das explorações, para logo se gastar no controlo da eutrofização das Lagoas, cujo problema mais uma vez se pode ligar ao uso agrícola dos solos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Reduzir as adubações, diminuiria as emissões de óxido nitroso, reduziria o ritmo da eutrofização das lagoas, contribuiria para a mitigação das alterações climáticas e também diminuiria os custos de produção agrícola. Uma pergunta óbvia impõe-se: onde anda o investimento na extensão rural que ajuda tecnicamente os agricultores e faz, por essa via, diminuir os gastos na resolução dos problemas ambientais que a agricultura cria, como uma pescadinha de rabo na boca?

Percebe-se desse Plano e Orçamento que a grande opção de extensão rural e ambiental deste Governo é betão: apostam em centros de interpretação

ambientais. Não é com essa estratégia que se mudará as mentalidades na agricultura...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... de modo a aplicarem-se os códigos de Boas Práticas Agrícolas.

O Governo propõe-se gastar também 350.000 euros na caracterização do “Estado do Ambiente e na monitorização das alterações climáticas”. Isso é no mínimo imponderado:

Como se consegue fazer tanto com tão pouco, em nove ilhas? Avaliar o Estado do Ambiente de cada uma das ilhas, e monitorizar ainda os impactos das alterações climáticas é malabarismo difícil. Em que áreas se fará a monitorização das alterações climáticas? Na agricultura?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eles não sabem!

O Orador: Na biodiversidade? Nas pescas? Na qualidade da água? Na economia? Na Saúde? No turismo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí não!

O Orador: Na qualidade do ar?, entre muitas outras...

Comparemos por exemplo outros números:

Trezentos e cinquenta mil euros (isto até parece ser um número mítico para o Governo) para a tripolaridade da Universidade dos Açores, que se encontra com problemas de sustentabilidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esse montante equivale a dizer que para o Governo Regional a tripolaridade da Universidade dos Açores, vale tanto como as Escolinhas do Desporto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores é uma simpatiazinha.

Há montantes efetivamente estranhos neste Orçamento, veja-se por exemplo os 430.000 euros para Investigação, Desenvolvimento e Demonstração, aplicada em diferentes sectores transregionais e internacionais. Isso é uma miragem porque esse montante nem dá para pagar as passagens aéreas dessa gente toda, para se reunir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Com estas propostas de Plano e Orçamento, o Governo põe a nu a sua incapacidade para promover um desenvolvimento sustentável apoiado no ambiente, na economia, na sociedade e no conhecimento, e demonstra que ainda não entrou na prática nem na dialética deste Governo, por ser transectorial e exigir uma leitura clara da nossa realidade que exige que os atos correspondam às palavras, e as palavras aos atos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Félix Rodrigues trouxe na sua intervenção um assunto que tem por várias vezes sido assinalado como importante e que também é importante para o Governo.

Falo concretamente na questão da qualidade ambiental *versus*, como foi falado aqui, alterações climáticas. O Governo Regional tem, e provavelmente vai ser parte da intervenção que virá a seguir do Sr. Secretário, em curso um plano regional para as alterações climáticas, que é um instrumento essencial de planeamento das políticas públicas considerando esse tema que traz uma pressão acrescida em territórios que são frágeis e limitados, como a Região Autónoma dos Açores.

Esse PRAC – Plano Regional das Alterações Climáticas, tem uma abrangência que toca alguns pontos que são preocupações da intervenção do Sr. Deputado, nomeadamente:

- o estabelecimento de projeções climáticas para os Açores no horizonte 2030;
- o estimar de emissões regionais de gases com efeito estufa;
- a definição de um programa de medidas e ações de aplicação sectorial para a redução da emissão de gases;
- a definição de programas que mitigam as alterações climáticas em diversos setores estratégicos;
- a identificação de mecanismos de financiamento para essas medidas definidas e,
- a definição de um programa de monitorização, controlo e sua implementação.

Por isso há de facto na estratégia do Governo, num assunto tão importante como são as questões associadas ao efeito das alterações climáticas nos Açores, uma estratégia coerente e consistente, que nos parece que é válida e que dá resposta a essas preocupações que são justamente postas no âmbito de um assunto que, em termos globais, também afetará a Região Autónoma dos Açores, ainda que nós saibamos que no caso dos Açores a qualidade ambiental está bem. Aliás, isso é até reconhecido por várias organizações internacionais.

Bastaria recordar o último prémio que a Região recebeu em termos de Quality Cost. Foi o único e o primeiro prémio mundial atribuído a uma região no âmbito dessa mesma qualidade ambiental.

Portanto, o Governo tem efetivamente uma estratégia, nomeadamente para esse aspeto que o Sr. Deputado focou relativo às alterações climáticas.

Deputada Marta Couto e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Queria comentar o apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores, porque é uma questão recorrente.

O valor de 350 mil euros não é uma simpatia, é um valor que historicamente tem sido usado para apoiar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! É histórico! Não é simpatia, é histórico! Já percebemos!

O Orador: Historicamente a tripolaridade da Universidade dos Açores terá seguramente evoluído em termos dos seus custos.

Sendo um desígnio político ter um desenvolvimento tripolar, há três décadas a Universidade teria seguramente custos administrativos muito superiores ao que tem hoje com as tecnologias que lhe permite ter um serviço administrativo centralizado, que não era possível há três décadas, podendo ter reuniões por teleconferência e uma série de outras tecnologias.

Eu não tenho uma estimativa concreta de qual é o valor exato desses custos. Seguramente não é uma matéria de ciência exata. Há várias formas de o quantificar. Pode ser dez vezes mais 3 milhões e meio ou dez vezes menos 35 mil euros. É uma questão de se discutir. O Governo tem disponibilidade para o discutir e fazer uma análise séria do assunto.

O que não me parece ser uma boa ideia é usar o apoio à tripolaridade como forma de financiar diretamente a Universidade dos Açores e os seus problemas financeiros.

Para isso temos formas bem mais reprodutivas de financiar a Universidade, de apoiar e de lhe atribuir os instrumentos próprios para poder recorrer a fontes de financiamento independentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A saber...

O Orador: Em segundo lugar, sobre a adaptação às alterações climáticas, e não querendo “meter a foice na seara alheia”, queria dizer que 3 milhões de euros só para a orla costeira não é um valor irrelevante.

Por isso, neste caso há um reforço. No caso da minha Secretaria Regional, em particular, é quase 10% do orçamento total. Por isso não está fora do que seria espetável para uma secretaria com a diversidade de tutelas que tem.

Por último, a questão de haver uma estratégia para o setor das pescas nos Açores.

Eu não sei o que é que o Sr. Deputado Luís Garcia espera exatamente. Se lhe faz falta um documento chamado Estratégia, podemos mudar aqui o título do plano e chamar-lhe Estratégia para as Pescas, porque as medidas estão cá todas. Tem a valorização do pescado,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Há muitos anos! Esse é que é o problema! Passa de Plano para Plano!

O Orador: ... um investimento na rede de frio e investimento em infraestruturas portuárias. Poucos sítios na Europa têm as condições que temos. Portanto, não sei onde é que vê ainda falta de condições básicas para o funcionamento de um setor, ou fome ou miséria.

Deputado Luís Garcia (PSD): Esse é que é problema. As medidas até podem estar a aí, mas o problema é a sua concretização!

O Orador: Seguramente os reconhecimentos internacionais que temos, como foi referido pelo Sr. Deputado José Contente, o Quality Cost, como saberá, têm uma dimensão de sustentabilidade social em que somos avaliados de forma independente e as nossas comunidades piscatórias e a sua qualidade de vida são

um dos fatores que possibilitaram que os Açores fossem reconhecidos como um destino turístico de platina.

Mais não digo neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A questão histórica dos 350 mil euros para a tripolaridade da Universidade dos Açores é não reconhecer as dificuldades que a Universidade dos Açores passa neste momento.

Não faz qualquer sentido falar-se em tecnologias e teleconferências quando os computadores que existem, e que foram curiosamente financiados pelo Governo Regional para fazer exatamente face a essa tripolaridade, têm mais de 10 anos e não funcionam.

De facto, em termos administrativos há um custo que devia ser reavaliado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sócrates! Quem deu uma machadada na Universidade dos Açores foi Sócrates! O senhor andava lá!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos para a última intervenção de tribuna. Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Durante dois anos os alunos do ensino superior esperaram por bolsas de estudo, doutoramento e pós-doutoramento.

Durante os últimos dois anos os investigadores esperaram por apoios à investigação, durante os últimos dois anos nada aconteceu.

Apesar desta constatação o Governo Regional não parou de fazer propaganda nestes dois anos, pois foram anunciando as bolsas, o apoio aos investigadores e uma aposta na Ciência.

A Ciência é um exemplo da forma de governar nos Açores, vai-se prometendo, mas atirando para a frente, vai-se falando em milhões mas pagando demoradamente contas atrasadas, vai-se alimentando expectativas mas encontrando culpados externos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em ciência, o Governo Regional não tem nada para prometer, mas sim para cumprir.

Importa recordar que em 2012 o número de bolsas disponíveis triplicaram. O PS em 2012 criou elevadas expectativas à comunidade científica e aos Açorianos, e não as cumpriu.

Antes das eleições Regionais, o Governo Regional reconhecia mérito na ciência, apregoava em bom som que a investigação era um trunfo para o desenvolvimento dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): E é!

O Orador: Depois das eleições, tudo mudou. A ciência ficou esquecida e o Governo está a fazer o contrário daquilo que havia dito.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Sobra as 1000 bolsas prometidas no documento das Orientações de Médio Prazo que nada se sabe sobre elas, para além da sua alusão no papel. E já estamos a meio do mandato.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Na política, como na vida, não pode valer tudo e a aparência não dura sempre. Há uma enorme diferença entre governar e fazer de conta que se está a governar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: No que à ciência diz respeito, este Governo demitiu-se de governar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E não governar parece que se está a transformar num hábito nos Açores.

A comunidade científica está confusa, sente que foi utilizada e está desanimada. Foram enganados, os Açorianos foram enganados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Sejamos claros: a maior parte das verbas inscritas no Plano para 2015, no que diz respeito à Ciência, já estão comprometidas. Portanto nada de novo parece vir a ocorrer, a não ser a costumeira propaganda.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: A Universidade dos Açores é uma mais-valia para a consolidação do projeto autonómico da nossa Região.

Um projeto que assenta no desenvolvimento harmonioso do Arquipélago, onde todas as Ilhas são reconhecidas e valorizadas como território de um todo.

A presença do ensino superior e da investigação nos Açores assume-se como elemento de conhecimento universal, cria massa crítica, impulsiona a mudança social, fixa jovens, proporciona riqueza e contribui para a unidade regional, pela sua natureza multipolar.

A tripolaridade da Universidade dos Açores é uma opção política. E está na génese da sua criação.

Infelizmente, esta não parece ser a opinião deste Governo Regional. Por isso, os apoios à tripolaridade da Universidade dos Açores, no Plano de investimentos para 2015, continuam insignificantes.

Deputado Berto Messias (PS): Grande lata!

O Orador: E este Governo Regional fá-lo, teimosamente, ano após ano. Tal como no ano que agora finda. A verba dedicada à tripolaridade da Universidade dos Açores é simplesmente irrisória.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): E o Orçamento do Estado?

O Orador: A própria Universidade dos Açores confirma que a grande bandeira deste Governo Regional para a Universidade,...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, isto é impossível!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado António Ventura está quase a gritar.

O Orador: Pois, eu não consigo falar. Não consigo ser ouvido.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor ontem era dos que fazia mais apartes!

Presidente: Pedia um bocadinho da vossa atenção.

O Orador: Eu não consigo falar.

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: A própria Universidade dos Açores confirma que a grande bandeira deste Governo Regional para a Universidade, ou seja “um euro por um euro” é ineficaz, ou seja, não serve, não traz proveitos, não é a medida correta.

O PSD/Açores continua responsabilmente a apostar na tripolaridade e na investigação dedicada, isto é, aquela que é feita de forma explícita em prol do desenvolvimento da Região como as melhores soluções para a nossa Academia. Sempre o dissemos e voltamos a afirmá-lo. E não ficamos por meras palavras. Apresentamos propostas de alteração ao Plano e ao Orçamento, de modo a reforçar a capacidade da Universidade dos Açores nesta área de investigação e da tripolaridade.

Para o PSD/Açores, a nossa Universidade é um dos grandes pilares da nossa Autonomia.

Deputado Luís Maurício (PSD): E para o Governo da República também!

Deputado Berto Messias (PS): O que é que o Sr. Deputado Joaquim Ponte diz sobre a Universidade dos Açores?

O Orador: A nossa identidade regional só se fortalece com o apoio e a colaboração de uma prestigiada instituição de ensino superior.

O progresso dos Açores precisa de uma Universidade forte e credível.

O PSD/Açores acredita no futuro da nossa academia.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições... Sra. Deputada Cláudia Cardoso tem a palavra.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proximidade da época natalícia dá-nos a certeza que falta algum tempo para o carnaval, Sr. Deputado.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Excedeu-se, Sra. Deputada!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os apartes ficam com quem os diz!

A Oradora: De facto, a criatividade não tem limites. Há partidos em que a criatividade não tem limites.

O Partido Socialista naturalmente tem um apreço grande pela sua Universidade. A prova disso é, durante os sucessivos anos, o investimento que tem sido feito de forma direta e indireta na sua Universidade, muitas vezes substituindo-se num papel que não deveria ser o seu, porque o Governo da República muitas vezes se furta a este financiamento.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: O que não deixa de ser curioso é que o Sr. Deputado António Ventura tenha vindo aqui trazer um assunto que é tão sério e que faça parte de um partido que ele próprio votou contra a tripolaridade da Universidade dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: É preciso, Sr. Deputado, ter lata!

Nesse aspeto, o Sr. Deputado esteve bem. Esteve bem porque teve lata de, mesmo pertencendo a este partido, vir aqui fazer o papel que fez.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem! Tal tarefa!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Borges tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Deputado António Ventura tem um pouco de demagogia, porque se formos avaliar a situação atual, a maior parte dos centros de investigação mais dinâmicos da Universidade dos Açores vai captar verbas, quer nacional quer internacionalmente, e não pode estar dependente apenas das verbas regionais.

Deputado António Marinho (PSD): Acho que o senhor tirou a foto ao contrário!

É a melhor altura para fazer o pino!

O Orador: Aliás, se olharmos para outras regiões do país, os Açores são das regiões que investem localmente na sua Universidade mais dinheiro.

Deputado António Ventura (PSD): É triste ver o senhor como docente daquela universidade fazer essa figura!

O Orador: Também os investigadores da Universidade dos Açores têm uma grande dinâmica.

Se olharmos para alguns relatórios que temos apresentado, mais de 50% das captações de verbas são em projetos regionais, quer na ciência, quer noutros departamentos do Governo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Tenho que dizer isto à Deputada Cláudia Cardoso para que fique bem claro.

De facto, a situação da Universidade dos Açores se alterou drasticamente com um Ministro chamado Mariano Gago, num Governo de José Sócrates,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... que alterou inclusivamente o modelo de gestão da Universidade dos Açores e que tem levado não só a Universidade dos Açores à falência, mas todas as universidades portuguesas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

Deputado António Ventura (PSD): Quem é que alterou o financiamento da Universidade dos Açores?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade! O senhor já lá estava nessa altura!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições... Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não sei se a comunidade científica está confusa, a Universidade dos Açores.

Deputado António Ventura (PSD): O senhor tem que dizer qual a percentagem das verbas que tem inscrito!

O Orador: Eu fiquei francamente confuso com a intervenção do Sr. Deputado António Ventura, porque não entendo exatamente qual o ponto que está a querer transmitir.

Diz-nos que não há, há dois anos, qualquer tipo de abertura de concurso para apoio a centros científicos e bolsas de formação avançada.

Em setembro de 2013 houve, e foi concluída, uma abertura de concurso para apoio aos centros científicos (setembro de 2013!). Para as bolsas, de facto, não houve abertura de novos concursos.

Mas V.^a Ex.^a parece esquecer-se que temos mais de 100 bolseiros...

Deputado António Ventura (PSD): Estão prometidos!

O Orador: ... a produzir ciência na nossa Universidade desde 2012.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Este Governo prometeu 1000 bolsas. Onde é que elas estão?

O Orador: Portanto, não conta. Só contam os que ainda não existem. Os que estão a produzir ciência e a prestigiar a Universidade, 100 estão a produzir neste momento ciência.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E as 1000 bolsas, Sr. Secretário?

O Orador: Não senhor!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Prometeu 1000 bolsas. Onde é que estão as 1000 bolsas prometidas?

O Orador: Depois tem um outro aspeto.

Eu não compreendo como é que num aumento de 75% do Plano e Orçamento, V.^a Ex.^a acha que a ciência ficou esquecida.

Há apoios diversos que estão em curso e que estão a ser pagos neste momento que contribuem para a produção científica que temos na Região.

A abertura de novos concursos é uma exigência dos grupos de investigação para manterem a previsibilidade dos seus recursos humanos.

A pergunta que lhe faço é:

Qual é a posição do PSD? Entende que deve haver menos bolsas e regularmente?

Deputado Luís Garcia (PSD): Não! É que os senhores cumpram os vossos compromissos! É esta a nossa posição!

O Orador: Ou deve haver mais bolsas com menos regularidade?

Eu não percebo o que é que está a defender. Está a defender 1000 bolsas de doutoramento? É isso que está a defender?

Acha 100 pouco ou acha 100 muito?

Não é claro. Parece haver uma queixa sobre o aumento do número de bolsas que foi aberto em 2012.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E 2012 foi ano de?... Eleições!

O Orador: Agora parece que não há bolsas suficientes.

Não entendo qual a sua posição. Agradeço esse esclarecimento.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos tentar ouvir o Sr. Secretário.

O Orador: A tripolaridade é uma opção política do Governo, como já foi em anos anteriores.

Não gasto mais tempo nesta fase.

Presidente: Pois é baixo, porque o ruído da sala não permite ouvir.

O Orador: Registo com apreço que o Sr. Deputado António Ventura é um adepto da tripolaridade como eu e o Governo dos Açores.

Presidente: Sr. Secretário, tenha a gentileza de continuar.

O Orador: Termino só registando, com apreço, que o Sr. Deputado António Ventura é, como o Governo dos Açores, um adepto da tripolaridade.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor talvez é que não é e não sabe o que é isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições vamos fazer um intervalo. Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 53 minutos.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente para a sua intervenção.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores, sabemos, enquanto região arquipelágica atlântica, confrontam-se, desde sempre, com particularidades e constrangimentos diversos.

Atualmente, num mundo global cada vez mais liberalizado, a distância dos mercados, quer para obtenção das matérias-primas e fatores de produção, quer para expedição dos produtos finais, é um deles.

Ultrapassar, com sucesso, essas circunstâncias que nos caracterizam, transformando-as em vantagens competitivas, por via da valorização da origem do que fazemos e do como bem fazemos, implica a definição de estratégias públicas e decisões sobre as medidas e os investimentos a adotar à nossa realidade, numa perspetiva de futuro.

Assim, mais do que um reforço financeiro no investimento global, superior a três milhões de euros, e ainda que significativo, as verbas alocadas à agricultura e florestas representam a implementação de uma estratégia que tem vindo a ser prosseguida, com resultados positivos, na nossa Região.

E traduzem, também, a inequívoca vontade do Governo dos Açores de reforçar o estímulo ao crescimento sustentado da produção primária, pilar da economia regional.

Os setores agrícola, agropecuário e agroindustrial açorianos são hoje geradores de emprego e de riqueza, graças aos investimentos realizados e à reestruturação e modernização das estruturas produtivas e transformadoras.

Comprovam-no:

- O aumento da produção regional nas áreas da diversificação agrícola, incentivado pela atribuição de cerca de 12 por cento do investimento global efetuado em toda a Região, no valor de mais de nove milhões de euros;

Aliás, na área da diversificação, com o objetivo de incrementar a produção e promover o autoabastecimento, aumentamos em 20 por cento a dotação inscrita no POSEI para as ajudas diretas previstas para os produtores, e que vigorarão já em 2015.

- Retomando os indicadores, a quantidade de carne abatida na Região aumentou quase 70 por cento nos últimos 10 anos, correspondendo a um crescimento sem paralelo, na exportação de gabo bovino em carcaça;

- A produção média de leite por exploração aumentou, em apenas quatro anos, de 150 mil litros para quase 200 mil;

- Esse aumento conseguiu-se com menos animais, graças ao melhoramento genético e à implementação de melhores práticas de manejo nas explorações, redimensionadas com o apoio de medidas como o Regime de Incentivos à Compra de Terras Agrícolas, que permitiu a cerca de 300 agricultores adquirir 1.400 hectares de terra, num investimento global cerca de 18,5 milhões de euros.

É um regime inédito a nível nacional que o Governo dos Açores renovou ainda este ano com as entidades bancárias e que é exclusivamente suportado por fundos regionais.

- Comprovativo da evolução do setor é, também, o seu rejuvenescimento, apoiado por medidas públicas.

A população agrícola dos Açores é a mais jovem do País, tendo-se atribuído mais de 6,1 milhões de euros de prémio à primeira instalação, em apenas sete anos.

Refiro ainda que o setor agro-florestal açoriano, nas suas atividades primárias, representa cerca de 9% do PIB da Região, um peso substancial quando comparado com os cerca de 3% a nível nacional.

Este setor é, aliás, um polo empregador relevante, com 13,1% da população ativa, percentagem bastante acima dos 10,5% verificados no País ou dos 5,0% verificados na União Europeia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estes são indicadores positivos que, numa análise séria, não podem ser ignorados!

Assim como o Governo dos Açores não ignora a persistência de algumas debilidades nos domínios das infraestruturas, da inovação produtiva e tecnológica nas explorações e nas unidades de transformação, ou no acesso aos mercados externos.

A aposta nas infraestruturas de ordenamento agrário é, além de um instrumento de promoção do desenvolvimento nas zonas rurais, essencial à competitividade da produção regional.

A construção e beneficiação de caminhos agrícolas, de sistemas de abastecimento de água às explorações e o fornecimento de energia constituem

um compromisso que estamos a concretizar, reduzindo, desta forma, os custos de exploração e o impacto da pegada ecológica.

Na eletrificação agrícola, propomos um aumento no investimento que é 10 vezes superior ao realizado este ano.

Prosseguimos, assim, a execução de um conjunto de intervenções em infraestruturas de apoio que vão, nesta legislatura, beneficiar cerca de 4.400 agricultores em toda a Região.

O Governo dos Açores propõe, ainda, o aumento em 22% das dotações financeiras destinadas ao melhoramento e sanidade animal.

Um objetivo da maior importância quando, em causa, além do bem-estar animal, está a qualidade alimentar e a segurança dos consumidores, bem como a nossa capacidade de assegurar confiança e de poder exportar os nossos produtos além-fronteiras.

Estou, aliás, em condições de revelar, com particular satisfação, que, de acordo com o último relatório da União Europeia para Doenças de Bovinos e Suínos, os Açores se mantêm como Região Oficialmente Indemne de Brucelose Bovina em seis ilhas e que, em junho de 2015, São Miguel não deverá registar sequestros relativos a Brucelose.

Demos, portanto, mais um passo na concretização de outro compromisso que assumimos para esta legislatura: “limpar por completo” a incidência de brucelose na Região, “contributo importante para o reforço das exportações.”

E que a entrada em funcionamento do Laboratório Regional de Veterinária – cujo concurso para equipamentos está a decorrer, no valor de cerca de 2,4 ME – será, com certeza, mais um meio para o conseguir,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Doze anos de atraso!

O Orador: ... no âmbito das tarefas que vai desempenhar em prol da garantia da qualidade, prestando relevantes serviços aos nossos agricultores, através de múltiplas análises que na Região, ao contrário do que já se verifica no restante território nacional, vão continuar gratuitas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Toda a fileira do leite – desde a produção, à transformação e à comercialização – vai enfrentar no próximo ano os desafios resultantes do desmantelamento do regime de quotas leiteiras no espaço comunitário.

O Governo dos Açores não concordou com esta liberalização determinada por Bruxelas e contestou-a junto das instâncias nacionais e comunitárias.

Contudo, cautelar e paralelamente, também desenvolveu, na última década, uma política de investimento público direcionado para as competências dos nossos agricultores, para as infraestruturas de apoios à produção, para os incentivos à modernização das explorações e das unidades transformadoras, que mereceram a adesão dinâmica dos nossos empresários.

É uma política que vamos prosseguir e reforçar.

Desde logo, e por exemplo, garantindo, no próximo ano, 3.725 horas de formação a 1.178 agricultores, num investimento superior a 226 mil euros.

Mas importa clarificar, aqui e nesta ocasião:

- Não há uma medida única para combater os possíveis efeitos do fim do regime de quotas. É através de várias medidas públicas que, executadas em conjunto e no âmbito de uma estratégia transversal, englobando a comercialização, que capacitamos os nossos agricultores e a nossa indústria a vencer este desafio.

São disso exemplo os investimentos efetuados na modernização das explorações agrícolas, representando mais de 80 milhões de euros, comparticipados a taxas que variaram entre os 50% e os 85% e que beneficiaram, no último Quadro Comunitário de Apoio, cerca de 1.000 produtores açorianos, por via das prioridades estabelecidas pelo Governo dos Açores para o uso dos fundos comunitários.

Por outro lado, nesta legislatura, o Governo dos Açores promoveu, em estreita colaboração com a Federação Agrícola dos Açores e as associações de todas as ilhas, a revisão do POSEI – recentemente aprovado, sem reparos, pela Comissão Europeia.

Essa revisão, além de acautelar a equidade entre ilhas e fileiras de produção, permitiu a criação de mecanismos estimuladores da produção e o reforço em quase 2 ME do prémio aos produtores de leite.

Medida que passa, assim, a contar com cerca de 21 milhões de euros por ano.

Estamos convictos da capacidade instalada no setor e na competência dos nossos empresários agrícolas e industriais, demonstrada, de resto, pela boa performance no cenário de semiliberalização em que já operam.

Não abdicamos, contudo, de reafirmar e insistir na defesa de um reforço de apoios ou definição de medidas específicas nesta fase, junto do Estado Membro e das instâncias comunitárias.

A partir de 2015, contamos, efetivamente, com um novo Quadro Comunitário de Apoio.

Nesta fase de transição, o Governo dos Açores assegurou a candidatura e contratação de quase 300 projetos de investimento.

Ou seja, os promotores não vão ter que refazer e apresentar novas candidaturas ao PRORURAL+, que se encontra em fase final de negociações com a Comissão Europeia e que prevê a atribuição de cerca de 300 ME para o setor agropecuário e florestal açorianos.

E sobre a Estratégia Florestal dos Açores, quadro orientador da nossa política até 2020, espelha o trabalho já desenvolvido em 31% do território insular, inova e projeta os principais objetivos a concretizar, tendo sido enriquecida com múltiplos contributos, em consulta pública.

Vamos continuar a promover a certificação da gestão florestal, a valorização dos produtos florestais e a sua comercialização, através da procura de novos mercados.

Nomeadamente, consolidar e divulgar a marca “Criptoméria dos Açores” e, também, conforme já anunciamos, criar a marca “Florestas dos Açores.”

Pretendemos que a criação, em 2015, dessa marca, agregada à Certificação da Gestão Florestal, possa evidenciar a origem dos produtos e serviços florestais endógenos como, por exemplo, o material lenhoso, a produção de frutos, mel ou outros e, até mesmo, a imagem associada ao recreio florestal.

Outro objetivo é o de aumentar a competitividade do setor através da utilização sustentável dos recursos florestais, da dinamização do uso múltiplo da floresta e potenciando a gestão dos recursos cinegéticos e piscícolas das nossas águas interiores.

Por outro lado, considero importante referir que estão reunidas condições que permitem prosseguir o apoio aos agricultores, com a beneficiação e conservação dos cerca de 1.400 km de caminhos rurais e florestais que constituem um elemento estruturante e determinante na atividade agro-florestal na Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais de 24% do território terrestre dos Açores está classificado no âmbito da Rede Regional de Áreas Protegidas e da Rede Natura 2000, percentagem que evidencia a dimensão do esforço exigido na sua gestão, com vista à conservação da natureza e à valorização dos recursos naturais.

Aliada ao regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade, a criação dos Parques Naturais de Ilha constituiu um enorme avanço na gestão das áreas classificadas, pois agregam e gerem todas as áreas ambientalmente sensíveis existentes na sua unidade geográfica terrestre e no respetivo mar territorial (até às 12 milhas).

As prioridades de intervenção assumidas para esta Legislatura visam os objetivos e metas de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, consagrados na Estratégia Europa 20-20: a preservação do património natural e a utilização sustentável dos recursos naturais.

As marcas ambientais – Reserva da Biosfera, Património Mundial, Geoparque Açores, Áreas Ramsar, Programa EDEN, Carta Europeia de Turismo Sustentável, entre outras – são importantes mais-valias que o Governo do Açores tem promovido, no quadro da estratégia de sustentabilidade e de coesão que vem implementando.

Neste contexto, temos já em curso a elaboração do processo de candidatura das Fajãs de São Jorge a Reserva da Biosfera.

Em curso está, também, o processo de elaboração do Plano Regional para as Alterações Climáticas, considerando – para o horizonte de 2030 – a competitividade e a sustentabilidade futuras em setores críticos, o mercado emergente das tecnologias verdes e questões fundamentais de segurança alimentar e energética, de salvaguarda de pessoas e bens, e políticas de utilização dos solos e de mobilidade.

Em matéria de ordenamento do território, os Açores deram um salto qualitativo tremendo na última década e meia.

Passámos da ausência total de instrumentos de planeamento territorial – exceto a Carta da Reserva Agrícola Regional –, para uma Região onde todos os municípios têm Plano Diretor Municipal eficaz, para além de 10 Planos de Ordenamento da Orla Costeira, cinco Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas de Lagoas e um Plano de Ordenamento de Área Protegida.

Outra área de importância extrema, no presente e para o futuro, é a gestão da água.

Atualmente, estamos a desenvolver o processo de revisão do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, para vigorar no período de 2016 a 2021, com base nos objetivos ambientais da Diretiva Quadro da Água e da Lei da Água.

Ao nível da promoção e sensibilização ambiental, permitam-me referir o número crescente de visitantes na Rede de Centros Ambientais da Região que, de 2012 para 2013, registou um aumento de cerca de 40%, traduzido em mais de 100 mil visitantes.

E entre janeiro e outubro deste ano já recebeu mais quase cinco mil pessoas do que no mesmo período do ano passado, um aumento de 5,22% que diz bem da relevância e do retorno que estes investimentos geram.

Potenciado, também, o desenvolvimento de negócios privados, por via da exploração de infraestruturas, do fomento das atividades das empresas turísticas ou pela promoção e venda de produtos locais.

Nos recursos hídricos, estão alocados 5,3 ME para a manutenção, execução de limpezas e reperfilamento de linhas de água em toda a Região.

Em 2012, esse valor representava 1,7 ME. Significa que triplicamos o investimento em apenas três anos, indicando a importância que o Governo confere à salvaguarda da segurança de pessoas e bens.

O meio ambiente e as pessoas são o nosso maior ativo.

Compete-nos promover, entre ambos, uma convivência harmoniosa, em prol do desenvolvimento sustentável dos Açores, do bem-estar e da qualidade de vida, presente e futura, de quem vive e visita estas ilhas.

Disse! Muito obrigado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para me inscrever para uma intervenção!

Presidente: O Sr. Deputado já esgotou o seu tempo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus, esse truque já está esgotado!

Presidente: Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, este Governo reforça os gastos na sua Rede de Centros Interpretativos e corta no combate à eutrofização das lagoas, nomeadamente nas de São Miguel, que com a exceção das Furnas, estão abandonadas à ação dos sedimentos e das microalgas.

Tem um Governo que branqueia o problema da contaminação dos solos e aquíferos na Praia da Vitória e que se viu grego para abrir os Centros de Processamento de Resíduos, mas tem as lixeiras todas por selar, as Centrais de Valorização Energética muito atrasadas, que deixou de ter verba quer para a remoção de passivos ambientais, quer para o transporte inter-ilhas de resíduos.

O PEGRA é um soluço!

Tudo isto, com a produção de resíduos a continuar a crescer de acordo com as notícias relativas à Ilha de São Miguel, que é a ilha que mais resíduos produz nos Açores.

Há também um problema ambiental e de saúde pública gravíssimo nos Açores que nem o Governo, nem o PS, querem falar.

Refiro-me ao problema do amianto nos edifícios da Região. Há muitos edifícios públicos com coberturas em amianto, para além dos edifícios das escolas nos quais o Governo vai intervir.

A lei manda que todo o amianto seja retirado dos edifícios públicos...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A lei do PS!

Deputado André Bradford (PS): Foi feita pelo Grupo Parlamentar do PS!

O Orador: ... até 2019.

No que diz respeito ao edificado privado, quer em habitações, quer em edifícios não habitacionais, o problema é tão ou mais grave.

A crise sísmica da década de 60 encheu as habitações das Ilhas do Triângulo de fibrocimento com amianto, que está degradado e é um perigo para a saúde.

O Governo sabe e nada faz!

Os Açores, sobretudo nas ilhas maiores, estão cheios de armazéns e edifícios industriais com coberturas antigas de fibrocimento com amianto.

Nesses edifícios trabalham pessoas e funciona maquinaria muitas vezes pesada.

As pessoas podem estar em perigo.

No ano passado, o Plano tinha uma verba de 333 mil euros para que privados retirassem o amianto dos seus edifícios. Este ano nem essa migalha está prevista.

Este é um problema ambiental e é um problema de saúde pública, como já disse, e o Governo está a ignorá-lo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, a pergunta que lhe quero pôr é a seguinte:

O Plano Estratégico da Gestão de Resíduos dos Açores – o PEGRA, está em processo de revisão há cerca de um ano.

Como é que o Sr. Secretário Regional justifica a implementação do sistema de tratamento de resíduos urbanos por incineração à revelia de um PEGRA que não existe neste momento?

Não será de propósito, Sr. Secretário Regional? Qualquer coisa como enquanto não se conclui a revisão conclui-se o negócio? E será tudo isto em defesa do interesse dos Açores ou na defesa de outros interesses?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições... Sr. Deputado António Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, saudar o Sr. Secretário pela excelente intervenção que fez. Foi tão esclarecedora que pelos vistos na área da agricultura, não temos dúvidas, deve estar tudo bem. Pensamos que não está tudo bem, mas que está muito trabalho feito é uma evidência e o senhor ali disse tudo.

Vou reforçar aqui uma pergunta, que é uma preocupação de todos nós e do senhor também.

O senhor falou ali de cima das quotas leiteiras e está próxima a abolição das quotas. Vou reforçar essa pergunta, mas antes de mais queria fazer aqui uma referência.

O PSD defendia e defende, nomeadamente através do Sr. Deputado António Ventura, a não redução de agricultores na agricultura.

Ou seja, com esta opção do PSD,...

Deputado António Marinho (PSD): O PSD!... Isto é o Plano e o Orçamento!

O Orador: ... hoje, não tínhamos uma agricultura rejuvenescida como temos, com a média de idades mais baixa relativamente à média nacional.

Também é conhecido de todos que o PSD e também o Sr. Deputado António Ventura são grandes apologistas da realização...

Deputado António Ventura (PSD): Sou uma pessoa muito importante!

O Orador: ... de muitos estudos, nem que seja para a mais pequena situação, e muitas das vezes vamos lá saber porquê.

Ora, é conhecido de todos o Estudo de Avaliação do Impacto da Liberalização das Quotas Leiteiras no rendimento dos produtores na Região. Nas considerações finais e conclusões, aponta medidas e estratégia a seguir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acho que é a primeira vez que ouço o PS falar nisso!

O Orador: Vou apenas citar algumas:

- continuar a apostar (eu repito: continuar a apostar...) no fornecimento de água, energia, caminhos agrícolas e infraestruturas de apoio às explorações, nomeadamente às salas de ordenha;

- permitir o abandono e a diversificação da atividade de modo a reduzir o número de produtores de leite e promover a concentração da produção nos mais aptos, permitindo assim uma melhor sustentabilidade económico-financeira no setor;

- continuar a incentivar o rejuvenescimento das explorações, entre outras considerações.

Em parte, o estudo vem ao encontro daquilo que o Governo Regional tem vindo a desenvolver com maior relevância na última década: preparar e criar condições para que a agricultura açoriana se torne cada vez mais competitiva e de maior rentabilidade para os nossos agricultores.

Vai precisamente no sentido contrário àquilo que defendia o PSD.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se o Governo Regional seguisse o caminho apontado pelo PSD de hoje, a nossa agricultura seria um caos, o mesmo caos em que se encontrava na década de 90.

A pergunta que coloco ao Sr. Secretário é a seguinte:

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu sei que incomoda mas esta é que é a realidade.

Para além de todo o trabalho já realizado, está o Governo Regional preparado e o que pode fazer ainda mais de modo a que agricultura açoriana ultrapasse mais este novo desafio que se aproxima?

Obrigado.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Centrar-me-ei em simultâneo nas respostas que pretendo dar à Sra. Deputada Zuraida Soares e ao Sr. Deputado Luís Rendeiro, porque elas versam o mesmo tema. Tem a ver com PEGRA.

Começarei por referir que a proposta de revisão do PEGRA está concluída e vai ser colocada à discussão pública já no próximo dia 9 de dezembro. Portanto, daqui por uma semana, sensivelmente.

Aquilo que contempla na sua generalidade relativamente às questões da incineração é exatamente o mesmo modelo. Portanto, mantém a indicação, a propositura, de desenvolver dois centros de valorização de resíduos nas ilhas de São Miguel e Terceira, conforme naturalmente sabe. Estes centros são desenvolvidos, são projetados, pelas respetivas autarquias.

Relativamente à questão do amianto, é um processo que decorre. É da responsabilidade dos privados, nas questões privadas, e terá naturalmente os apoios necessários através da dotação dos apoios à habitação degradada, como o Sr. Deputado também certamente saberá.

Houve que fazer uma alteração devido à sua integração nas estratégias do Plano Operacional vigente.

Relativamente à questão das quotas leiteiras, penso que na minha intervenção já tive oportunidade de esclarecer qual é que é a estratégia do Governo.

Nós entendemos que isto é um desafio que aí vem, é um desafio para o qual os agricultores açorianos e as indústrias transformadoras açorianas se têm vindo a preparar paulatinamente ao longo do tempo.

Os indicadores que neste momento temos na Região a isso indicam.

No próximo Plano o Governo sinaliza de uma forma muito relevante investimentos, com crescimento das suas prestações orçamentais, para o desenvolvimento de investimentos em áreas estratégicas, designadamente na construção e manutenção de caminhos, no abastecimento de água e de eletricidade às explorações. Portanto, em todas as áreas da estruturação, para permitir, desta forma melhorar cada vez mais a competitividade das explorações.

Para além disso, não como uma forma de resolver o problema, mas como mais um contributo (também tive oportunidade de referir na minha intervenção inicial), temos um reforço, no âmbito do POSEI ao prémio aos produtores de leite, de cerca de 2 milhões de euros anuais, que naturalmente trará também consequências positivas e um contributo positivo para o aumento da competitividade das nossas explorações.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, se o amianto fosse simplesmente um problema de habitação degradada e de requalificação urbana, os senhores não teriam tido no ano passado, num Governo do qual o senhor já era Secretário Regional, uma verba específica para apoiar os privados na retirada de coberturas com amianto. Portanto, das duas, uma: ou deixou de ser uma prioridade, ou os senhores já ajudaram quem queriam ajudar.

Este é um problema que afeta muita gente e que afeta uma parte significativa dos edifícios da Região. Não deve ser tratado de ânimo leve.

Muito obrigado.

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, eu peço desculpa mas não fiquei elucidada com a sua resposta relativamente ao PEGRA.

Fiquei satisfeita por saber que o novo PEGRA será dado à luz do dia no próximo dia 9 de dezembro. É uma boa notícia. Já tardava. Mas há uma coisa que eu não percebo.

O Sr. Secretário Regional diz que tal como estava no PEGRA que agora vai deixar de existir e dar lugar ao próximo, estava lá a valorização energética.

Dentro dos meus conhecimentos, valorização energética não quer dizer, nem nunca quis dizer, incineração, porque há outras formas de fazer valorização energética.

Mais. Estava no PEGRA, que agora já não é (ainda não há um novo, mas este também não é ainda o velho),...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É o segundo, Sra. Deputada!

A Oradora: ... que o tratamento de mecânica e biológica era uma das formas privilegiadas.

Portanto, fico confusa quando o Sr. Secretário Regional me responde que tal como estava no PEGRA anterior, a valorização energética vai ser feita por incineração (o que não está lá!) e que fica tudo bem, está tudo bem.

Do nosso ponto de vista nem está tudo bem, nem é verdade completa, ou pelo menos eu percebi mal e se foi o caso peço desculpa, aquilo que o Sr. Secretário Regional acabou de dizer.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer as questões colocadas pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

Aquilo que o PEGRA contempla e que naturalmente conhece, é a valorização energética dos resíduos, que são os resíduos nas Ilhas de São Miguel e Terceira, bem como aqueles que porventura pudessem ser transportados para essas ilhas.

É um processo de valorização energética.

Tem uma fase inicial de separação dos resíduos que chegam às centrais e depois terá todo o processo de transformação que permite produção de energia e a sua colocação na rede.

Portanto, é isso que está no PEGRAA e que continua a estar e que vai ser alvo naturalmente de discussão pública.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

Sendo assim vamos dar início às intervenções de tribuna.

A primeira intervenção é do Sr. Deputado Duarte Moreira. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A apreciação, discussão e votação do PLANO ANUAL REGIONAL PARA 2015, marca o início de uma nova fase da atividade agropecuária dos Açores, sendo este o primeiro plano a vigorar no período pós quotas leiteiras, num novo quadro irrealista, de liberalização da produção leiteira na União Europeia e que não deixará de ter repercussões na fileira do leite em toda a Europa e consequentemente também nos Açores.

Muito embora a produção regional de leite seja uma gota no Oceano do mercado mundial de laticínios, esta é muito significativa na produção nacional, representando mais de 30% da produção de leite de Portugal, concentrada em apenas 2% do seu território, sendo que em 2013 a produção regional rondou as 566 mil toneladas, distribuídas por 2989 produtores, no que constituiu uma notável evolução nos últimos 15 anos, quer em quantidade, quer na sua qualidade, resultado de uma reestruturação bem conduzida pela Região e pelos Governos dos Açores durante este período.

Os Governos dos Açores, da responsabilidade do Partido Socialista, têm vindo a canalizar avultadas verbas ao investimento no setor agrícola, com grande destaque para as infraestruturas, como caminhos agrícolas, água, eletrificação, mas também para a Sanidade e Higiene e Formação Profissional dos nossos ativos agrícolas, o que associado ao investimento realizado pelos próprios agricultores na modernização das respetivas explorações, potenciado e incentivado pelos fundos dos programas comunitários que os Governos dos Açores negociaram e disponibilizaram para o setor, bem como a modernização da indústria, fazem com que hoje, não obstante os difíceis desafios e constrangimentos que temos pela frente, e que nos obrigam a trabalhar mais e melhor, o setor esteja mais preparado para o embate do fim das quotas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É agora há 3 dias!

O Orador: ... e para minimizar os impactos previstos no estudo de avaliação do impacto da liberalização das quotas leiteiras mandado fazer pelo Governo dos Açores.

Recentemente reacendeu-se as críticas ao fim do regime de quotas leiteiras, por parte de muitas organizações representativas da produção em países que defendem a liberalização da produção, pelo que a Região e o estado membro que é Portugal, devem continuar a capitalizar e a reivindicar uma atenção particular nesta área, se não no sentido da manutenção do sistema de quotas, que o faça no sentido da capitalização desse descontentamento de modo a se encontrar no espaço europeu medidas de mitigação dos eventuais efeitos negativos para a Região da abolição deste sistema.

A discussão do Plano e Orçamento para 2015, aqui em apreço, coincide também com o início de execução de um novo quadro comunitário, que prevê importantes verbas para o setor agropecuário regional, desde logo, através do POSEI, recentemente aprovado, o que constituiu uma boa notícia para a agricultura da região.

Mediante uma adequação à realidade atual, e depois de uma articulação com todos os agentes das fileiras produtivas regionais, entre as quais, e em particular, com as organizações de produtores, foi possível reforçar as verbas disponíveis, em cerca de 2 milhões de euros por ano, no prémio aos produtores de leite.

Relativamente ao programa de desenvolvimento rural, PRORURAL+, o mesmo está em fase final de análise pela Comissão Europeia, aguardando-se também para breve a sua aprovação, o que irá permitir uma nova fase de investimentos na modernização das explorações, na continuação dos investimentos fundamentais em infraestruturas, no reforço da aposta nos jovens agricultores e na sustentabilidade ambiental do meio rural, valorizando cada vez mais os nossos produtos, diferenciando-os pelas suas características intrínsecas, pela sua qualidade e pela sua diferenciação e exclusividade.

Numa conjuntura de grande adversidade externa para os Açores, o Executivo Regional continua a querer responder aos anseios dos agricultores e continua a reforçar o investimento nesta atividade tão importante para a nossa economia. O objetivo é claro: reduzir os custos de contexto, de forma a aumentar a rentabilidade desta atividade e gerar emprego.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São as tais situações: querer não é poder!

O Orador: No Plano de 2015, para o setor agrícola, destacam-se os aumentos significativos nas rubricas dedicadas às infraestruturas Agrícolas e Florestais, nas Infraestruturas de Ordenamento Agrário com um aumento de cerca de 64% e manutenção da rede de caminhos rurais, atualmente de cerca de 1.500 km em todo o arquipélago.

Deve realçar-se que o Governo dos Açores sempre manteve uma postura de diálogo, procurando corresponder às expectativas do setor agrícola Açoriano, tendo-se mostrado disponível para acertar agulhas com as organizações de produtores de todas as ilhas, no que toca aos investimentos para 2015.

Naturalmente que todos nós gostaríamos de corresponder em pleno a reivindicações de mais verbas para o setor, mas há que fazer apostas estratégicas, com a máxima responsabilidade e sentido de equilíbrio.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos no Ano Internacional da Agricultura Familiar, declarado pela Organização das Nações Unidas.

Nos Açores, a maior parte das explorações agrícolas organiza-se nos moldes de agricultura familiar, desempenhando um forte papel no combate à desertificação das zonas rurais, gerando emprego, coesão social, salvaguarda ambiental, criação de riqueza, melhores condições de vida.

As novas gerações, fortalecidas com o sábio conhecimento e experiência dos mais velhos, aliado ao conhecimento científico da atualidade, poderão dar um contributo dinâmico, inovador e contínuo ao progresso dos Açores.

Uma agricultura assente na estrutura familiar, protagonizada por jovens agricultores, alicerçada em estruturas produtivas ambientalmente sustentáveis, modernizadas e rentáveis que permitam obtenção de produtos de qualidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A estabulação permanente!

O Orador: Para os jovens agricultores será assegurado um prémio à primeira instalação superior ao do Quadro Comunitário que agora terminou, tendo em consideração o esforço de investimento e o nível de formação adquirido.

Esta tem sido uma persistente aposta do Governo dos Açores, traduzida no elevado número de projetos de investimento destinados aos jovens agricultores, aprovados no decurso do Quadro Comunitário que terminou e que permitiu a cerca de 170 jovens agricultores estabelecerem-se, beneficiando de mais de 6,1 milhões de euros de prémio à primeira instalação.

A presente proposta de Plano de investimentos, que aqui agora se debate, encerra estas e outras prioridades, que para o PS e para o Governo dos Açores, há que continuar a alicerçar e a desenvolver.

Os desafios estão aí, são grandes, complexos e difíceis, mas o caminho fica mais fácil quando se sabe por onde se vai, podendo os agricultores dos Açores confiar no Partido Socialista e no Governo dos Açores!

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições. Sendo assim dou a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro para uma intervenção.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais do que apresentar um conjunto de medidas com as respetivas verbas, os Açorianos esperam a execução dos planos apresentados pelo Governo Regional. Embora de ano para ano se encontre algumas mudanças, mantém-se a mesma linha de orientação pondo em causa qual o seu efeito.

Continuamos a ouvir que há “uma grande aposta na diversificação agrícola”, mas na realidade as medidas que aparecem de ano para ano mostram o contrário. No Plano para 2014, na medida 2.4.6 estava incluído o “Projeto Terra Açores”, que consiste na criação de uma Bolsa de Terras Públicas disponíveis para a fixação de jovens agricultores nas diferentes ilhas, semelhante ao que já existe na República, referenciado também na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, estando a sua execução para o primeiro trimestre de 2014.

A verdade é que não passou de uma intenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Falar em diversificação é também falar nas culturas industriais, algo que não se reconhece neste Plano, e verificar a situação ruínosa da SINAGA,

que piora a cada mudança de conselho de administração, onde as estratégias escolhidas encaminham esta cultura para o seu fim.

O Plano Regional Anual para 2015 caracteriza-se também por ser o primeiro a ser executado com o fim do Regime de Quotas Leiteiras. Ao analisar este Plano, não se encontra onde os nossos produtores e industriais deste sector se podem valer com as dificuldades que terão que passar.

Este caminho deveria ter sido trilhado muito antes, tal como parecia no ano de 2004, quando foi anunciado pelo então Presidente do Governo Regional a criação do Centro do Leite e Lacticínios como uma prioridade governamental.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Virtual!

O Orador: Não aconteceu...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Volta então a estar inscrito no Plano e Orçamento da Região para 2006 com a verba de um milhão de euros, não passando apenas de uma intenção como sempre foi, e depois desapareceu.

Em 2011, por iniciativa do PSD, se pretendeu criar o “Observatório do Leite e dos Produtos Agroalimentares”, sendo reprovado com a justificação, que aqui cito, «que até final de 2011 estaria a funcionar o “Centro do Leite e Lacticínios”». Já todos sabemos o resultado... não se faz nem se deixa fazer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O sector da carne nos Açores tem crescido com algumas oportunidades de mercado, mas tem de obedecer a exigências tais como a qualidade, quantidade e respeito pela periodicidade contratada.

Nos Planos anteriores a este, surgem medidas como a requalificação dos matadouros, estando mais necessitados os das ilhas do Pico e S. Miguel, passando agora a mesma promessa para o primeiro trimestre de 2015, oxalá assim seja.

Os matadouros das ilhas Graciosa e Faial também eram promessas para 2014, o que surgem novamente para 2015 com a novidade de cada um estar equipado com uma sala de desmancha. Este equipamento é de facto uma forma de acrescentar mais valor à carne açoriana, ficando o valor das peças na Região e não somente na expedição de carcaças. Mas requer um bom plano de gestão neste sector, pois quando não bem aproveitada, uma sala de desmancha passa a ser uma despesa ao erário público, ou então, mais uma sala vazia à semelhança do que acontece nas ilhas das Flores, Terceira e S. Miguel.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Urgente no sector da carne são os transportes marítimos, onde não estão adaptados às necessidades dos empresários e associações,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sendo estes que se sujeitam a alterações de última hora perdendo a credibilidade nos mercados que, sim a eles, lhes custaram muito a ganhar.

Sras. e Srs. Deputados:

Esta é mais uma prova que o Plano Integrado de Transporte (PIT) não funciona, e cria dificuldades a quem cria riqueza e trabalho na Região. Dificulta o agrupamento de gado para o abate entre ilhas, assim como a expedição de carcaças, ficando algumas a percorrer várias ilhas até chegar ao seu destino, perdendo valor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O mesmo acontece com a produção agrícola e sua comercialização entre ilhas, onde se assiste a situações ridículas nos nossos cais de embarque, algo que supostamente não deveria existir nos dias de hoje.

E para terminar, apenas esta pergunta: quantos postos de trabalho estão criados na exploração da floresta açoriana dos mil prometidos?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos Plano. Não temos é planeamento Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção do Sr. Deputado Renato Cordeiro gostaria apenas de referir dois ou três aspetos que me parecem relevantes e que me fazem pensar que o Sr. Deputado anda certamente distraído relativamente àquilo que tem acontecido na agricultura e na indústria agro-transformadora em toda a nossa Região.

Os investimentos nos últimos anos são bem indiciadores daquilo que se modernizou, tanto nas explorações agrícolas, como nas fábricas, sobretudo na área do leite.

O Sr. Deputado certamente conhece bem, na Ilha de São Miguel onde reside, todo o processo recente de modernização das indústrias leiteiras. Praticamente todas elas estão estabelecidas na Ilha de São Miguel.

O Sr. Deputado certamente conhece bem os investimentos que se têm feito ao nível das explorações agrícolas e que fizeram com que nos últimos anos tivéssemos tido uma evolução excelente relativamente aos indicadores e à performance dos nossos agricultores.

Portanto, eu estranho naturalmente as observações que fez relativamente a esta matéria.

O Plano para 2015 contempla também, ou tem alocadas verbas necessárias para a modernização dos investimentos, para a potenciação dos fundos comunitários que aí vêm no âmbito do PRORURAL.

Portanto, penso que estão criadas as condições para que tanto os agricultores, como a agroindústria, disponham de apoios financeiros necessários e suficientes para prosseguirem na senda do progresso que têm encetado nos últimos anos.

Relativamente à questão das terras, pois aquilo que o Governo tem feito ao longo dos anos é, na boa gestão das terras públicas, em acordo com as associações agrícolas das várias ilhas e para servir os interesses dos agricultores, uma gestão rigorosa daquilo que são os nossos baldios, que são terras públicas que são disponibilizadas aos nossos agricultores.

Recentemente, na Ilha do Faial, em consequência de negociações e de aproximações com ambas as associações agrícolas, decidimos alterar a gestão destas terras, destas áreas e muito em breve será atribuído aos agricultores do Faial, não em função das cabeças que lá põem, mas em função das áreas que vão poder utilizar para potenciar as suas explorações, particularmente nalguns com interesse mais na produção do leite.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Moreira (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Machadinhas não! Zero!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez que tenho andado muito distraído a percorrer e a contactar as nossas associações, e uma vez que o POSEI é uma parte muito importante do rendimento dos nossos agricultores, eu tinha duas questões:

Por que é que a partir do mês de junho o POSEI foi negociado nas costas das nossas associações, só agora sabendo o que foi aprovado em Bruxelas?

Outra questão (esta mais técnica):

Uma vez que é muito maior o número de carcaças de vitelões do que novilhos exportadas, por que razão há uma majoração maior ao novilho do que ao vitelão?

A resposta que me vai dar é aquela que vou usar para os agricultores que me questionarem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência desta última intervenção do Sr. Deputado Renato Cordeiro, convém esclarecer o Sr. Deputado...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ele perguntou foi ao Sr. Secretário!

O Orador: ... e os outros Deputados desta Casa, o seguinte:

De facto, o Governo Regional nas negociações e articulação do Programa POSEI, quer também como o próprio Programa PRORURAL, teve um grande trabalho de articulação com todas as associações dos Açores e com a própria Federação Agrícola.

Houve mesmo uma reunião em São Miguel reunindo todas as associações, também com a Direção da Federação Agrícola, em que as medidas, as estratégias, foram definidas e acordadas entre todas as partes.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Não!

O Orador: Obviamente que é fácil de entender que numa plateia com um número de pessoas alargado, nem todas as pessoas terão estado completamente de acordo com este ou aquele ponto das medidas propostas.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): A questão não é essa!

O Orador: No entanto, quero aqui também reforçar que o Programa POSEI é um programa adequado àquilo que é atualmente a realidade das produções, tendo em conta a evolução, e houve obviamente aqui medidas que são de estratégia política, reforçando, por exemplo na carne, a questão do abate na Região.

Há longo tempo que defendemos essa estratégia, até aqui dentro desta Casa, e não é hoje que a podemos pôr em causa.

Relativamente à última pergunta, técnica, que colocou, obviamente que o reforço em cerca de alguns euros nos novilhos em detrimento do vitelão, tem a ver com o facto de ficar um pouco mais caro manter o animal mais um ou dois meses do que o vitelão que é abatido mais cedo.

Tem a ver com isso, Sr. Deputado, nada mais.

Muito obrigado.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): É essa a resposta que vou tentar explicar!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem agora a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário estava um pouco distraído. É que ainda não me respondeu à questão de quantos são os postos de trabalho na área da floresta e novamente o porquê dessas negociações do POSEI.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Renato Cordeiro, se há programa nesta Região que foi discutido quase até à exaustão para se conseguir uma versão final consensualizada, que acolheu contributos senão de todas, mas pelo menos da grande maioria de todas as associações agrícolas da nossa Região...

Ao longo do primeiro semestre deste ano, entre janeiro e junho, conciliámos interesses, reunimos as pessoas, discutimos os assuntos e, culminando numa

reunião muito participada na véspera da Feira Açores, em São Miguel, no passado mês de junho, conseguimos, nesse documento final que foi posteriormente apresentado em Bruxelas, congregar todos os interesses que até então e nessa reunião foram manifestados.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Não foi neste documento!

O Orador: O Sr. Deputado não acompanhou estas negociações, não poderá naturalmente testemunhar aquilo que aconteceu, mas certamente se confrontar aquilo que é o programa final que foi aprovado, com aquilo que foram as opções e as sugestões das várias associações, em consequência da proposta do Governo, certamente mudará de opinião.

Permita-me também dizer que não podemos olhar para o POSEI sem avaliarmos aquilo que se pretende com as alterações. Ou seja, não faz sentido olhar para o POSEI anterior, olhar para este POSEI, não vou mudar nada e vou ver se ganho mais ou se ganho menos. Não é essa a intenção do POSEI.

A intenção do POSEI é criar uma ferramenta nova, uma ferramenta diferente que permita alterar alguma coisa, melhorar alguma coisa no nosso panorama agrícola.

Todas as medidas que lá estão foram de facto instituídas com esse intuito.

Relativamente à questão dos postos de trabalho (naturalmente também não vou fugir a esta questão), como sabe, este processo decorre.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quantos?

O Orador: Já houve um primeiro concurso público para o lançamento do corte de determinadas áreas de mata, conforme consta do nosso Programa do Governo.

Até a este momento já estão criados cerca de 200 postos de trabalho,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso agora vai ter direito a um requerimento, Sr. Secretário!

O Orador: ... 44 de corte direto, mais outros 150 de empresas que se envolvem diretamente neste trabalho, bem como prevemos no próximo ano, com o lançamento de novos concursos, consolidar ainda mais este número.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Foram 27 postos de trabalho que foram criados!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era só para esclarecer uma coisa aqui.

O que foi discutido do POSEI no mês de maio, na véspera da Feira, não tem nada a ver com aquilo que foi aprovado.

Mais nada!

Não havia majoração diferente, nenhuma, entre duas classes de abate e agora há.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: A única coisa que ficou em discussão foi o fim da extensificação. Era só isto.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): O problema é que o Sr. Secretário sabe!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

O Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permita-me apenas discordar frontalmente daquilo que disse o Sr. Deputado Renato Cordeiro, porque não esteve lá, não sabe.

Portanto, pergunte a quem lá esteve e confronte com os resultados finais, porque aquilo que disse não corresponde minimamente à verdade.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Foi isso que ele fez!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar para a última intervenção sobre esta matéria. Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Plano para 2015 no tocante ao Ambiente e Ordenamento do Território é muito positiva tanto sob o ponto de vista quantitativo como qualitativo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Melhor que no seu tempo, pelos vistos!

O Orador: Na verdade, a dotação deste programa aumenta em relação ao ano transato, o que não deveria suscitar, como é habitual, pequenas invejas recorrentes em alguma oposição.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Porém, mais do que o volume de investimento numa área em que, por exemplo, o Governo da República tem vindo a desinvestir, o Plano para 2015 em matéria de Ambiente e Ordenamento do Território ilustra a coerência com o Programa de Governo e sua compatibilidade com a orientação da Agenda 2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é uma intervenção para melhorar o ambiente!

O Orador: Pese embora estes princípios de consistência, validade e fiabilidade tenham atravessado sucessivos Planos, sempre conheci alguma oposição mais célere a apoiar o seu partido a nível nacional do que a construir uma alternativa credível à governação socialista nos Açores.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E parece que a tradição se mantém...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: ... porquanto já em 2003 os deputados do PSD/Açores na Assembleia da República votaram contra uma proposta de inscrição de verbas para a reconstrução, e de novo, agora foi o que se viu.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): E as promessas do Guterres?

O Orador: Talvez também por isso os açorianos continuam a pensar que estão bem sentados nessa bancada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bastaria compulsar as diversas avaliações por entidades idóneas sobre a qualidade do ambiente na Região para concluirmos que a caminhada que os governos socialistas têm feito neste domínio apresenta resultados e mantém a sustentabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é isso que dizem os pontadalgadenses!

O Orador: Recorde-se que os Açores foram a primeira Região mundial a receber o Quality Cost Platina, prémio internacional que distingue a qualidade ambiental costeira para um turismo sustentável, reconhecendo-se, desta maneira o trabalho que têm vindo a desenvolver-se pelas boas práticas de sustentabilidade.

Apesar da polissemia associada à sustentabilidade (social, económica, cultural, ecológica e ambiental) aqui, o conceito tem um significado ligado às condições ou processos de um sistema que permite a sua permanência em certo nível e por determinado prazo, que queremos que seja o maior possível.

Longe vão os tempos em que o ambiente era visto como área bizarra de uns quantos sonhadores ou estudiosos ao ponto das políticas ambientais desse tempo se resumirem a classificar algumas espécies ou alguns *habitat*. No final dos anos 60 e durante os anos 70, a emergência do movimento ambientalista e o choque petrolífero fizeram dos recursos naturais, da energia e do ambiente, em geral, um tema de importância económica, social e política, o qual se denominou Questão Ambiental. Dito de outro modo, apesar das questões ambientais serem relevantes desde pelo menos a década de setenta, os Açores, é justo dizê-lo, tiveram um interregno de contemplação ambiental, ou um silêncio ensurdecido e comprometido, marcado pela acumulação de passivos ambientais que têm vindo a ser resolvidos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Continua isolado, Sr. Deputado!

O Orador: Neste Plano de 2015 referenciamos alguns projetos de forma necessariamente sucinta. No âmbito da Gestão de Resíduos refira-se, ao

contrário do que se disse, a selagem de aterros e lixeiras, onde nas sete ilhas com menor população já se conseguiram taxas de valorização de lixo urbanos da ordem dos 23%,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não estão seladas as lixeiras!

O Orador: ... tendo sido eliminados em aterro 90% destes elementos.

No domínio da Qualidade Ambiental e Património Mundial destaca-se o início do processo de **elaboração do Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC)**.

Na atividade de acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão territorial serão iniciados os processos de **alteração dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Sete Cidades e das Furnas**, bem como os processos de **avaliação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira de São Jorge, Terceira e Costa Norte de São Miguel**, conferindo-se, assim importância ao Ordenamento do Território.

Na **Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental** relevam-se as ações de monitorização e de recuperação de espécies e habitats prioritários, incluindo o combate a espécies de flora invasora, e o novo sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas, alargado à generalidade dos Parques Naturais de Ilha.

Por fim, nos Recursos Hídricos salienta-se a limpeza, manutenção e reperfilamento de linhas de água da Região, aspeto fundamental na segurança das populações e do território em geral.

Em bom rigor, é preciso continuar a insistir numa visão global para o ambiente e ordenamento, designadamente, na sensibilização e educação ambiental em articulação com as políticas educativas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O maior partido da oposição muito tem falado em ânimo, e nós entendemos isso. Desde 1996 que assistimos a uma grande depressão política do maior partido da oposição,...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Risos do Presidente do Governo Regional)

O Orador: ... e se isso foi e é responsabilidade do povo açoriano, o afastamento da governação tem alheado este partido da realidade,...

Deputado António Marinho (PSD): Quem foi que foi afastado da governação, Sr. Deputado?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Olhe o que lhe aconteceu em Ponta Delgada!

O Orador: ... ao ponto de fazer leituras flutuantes dos Açores, como se tem verificado pela pobreza das propostas alternativas aos sucessivos Planos da Região.

Curioso é mesmo notar que alguns partidos mais pequenos esforçam-se mais em trabalhar construtivamente do que os que aspiram e anseiam serem alternativa à governação do PS.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor trabalhou 16 anos da sua vida e acabou nisso!

Deputado Luís Maurício (PSD): Aproximação à governação!

O Orador: Lá diz a sentença “errar é humano mas persistir no erro é diabólico”...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano em matéria de ambiente e ordenamento concretiza o Programa de Governo e as orientações europeias mais avançadas neste domínio. Por conseguinte, os açorianos podem continuar a confiar no projeto socialista para os Açores porque ele continua marcado pela inovação e pelo desenvolvimento, nomeadamente, numa das áreas que interessa cuidar, a bem de um futuro responsável e sustentável.

Disse.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de informar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional 37 minutos e 25 segundos;

O Partido Socialista 21 minutos;

O PSD 10 minutos e 30 segundos;

O CDS-PP 6 minutos e 10 segundos;

O Bloco de Esquerda 1 minuto e 15 segundos;

O PCP já não tem tempo;

O PPM 2 minutos e 15 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos. Regressamos às 15.

Eram 12 horas e 58 minutos.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eram 15 horas e 11 minutos.

Vamos continuar com o debate na generalidade, referente aos dois documentos hoje em apreciação.

Para uma próxima intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cumpre-me apresentar as opções de investimento nas áreas setoriais da juventude e da comunicação social, plasmadas no Plano de Investimentos para o ano de 2015.

Trata-se de um Plano que, a par da apreciação em sede de Conselho de Concertação Estratégica, foi amplamente debatido no Conselho de Juventude dos Açores e que mereceu deste órgão um parecer claramente favorável.

Julgo ser unânime a ideia de que a juventude enfrenta hoje desafios únicos. As alterações no mercado de trabalho, as mudanças sociais e a evolução tecnológica permanente serão, talvez, as mais significativas.

Espera-se dos poderes públicos a capacidade de interpretar os impactos destas mutações junto dos jovens, apoiando-os no seu desenvolvimento e na construção de oportunidades para que sejam participantes ativos na vida das suas comunidades.

Precisamos da energia, do entusiasmo e da criatividade da juventude e não podemos dispensar o importante ativo que representa para a nossa Região.

Sem prejuízo da importância de outras áreas setoriais para uma política governativa que se quer integrada, a Região reserva no Plano de investimentos um espaço de intervenção especialmente dedicado ao apoio ao associativismo jovem, à mobilidade juvenil e aos equipamentos e atividades destinadas aos jovens.

Estas áreas de intervenção são, para os nossos jovens, um complemento importante às políticas setoriais já aqui apresentadas ao longo deste debate.

Em matéria de juventude, o Plano tem uma dotação 2 milhões e 378 mil euros e regista um aumento global de cerca de 7%.

Este aumento de dotação permite-nos lançar um novo programa bem como iniciar os procedimentos de requalificação de duas pousadas da Rede Regional de Pousadas da Juventude.

Colocamos ao dispor dos jovens uma variedade de programas que se constituem como instrumentos fundamentais de fomento da sua autonomização, mobilidade e projeção criativa.

Apostamos em três vetores fundamentais, nomeadamente a facilitação da mobilidade, o desenvolvimento da criatividade e o apoio à atividade associativa, dando enfoque particular às ações que fomentem a participação cívica e a intervenção comunitária.

As associações de jovens, enquanto entidades agregadoras dos seus interesses e potenciadoras da sua intervenção cívica e comunitária, produzem impactos positivos não só nos próprios jovens, como também nas comunidades destinatárias da sua ação.

Em 2014, apoiámos 119 projetos, envolvendo 5.100 jovens de toda a Região.

Queremos, pois, manter uma relação estreita de colaboração com as muitas associações de jovens da nossa Região, a quem reconhecemos um papel essencial.

Simultaneamente, prosseguiremos com o programa dirigido ao voluntariado jovem, através do qual visamos concretizar, em ações desenvolvidas pela juventude açoriana, os valores humanitaristas do Estado de direito.

Noutro plano, o Programa OTLJ tem por objetivo proporcionar aos jovens uma forma motivadora de ocupar os seus tempos livres, contribuindo para a sua educação não formal, pela aquisição de novos saberes, normas e valores, bem como o acumular de experiências sociais e profissionais decisivas para a formação de cidadãos habilitados e responsáveis.

Este programa conta com uma dotação de meio milhão de euros o que, só por si, é revelador da aposta do Governo dos Açores neste projeto, que conta com grande adesão dos jovens açorianos.

Quanto à mobilidade, não deve ser concebida como um fim em si mesmo, mas como um meio privilegiado para alargar e enriquecer a formação e as experiências dos jovens, reforçar a sua versatilidade e empregabilidade, bem como para desenvolver a sua compreensão intercultural.

O apoio à mobilidade tem, ainda, um valor acrescido numa Região marcada pelo seu carácter arquipelágico e ultraperiférico.

Neste domínio, o Programa “Bento de Gois” tem sido um instrumento fundamental na acessibilidade dos nossos jovens ao território nacional, à Europa e à nossa diáspora, tendo dele beneficiado, neste ano, 1.131 jovens.

Estamos, também, a trabalhar no programa do cartão INTERJOVEM, de modo a melhorar a sua atratividade e a dotá-lo de condições que permitam desempenhar cada vez melhor o seu papel de instrumento de apoio à mobilidade juvenil.

Lançaremos, no decurso do próximo ano, um novo programa denominado “Prepara o teu regresso a casa”, que visa implementar junto dos jovens açorianos que terminaram a sua formação mecanismos que garantam um melhor acesso à informação sobre programas de estágio, emprego e apoio ao investimento, potenciando, ao mesmo tempo, estratégias de interação entre estes jovens e o tecido empresarial regional.

Para além do desenvolvimento de uma plataforma web especialmente dirigida a jovens e da criação de um conjunto de instrumentos informativos, apostaremos no contacto direto com os jovens nos estabelecimentos de ensino e no apoio à elaboração de candidaturas aos diversos programas.

Continuaremos a trabalhar para dar aos nossos jovens a possibilidade de voltar às suas famílias, às suas raízes e de aqui desenvolverem todo o seu potencial.

Quanto à componente infraestrutural, assumiu-se a necessidade de intervir nas Pousadas da Juventude da Terceira e de S. Miguel, qualificando e reabilitando a oferta existente às novas exigências.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estas são as prioridades para a juventude no âmbito deste departamento governamental.

Porém, a política de juventude do Governo dos Açores não se esgota na ação desta Secretaria Regional, antes abrangendo todo o investimento que é feito em matéria de Educação, Desporto, Solidariedade Social, Habitação, Saúde, Formação Profissional, Emprego e Empreendedorismo, enquanto áreas transversais da governação.

Todas estas áreas representam, no cômputo geral, um avultado investimento do Governo dos Açores nas gerações mais jovens. E é assim que deve ser, pois com elas construímos o nosso futuro.

No que se refere à comunicação social, trata-se de um setor igualmente confrontado com vários desafios. Alguns deles resultantes da conjuntura económica menos favorável em que todos vivemos nos últimos 3 anos;

E desafios de carácter estrutural, que dizem respeito à profunda transformação que o setor vive a nível nacional e internacional decorrente da alteração dos hábitos de consumo, da proliferação de conteúdos e do aumento da concorrência por via digital.

Nos Açores, temos uma tradição histórica no setor da Comunicação Social, com um rácio de títulos, *per capita*, superior à média nacional.

O Governo dos Açores, consciente da importância de que este setor se reveste, tem vindo, ao longo dos últimos anos, a desenhar um conjunto de instrumentos com o objetivo de apoiar a atividade.

Reconhecemos, em primeiro lugar, o trabalho essencial desenvolvido pelos órgãos de comunicação social e que, em democracia, eles desempenham um papel insubstituível.

Reconhecendo, também, que o esforço resultante desses apoios públicos constitui um contributo relevante, embora não possa assegurar, por si só, a sustentabilidade funcional da atividade privada empresarial, aumentámos em cerca de 17% a dotação deste programa, que terá inscrito, em 2015, um valor de 600.000 euros.

Por último, uma referência ao Centro Regional da RTP Açores. Aguardamos a resolução da situação do centro regional, remetida para o Conselho Geral Independente.

O Governo dos Açores esteve sempre, e continuará a estar, disponível para participar deste processo.

Como temos afirmado anteriormente, a solução não é um fim em si mesmo, devendo antes integrar os mecanismos e as ferramentas que permitam ultrapassar os constrangimentos por todos reconhecidos, dando à RTP Açores as condições de que carece para cumprir a sua missão enquanto prestadora de serviço público de rádio e televisão.

Disse.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Informo a câmara que estão nas galerias alunos do curso técnico de apoio psicossocial da Escola Profissional da Horta, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Entramos agora num período de pedidos de esclarecimento.

A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Regresso ao debate ao fim de 24 horas, para referenciar aqui um tema que na minha perspetiva é da maior importância.

Eu sei que quando falo de toxicod dependência e da sua incidência junto da nossa juventude é uma área em que o Governo tem diversos responsáveis. É uma área transversal à ação do Governo Regional.

Eu sei também que a Sra. Secretária se preocupa com esta questão.

É uma questão que nos preocupa a todos, aos partidos políticos, à sociedade açoriana no seu conjunto.

Eu devo dizer que em relação a esta matéria acho que estamos a perder esta batalha (acho que estamos a perder esta batalha!).

Vejo com muita preocupação como o consumo aumenta nas nossas escolas e o consumo aumenta junto da nossa juventude.

É necessário dar uma resposta institucional mais forte e é necessário também que as famílias açorianas possam dar o seu contributo, um contributo solidário, um contributo preocupado nesta matéria.

Por isso o que eu lhe pergunto, considerando que exerce funções numa secretaria que tem esta preocupação, embora seja uma área de ação transversal, como já disse, é Sra. Secretária, o que deve realizar e o que deve concretizar nesta matéria e aquilo que está previsto?

Deputado André Bradford (PS): Não conhece a Orgânica do Governo?

Já debateram esse tema!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo também que esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Cláudio Almeida tem agora a palavra.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

As políticas de juventude fazem-se com os jovens e para os jovens.

As políticas de juventude são mais do que a “facilitação da mobilidade, o desenvolvimento da criatividade e o apoio à atividade associativa”.

Uma verdadeira política de juventude é uma ação transversal a todos os departamentos de Governo.

Uma ação que visa criar oportunidades para fixar os jovens nas nossas ilhas e contribuir para a dinamização de riqueza da nossa Região.

A boa vontade do Governo não pode passar apenas pela implementação de um novo programa que visa o acompanhamento e o apoio aos jovens “que saem da sua ilha de residência para prosseguir os estudos e que pretendem voltar”.

Nem pela construção e reabilitação de pousadas de juventude.

Temos de ser mais ambiciosos, Srs. Deputados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não basta reconhecer que o “emprego é uma preocupação dos jovens açorianos”.

É preciso muito mais do que isso. É preciso passar das intenções à prática.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E as estatísticas não mentem.

Temos hoje das mais altas taxas de desemprego jovem do país, atingindo 40,3%.

O que demonstra claramente que a boa vontade deste Governo pode ser muito boa, mas os resultados estão longe do esperado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem agora a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tendo em conta a diminuição da adesão ao Cartão INTERJOVEM e que o Governo Regional entende que existe a necessidade de o tornar mais atrativo e apelativo, causa-nos alguma estranheza que perante a iniciativa do CDS-PP apresentada durante o decorrer deste ano e que pretendia alargar a abrangência do Cartão INTERJOVEM até aos 35 anos, o Partido Socialista tenha inviabilizado tal iniciativa.

A maioria Socialista refugiou-se na justificação que tal alteração implicaria o impacto negativo de cerca de € 2 milhões. É estranho porque para este Plano Anual Regional referente ao ano de 2015 a verba destinada ao Cartão INTERJOVEM (que compreende as idades dos 13 aos 30) tem o valor de € 81 000 e que o alargamento para os 35 anos custe € 2milhoes.

Quem ficou a perder foram os jovens açorianos.

Relativamente à inovação apresentada pela Sra. Secretária para o próximo ano, o Programa “Prepara o Teu regresso a casa”, gostaríamos de saber de que forma é que, na prática, este programa ajudará os jovens a regressarem às suas ilhas, fixarem-se, constituírem família e criarem emprego?

Entendendo que deva existir uma preocupação com os jovens que tiveram oportunidade de sair das suas ilhas para concluir os seus estudos não podemos, no entanto, esquecer aqueles que, por razões várias, ficaram e que não tiveram a mesma oportunidade. Para esses jovens que medidas tem o Governo para apresentar?

Deputada Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Artur Lima (CDS-PP): Os 2 milhões de euros da continha, Sra. Deputada!

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Almeida, quanto ao desemprego jovem não há que negar. Efetivamente o problema tem dimensão e temos que reconhecê-lo. Nós admitimos que o problema tem uma grande dimensão, mas também admitimos que temos trabalhado muito para que essa situação seja revertida.

Creio que é injusto dizer-se, e induzir as pessoas a pensar, que esta não é uma das maiores preocupações do Governo Regional.

Vivemos numa Região profundamente jovem. É a Região mais jovem do país.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E por quê?

A Oradora: Só esse facto faz com que efetivamente o desemprego jovem tenha nesta Região uma expressão muito mais vincada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é o concelho mais jovem da Região?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É a Praia do Almojarife!

A Oradora: No entanto, este problema não é só nosso. Isto é um problema geral. Em Espanha há uma taxa de desemprego jovem na ordem dos 53,7%, na Grécia dos 50,7%.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não se pode falar da República, mas já pode falar da Espanha!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fale da República, da taxa de 2,2!

A Oradora: Até lhe posso falar da República, Sr. Deputado.

Sabe uma coisa, Sr. Deputado, ao menos aqui nós admitimos que temos um problema, enquanto que na República se dilui o desemprego jovem no aumento da população ativa e se diz que há uma descida do desemprego jovem, quando na realidade se mantém o mesmo número de desempregados jovens. Isso, Sr. Deputado, é o que se passa na República.

Deputada Berto Messias (PS): Isto é que é uma abordagem séria!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, sim! E em espanhol!

A Oradora: A empregabilidade jovem (está comprovado) é das primeiras áreas a ser afetada num contexto de crise e em regiões particularmente afetadas por essa crise.

Nós não somos um fenómeno. Estamos simplesmente a sofrer do mesmo de muitas outras Regiões na Europa e no mundo.

Nós não podemos analisar o desemprego jovem como se fossemos os únicos a sofrer desse problema.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Menos a parte do desemprego da República!

Deputada Graça Silva (PS): É! Não há jovens desempregados no continente!

A Orador: O problema do desemprego jovem, Sr. Deputado, na União Europeia não é novo. O desemprego jovem tem sido o dobro ou triplo do desemprego normal nos últimos 20 anos, agravado neste momento pelo contexto de crise.

Nós não somos diferentes dos outros. Estamos a sofrer exatamente do mesmo problema.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que estão os programas da JS?

A Oradora: Nos Açores, Sr. Deputado, as políticas implementadas têm dado alguns resultados. Se são os resultados que queremos, não são! Queremos naturalmente resultados melhores. É para isso que trabalhamos, Sr. Deputado.

Nós não nos resignamos. Gostava de saber efetivamente o que é que os senhores pretendem? Que não façamos nada?! Eu creio que não!

Ou que apresentemos aqui medidas descabidas, como aquelas que o senhor apresentou?

Deputado José Ávila (PS): Vamos para o petróleo!

Deputada Graça Silva (PS): Exatamente!

A Oradora: Isso recusamo-nos a fazer, Sr. Deputado.

Apontar o dedo, Sr. Deputado, é muito fácil. Eu não duvido que os senhores esfregam as mãos de contentes por nós ainda não termos conseguido alcançar os resultados que queremos. De certeza! E o senhor está a anuir!

Mas nós aqui, Sr. Deputado, não baixamos os braços.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Os senhores, nesta Casa, a nível de desemprego jovem, não têm boca de abrir. Até hoje, dessa bancada, eu não vi sair uma proposta que fosse exequível, ao menos uma que pudesse ter algum resultado prático.

A conclusão a que eu chego, Sr. Deputado, é que efetivamente o desemprego jovem é uma temática que vos dá jeito e por isso os senhores demitem-se de se preocupar. Só se preocupam com ela quando chega a discussão do Plano.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem! É tão fácil fazer oposição assim!

A Oradora: Ninguém, Sr. Deputado, (ninguém!) está aqui para brincar com um problema que é grave e que reconhecemos que é grave. Arrasta-se há muitos anos na Europa e temos padecido do mesmo mal.

No entanto, nós também acreditamos que este problema merece todo o nosso empenho (o nosso diário empenho, Sr. Deputado!), muito cuidado e não a veleidade de vir a esta Casa apresentar propostas descabidas como aquela, e ainda por cima a única, que os senhores apresentaram aqui há já muito tempo, sem qualquer pejo nem respeito pela juventude dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Exatamente! Muito bem!

A Oradora: Estamos perante um problema, Sr. Deputado, que é grave. Não se pode brincar com ele, nem criticar com leveza.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: Estamos perante um problema que se resolve rápido, Sr. Deputado? Não estamos!

Se é um problema recorrente? É!

O que o PS e o Governo Regional se recusam é a baixar os braços, que é aquilo que os senhores são peritos, porque até nas vossas propostas de alteração não há uma que se dirija à resolução ou mitigação desse problema.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Presidente, para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O Partido Socialista afirmou aqui que o PSD esfregava as mãos de satisfeito com o desemprego jovem na Região.

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Coisa que é mentira.

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Os senhores estão no local para resolver os problemas.

Presidente: Sr. Deputado, não lhe posso conceder a palavra para um protesto, porque isto é debate político. O Sr. Deputado tem tempo, pode inscrever-se para intervir e rebater essa afirmação.

Deputado André Bradford (PS): Não lhe deixam, Sra. Presidente. Está amordaçado!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida pretende inscrever-se? Não!

Deputado André Bradford (PS): Está amordaçado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começarei por me referir às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão relativamente às dependências, às quais reconheço a maior relevância e julgo que isso também resultou daquela que foi uma resposta do Sr. Secretário Regional da Saúde a uma questão colocada pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida, nesse momento do debate.

De todo o modo acho que tem toda a pertinência em colocá-la em sede de discussão do Plano para a juventude, uma vez que é de facto um flagelo que afeta também a nossa juventude.

Relativamente a essa matéria julgo que todos concordaremos que há três níveis fundamentais de ação:

Ao nível da prevenção primária, onde aqui foi referido o trabalho que tem sido feito e os resultados muito positivos que temos registado ao nível da sensibilização. Diria também que o conjunto vasto de programas que a Direção Regional da Juventude disponibiliza, não sendo diretamente dirigido a este combate,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja lá se esfrega as mãos com o desemprego jovem!

A Oradora: ... tem um contributo, embora de forma indireta, decisivo, uma vez que contribui para uma ocupação saudável dos jovens para a construção de uma rede de valores.

Igualmente, os programas do desporto, por exemplo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os empregos são criados à medida. Convém ter jovens no desemprego!

Deputado José Ávila (PS): O programa de emprego do PSD criou 30 postos de trabalho em 10 anos!

A Oradora: Mas há aqui um outro setor muito importante que é ao nível da prevenção secundária.

Julgo que esta é uma área que envolve não só os diversos poderes públicos (naturalmente o Governo Regional, autarquias) mas, desde logo numa primeira linha, as famílias e a comunidade e depois todo o vasto conjunto de entidades com competências em matéria de infância e juventude, a quem eu acho que cabe desde logo o papel muito importante de sinalizar a existência do problema para que possamos passar à terceira fase que é a do tratamento e da recuperação.

Paralelamente a isto há naturalmente que fazer um trabalho muito intenso ao nível do combate ao tráfico de estupefacientes, que conhece nos dias de hoje outras configurações, como por exemplo, as drogas sintéticas. Portanto, concordo consigo que este é um problema com o qual todos nos devemos preocupar e gostaria de deixar aqui reiterado aquele que é o empenho do Governo dos Açores e que prosseguiremos nas nossas ações para melhorar cada vez mais os resultados nesta matéria.

Relativamente ao Sr. Deputado Cláudio Almeida, eu tenho pena que o senhor não tenha estado na reunião do Conselho de Juventude dos Açores...

Deputado José Ávila (PS): Não teve tempo!

A Oradora: ... mas o PSD, a Juventude Social Democrata, melhor dizendo, esteve presente.

Tenho também pena que o senhor, dizendo e bem que as políticas de juventude são transversais, não tenha conseguido, ao longo destes já quase três dias de debate, fazer uma leitura transversal e perceber, de tudo aquilo que foi sendo aqui apresentado, desde a área da saúde, à área desporto, à área da educação, à área da solidariedade, as incidências que esses diversos programas têm na juventude.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso também pode dirigir-se aquela bancada, Sra. Secretária!

A Orador: Não querendo insistir na mesma tecla, perguntar-lhe-ia, Sr. Deputado, que propostas tem o senhor para combater o desemprego, porque nós já falámos disso aqui neste debate do Plano e Orçamento e foram apresentados os vários programas de estágios e de emprego e de incentivos à inovação e à competitividade das empresas. É esse conjunto de programas que se irá repercutir de forma favorável nestes números, que é uma coisa que todos, naturalmente, ambicionamos.

Por último, referindo-me à intervenção da Sra. Deputada Ana Espínola, é verdade e assumi na tribuna que estamos a repensar o Cartão Jovem para

melhorar as questões da atratibilidade. Não tenho tanta a certeza quanto a senhora de que a passagem para os 35 anos seja um dado fundamental.

Relativamente ao Programa “Prepara o teu regresso a casa”, nós temos procurado explicar que não se trata de um programa de incentivos financeiros ao regresso.

Aquilo que percebemos da avaliação que fizemos é que há um conjunto de jovens, em especial aqueles jovens que se deslocam das suas comunidades, a quem é preciso facilitar o acesso à informação sobre todos os programas que temos disponíveis.

Vamos fazê-lo através de uma plataforma *web*, vamos fazê-lo também através de encontros presenciais onde esses programas serão apresentados.

Julgamos também, e essa foi aliás uma sugestão feita pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão que foi imediatamente acolhida e que consta do Plano, que é importante aproveitar este programa para criar mecanismos de interação entre o tecido empresarial e os nossos jovens.

Julgamos que dessas plataformas de interação beneficiarão ambas as partes e em último lugar beneficiará a Região.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à única intervenção de tribuna...

Sr. Deputado José Andrade pediu a palavra?

Deputado José Andrade (PSD): Para uma intervenção.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado José Andrade (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também em matéria de Comunicação Social, o Governo Regional promete para 2015 o que não foi capaz de cumprir, plenamente e atempadamente, ao longo deste anos de 2014.

Ainda em outubro, havia rádios e jornais de diferentes ilhas que não recebiam, nalguns casos desde o ano passado, o apoio trimestral a que têm direito no âmbito do PROMEDIA – o programa regional de apoio financeiro à comunicação social privada dos Açores.

Confirmámos até que alguns deles já tinham ordenados em atraso por causa dos atrasos do Governo.

Por curiosa coincidência, parece que ontem – só ontem – é que foram publicados em Jornal Oficial alguns dos apoios que estavam atrasados.

Neste setor, como nos demais, o que se espera e exige é que o Governo cumpra as obrigações que tem e os compromissos que assume.

Mas o Governo parece ser mais capaz a tratar dos seus do que a servir os outros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Na composição do gabinete da Sra. Secretária, parece que a preocupação inicial foi colocar esposas de deputados regionais do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Na atuação do gabinete da Sra. Secretária, parece que a preocupação permanente é não ter dinheiro para pagar o que deve à comunicação social.

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Que baixinho!

Deputado José Ávila (PS): Baixinho, baixinho!

O Orador: Pode a Sra. Secretária vir agora com mil argumentos contra os factos comprovados – mas antecipo-lhe a resposta, por falta de tempo: **da fama já não se livra!**

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Andrade, há uma parte da sua intervenção que ficará por responder, porque eu me pauto por outros valores, com certeza.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Relativamente àquilo que disse sobre os pagamentos, tive oportunidade de o esclarecer na audição em Comissão, mas tenho todo o gosto em fazê-lo novamente.

Como é do conhecimento geral, no interesse das empresas, foi, a título excecional e pela primeira vez, prorrogado em 4 meses o prazo de candidaturas, porque grande parte dos interessados não entregaram as candidaturas a tempo ou entregaram com falta de documentos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Corrija-lo também que o quarto trimestre de 2013 foi todo pago logo no início de 2014. Portanto, não corresponde à verdade que o senhor diga que havia empresas que tinham por receber desde o ano passado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Por último, dizer-lhe que o processo poderia ser mais célere eventualmente.

Assumirei aqui publicamente, e estou a fazê-lo agora, as responsabilidades que me couberem nessa matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E antes de si era o Sr. Vice-Presidente. Fica-lhe bem tirar a culpa do Sr. Vice-Presidente!

A Oradora: Assumo também, como assumi em Comissão, o compromisso de que tudo farei para que em 2016 este processo possa correr, resolvidos os

constrangimentos que se conheceram este ano, porque eu só tenho uma forma de estar na política, Sr. Deputado: dando o meu melhor!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Pedro Moura tem agora a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida só para dizer que a bancada do Partido Socialista se congratula com o aumento de 17% previsto para o ano de 2015 do Programa PROMEDIA e com o esforço que tem sido feito pelo Governo para apressar, digamos assim, os pagamentos, tendo em vista uma série de circunstâncias, nomeadamente pormenores relacionados com a apresentação de documentos. Durante este ano provou-se que atrasaram, até por parte das empresas, a apresentação de toda a documentação necessária.

Frisar que o PROMEDIA não pode ser por si só o garante da sustentabilidade dessas empresas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PROMEDIA é uma forma de apoiar essas empresas, que de resto têm acesso também a uma série de outros programas no âmbito da competitividade e emprego para a manutenção dos postos de trabalho, para a criação de situações e sistemas inovadores,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e para o aperfeiçoamento da sua rentabilidade.

Congratular-me igualmente com o facto da Sra. Secretária ter aqui manifestado que possivelmente, ainda no decorrer deste ano, serão pagos todos os apoios referentes até ao terceiro trimestre, o que de acordo com, digamos assim, o plano de apresentação das candidaturas mostra que estamos perfeitamente dentro dos prazos aceitáveis.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Claro que é uma preocupação deste Governo apoiar essas empresas de comunicação social, atendendo à especificidade do nosso mercado, e o aumento de 17% no PROMEDIA é uma prova disso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, então agora sim vamos passar para a única intervenção de tribuna que temos sobre esta temática.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Ex.^a Senhora Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Reunimo-nos novamente nesta Casa para debater as políticas que marcarão a atuação governamental no próximo ano e, de entre elas, também as que têm como principais visados os nossos jovens.

Poderíamos pensar que as políticas de juventude adotadas por este Governo Regional se plasmam apenas no Projeto que se denomina “Juventude” quando, na realidade, o que se verifica, mais uma vez, é uma atenção aos mais jovens nas mais diversas vertentes do Plano.

Quando falamos em Políticas Sociais, em Políticas de Educação, de Saúde, quando falamos em Políticas de Emprego estamos, também, e de forma muito centrada, a falar de políticas que estão profundamente vocacionadas para a proteção dos jovens açorianos e para o desenvolvimento das suas potencialidades.

Numa Região que se pode orgulhar de ser a mais jovem do País, torna-se claro que cuidar dos mais novos é um investimento no próprio futuro destas nove ilhas. A aposta no crescimento de uma juventude saudável, proactiva, conscienciosa e com vontade de derrubar obstáculos e vencer desafios deve continuar a ser linha orientadora da ação do Governo Regional.

Diariamente os nossos jovens deparam-se com decisões a tomar e com percalços que muitas vezes lhes anuviam o caminho. O papel do Governo Regional tem sido, e continuará a ser, o de estender a mão a esses jovens e facultar-lhes um leque de informações, de opções,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... de oportunidades que, querendo, poderão adotar de modo a moldar o seu futuro.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Queremos, assim, e também, uma Juventude desperta para o Mundo à sua volta e para a realidade de que não podem cruzar os braços face a uma sociedade cada vez mais competitiva e que requer cada vez mais jovens qualificados e preparados para enfrentar potenciais adversidades.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: O desemprego jovem, situação que afeta mais de 5 milhões de jovens na União Europeia, também se faz, infelizmente, sentir na nossa Região, mais ainda por sermos a Região que mais juventude tem no País, realidade que faz com que a questão da empregabilidade jovem, ou falta dela, tenha aqui uma expressão muito particular.

No combate ao desemprego jovem, muito se tem feito. Desde logo através do empenho do Governo Regional na criação de um ecossistema empreendedor, que permita aos jovens criar condições de sustentabilidade própria,

incentivando-os a criar o seu próprio emprego. Tem-no feito através da sensibilização para o empreendedorismo jovem, com o Projeto “Educação Empreendedora” e através do sistema de incentivos Empreende Jovem, graças ao qual já mais de 260 jovens criaram a sua própria empresa, ajudando assim os jovens açorianos a desenhar projetos de vida – concebendo, criando, arriscando e acreditando que conseguem vencer.

Neste sentido aponta também o novo programa Jovens +, que disponibilizará apoio técnico na construção de planos de negócios e formalização de candidaturas, impulsionando ideias e formando jovens autónomos e dinâmicos.

A aposta das políticas deste Governo passa igualmente pelo primeiro contato com o mercado de trabalho, através dos Programas Estagiar L e T, e com a sua posterior inserção no mercado de trabalho, através do Programa de Incentivo à Inserção do Estagiar L e T. Até hoje, foram já milhares de jovens abrangidos por estes programas e o Programa PIIE, recentemente implementado, também já começa a dar resultados positivos.

Estas políticas, de investimento no primeiro contato e de inserção no mercado de trabalho através de programas de Estágio e de apoio à inserção laboral, estão em perfeito alinhamento com as que foram delineadas pela União Europeia no combate ao desemprego jovem, através do Youth Employment Package, que reflete bem as preocupações inerentes a um problema que aflige muitos jovens, não só na nossa Região, mas também na Europa e no Mundo.

Grandes esforços têm sido feitos nesta luta contra o desemprego jovem e assim continuará a ser pois, por muito que já tenha sido alcançado, outro tanto haverá sempre a fazer, requerendo-se o empenhamento de todos na prossecução da apresentação de propostas exequíveis que se reflitam na implementação de medidas palpáveis e consequentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2015 tem, também, um objetivo claro: o de potenciar os nossos jovens. É um documento que assume claramente um pendor social, que visa imbuir a juventude açoriana de um sentimento de responsabilidade para com o próximo e de consciencialização para as questões sociais envolventes.

Pretende-se a autonomização dos jovens açorianos, através de um investimento em medidas que os responsabilizem civicamente e os tornem conscientes de que, para se usufruir de tudo o que a sociedade tem para nos dar, também é necessário dar muito de nós. Desse modo, é clara a intenção de potenciar o espírito de associativismo jovem que desenvolva projetos de cariz voluntário, de ajuda ao próximo, e de participação cívica e intervenção comunitária, na prossecução de uma sociedade mais justa e solidária.

Pretende-se também que se sintam apoiados no seu desenvolvimento pessoal e que cresçam com o sentimento de que são valorizados pelas suas capacidades, pelas suas potencialidades, mas também pelo quanto investem de si na prossecução de atividades que os enriqueça e que tenham repercussões positivas a nível da sociedade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A mobilidade jovem assume também um papel preponderante neste Plano para 2015. Quer-se que os jovens açorianos continuem a beber de experiências que lhes tragam conhecimento e dinamismo, que os enriqueçam e lhes deem ideias para que nos Açores possam aplicá-las e desenvolver os seus projetos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Os Açores precisam dos seus jovens em cada uma das ilhas. Precisam do seu potencial. Só assim estará assegurado um contínuo desenvolvimento local e regional, uma contínua valorização da nossa cultura e das nossas gentes, na preservação de tudo quanto nos é intrínseco. Queremos que os nossos jovens se enriqueçam, que estudem, que se formem, porque os Açores precisam deles.

É nesse sentido que queremos que os jovens açorianos se fixem na sua terra. Seria ingrato não desenvolvermos todos os esforços para que assim fosse, para que a Região fosse atrativa para que a nossa juventude aqui deseje ficar e viver. O projeto “Prepara o teu regresso a casa” reflete uma preocupação com os jovens dos Açores que aqui não se encontram a estudar e que desejem voltar à sua terra depois de completos os seus estudos. Desse modo, será criada uma plataforma de informação e acompanhamento, garantindo a esses jovens um melhor conhecimento dos programas disponibilizados no âmbito da Juventude, bem como estabelecer estratégias de interação entre eles e o tecido empresarial regional, ajudando-os, assim, no planeamento da sua atividade após a conclusão da sua formação.

É, assim, lógico concluir que as nossas crianças e jovens são a verdadeira essência do trabalho que aqui desenvolvemos. Tudo aquilo que se decide, tudo aquilo que pomos em prática, é neles que se irá repercutir. E é para ajudar os nossos jovens a conseguir derrubar barreiras e ultrapassar obstáculos que todos nós aqui estamos, tendo sempre em mente que o que hoje aqui se faz, no futuro da nossa Juventude terá reflexo.

Disse.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa) e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, passo então a palavra ao Sr. Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas, para a sua intervenção.

Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (Rodrigo Oliveira): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros:

Começo por saudar, de um modo particular, as Senhoras e os Senhores Deputados, certo do reconhecimento, que nos é comum, da importância da projeção externa da Região e, muito em especial, do papel que os titulares dos

órgãos de governo próprio da Região assumem no relacionamento entre a nossa Região e as Comunidades da Diáspora.

Com efeito, e citando o Senhor Presidente do Governo dos Açores - recentemente no Conselho Mundial das Casas dos Açores, que decorreu na Califórnia, na presença de representantes dos partidos políticos com assento nesta Assembleia - “*a valorização da ligação com as comunidades da Diáspora não se limita ao Governo ou a um partido, mas abrange todos os que têm a responsabilidade de garantir que essa relação se mantenha, se reforce e possa continuar a dar frutos no futuro*”.

É, assim, com este pressuposto de elevação de interesses, bem como de comunhão de propósitos, que passo a apresentar a proposta do Plano de Investimentos para 2015, na parte relativa ao Programa 14 – Comunidades e Cooperação Externa, com uma verba inscrita de 806.000 euros, representando um aumento de cerca 6,5% em relação a 2014.

Para as áreas na tutela da Direção Regional das Comunidades está previsto um valor global de 571.000 euros, a maior parte do qual está destinada ao apoio a iniciativas de promotores individuais, bem como aos planos de atividades de instituições, na Diáspora (como as Casas dos Açores e outras, no âmbito da cultura, do ensino da língua portuguesa e do apoio social) e na Região (associações que trabalham na área da integração dos imigrantes e dos emigrantes regressados, bem da promoção da interculturalidade).

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Este contributo do Governo dá bem nota, aliás, do estrito respeito e cumprimento de um princípio de grande proximidade com os nossos diversos parceiros, bem como de valorização das suas iniciativas e de parceria no desenvolvimento de iniciativas de relevante interesse.

Neste contexto, destacaria, naturalmente, o apoio e cooperação do Governo com as 14 Casas dos Açores - do Canadá, dos Estados Unidos, do Brasil, do Uruguai e do continente português -, no pressuposto fundamental do respeito pela sua autonomia de ação, bem como pela diversidade da envolvência comunitária, cultural e histórica de cada Casa, e de valorização do seu papel de porta-estandartes da Açorianidade.

Parceiro estratégico do Governo continuará a ser, naturalmente, o Conselho Mundial das Casas dos Açores, espaço aglutinador por excelência das mais representativas instituições dos Açores na diáspora, e que tem sido, desde 1997, apoiado na sua missão e realização anual.

Neste contexto, não posso deixar de salientar e saudar a presença, nos trabalhos da Assembleia-Geral de 2014, pela primeira vez e a convite do Presidente do Governo, de uma comitiva em representação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na certeza da relevância da continuidade desta associação.

De acordo com o compromisso permanente, da parte do Governo, de proporcionar novos e melhores instrumentos de aproximação, quer entre as próprias comunidades, quer entre estas e a Região, está previsto para 2015 o desenvolvimento e apresentação do novo Portal da Internet do Conselho Mundial das Casas dos Açores, uma iniciativa que visa, ainda, facilitar a comunicação das nossas Casas com a Região, dando a conhecer a sua História, as suas Comunidades, as suas ações e realizações, enaltecendo, deste modo, o dinamismo destas instituições e da nossa Diáspora.

Prosseguiremos, assim, durante o próximo ano, o trabalho de valorização das Casas dos Açores e das nossas Comunidades como dinamizadores da cultura, mas também da promoção das valências do nosso arquipélago, das oportunidades da Região, da sua economia, das suas gentes e instituições, do seu território, em terra e no mar.

A promoção da Açorianidade, a defesa e preservação da nossa cultura, das nossas tradições e festividades mais significativas não deixará, não obstante, de constituir o núcleo essencial e fundamental das atividades destas e de tantas outras associações açorianas na Diáspora e, como tal, também das iniciativas promovidas pelo Governo na área das comunidades.

Neste sentido, apresentaremos, em 2015, o Roteiro das Festas do Divino Espírito Santo - Açores / Comunidades, congregando num espaço virtual centenas de manifestações desta secular tradição identitária do nosso povo que, ainda hoje, são vivenciadas não apenas nos Açores, mas em quase todos os territórios onde residem Açorianos e seus descendentes.

Neste momento, temos já cerca de centena e meia de festividades inventariadas, 50 das quais no exterior da Região, no Canadá, Estados Unidos, Bermudas e Brasil, das quais recolhemos as suas datas e locais de realização, a sua história e singularidades, que serão divulgadas e promovidas num portal interativo de serviço às Comunidades, à Açorianidade, à Cultura, mas também ao Turismo.

Noutra importante dimensão da manutenção e promoção do legado cultural açoriano e, conseqüentemente, da ação do Governo, continuaremos a apoiar o ensino do Português junto das nossas comunidades, disponibilizando material didático, por exemplo, para o público infantil em diversas escolas ligadas a instituições açorianas.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Não deixará, também, o Governo dos Açores de fazer um esforço especial na alocação de apoio à Escola Portuguesa das Bermudas, a única naquele território de forte emigração açoriana e, também, de ali promover, em geral, a Região, através da oferta de duas coleções de livros de autores açorianos e de temática açoriana, com mais de meio milhar de exemplares, uma à Biblioteca Nacional da Bermuda, a mais importante instituição governamental, e à Biblioteca do *Bermuda College*, a única biblioteca académica do território.

Por outro lado, o Governo está plenamente consciente dos desafios que se colocam aos nossos jovens açor descendentes, que, mesmo não sendo naturais das ilhas onde mergulham as suas raízes, e muitas vezes já não falando a língua dos seus pais e avós, comungam de uma mesma identidade, interessam-se pelas

suas raízes e constituem uma importante dimensão da afirmação e do futuro das suas e nossas comunidades.

Teremos, assim, em 2015, a primeira edição do Programa Emanuel Félix, iniciativa de apoio à tradução para inglês de obras de autores açorianos, para posterior publicação naqueles países.

Sabemos bem que os desafios se renovam a cada geração e, por isso, queremos que os jovens açor descendentes residentes no Canadá, Estados Unidos e Bermuda, cujo afastamento da língua portuguesa poderá distanciá-los da riqueza cultural açoriana, tenham conhecimento, através de literatura traduzida em língua inglesa, dos nossos valores identitários comuns.

Por isso, é ainda nosso desígnio disponibilizar a estes jovens ferramentas, formação e um conhecimento atualizado dos Açores, incentivando, cada vez mais, a sua envolvência, a criação e o trabalho em rede, não apenas nas comunidades açorianas, entre estas e a Região, mas também no seio das sociedades onde se encontram radicados.

Em 2015, trabalharemos também na divulgação da história migratória dos Açores, procurando explorar diferentes vertentes temáticas e geográficas, que merecem ser melhor conhecidas, desde logo pelo importante papel que os Açorianos desempenharam, ao longo dos séculos, em tantas e diferentes partes do globo.

Neste particular, a realização do Fórum das Salas Açorianas em 2015, no Rio Grande do Sul, permitirá certamente resgatar muito desse património da emigração mais distante, histórica e geograficamente, mas que nos é ainda tão próxima no campo da afetividade e ligação à Região, do orgulho que os descendentes de Açorianos, por vezes em 10.^a geração, assumem e acarinham pelas suas origens e ancestrais.

Por outro lado, a perspetiva social da ação das Comunidades não deixará, também, de ser valorizada em 2015: promoveremos a realização, na Região, de um encontro da Rede Internacional de Apoio Social das Comunidades, que agrega 22 instituições da Diáspora e sete dos Açores, promovendo também o Programa Saudades dos Açores, que possibilita a deslocação à Região de emigrantes açorianos com mais de 60 anos de idade e que, por falta de meios económicos, não visitam o arquipélago há mais de 20 anos.

Na área da imigração, destacamos a realização, em 2015, da terceira edição dos cursos de língua portuguesa para cidadãos estrangeiros residentes nos Açores, um instrumento que, para além de promover a integração e a interculturalidade, valoriza as competências profissionais e pessoais dos imigrantes.

É nosso entendimento, aliás, que a interculturalidade, nas práticas profissionais e no quotidiano de cada um, constitui a melhor e mais adequada forma de mantermos a Região coesa e respeitadora da diversidade, eliminando, deste modo, quaisquer entraves à plena integração de todos aqueles que escolheram as nossas ilhas para seu novo lar.

Estão previstas, assim, em 2015, inúmeras iniciativas que, no domínio da educação intercultural, das celebrações ou do desporto, privilegiam a valorização da diversidade e da integração, bem como o reconhecimento e a adoção de boas práticas.

O ano de 2014 representou um importante passo no aprofundamento da cooperação externa e, muito em especial, no âmbito da Europa das Regiões e das suas temáticas estratégicas.

No Comité das Regiões, assumimos, pela primeira vez, em 2014, a responsabilidade pela elaboração e defesa de um importante parecer deste órgão da União Europeia, sobre a comunicação da Comissão sobre a Estratégia Europeia para o Turismo Costeiro e Marítimo e trouxemos à Região a Comissão de Recursos Naturais daquele Comité.

Mais relevante, o Senhor Presidente do Governo assumiu a Presidência da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM), uma das mais prestigiadas e influentes redes inter-regionais e *'think tank'* sobre a Europa, projetando-se, assim, e ainda mais, a Região na Europa em áreas-chave como as políticas do mar e da coesão.

O assumir destas funções corresponde, aliás, a um processo devidamente estruturado numa visão estratégica da cooperação e dos assuntos europeus, em especial tendo em conta um contexto de renovação institucional do Parlamento e, em particular, da Comissão Europeia, mas também da entrada em vigor dos renovados programas de cooperação territorial da União Europeia.

Em 2015, estamos certos, dar-se-á um novo passo neste caminho que tem sido trilhado, alargando o espaço de cooperação da Região e diversificando os seus parceiros.

Com efeito, os diversos interlocutores e parceiros da Região serão abrangidos, pela primeira vez, pelo Programa Transnacional “Espaço Atlântico”, um programa de cooperação e cofinanciamento europeu que agrega 37 regiões europeias atlânticas (do Reino Unido, Irlanda, França, Espanha e Portugal), e quase 60 milhões de habitantes, cuja execução estará fortemente articulada com a Estratégia Marítima e com o Plano de Ação para o Atlântico.

Também o Programa de Cooperação MAC (Madeira – Açores – Canárias) inclui diferenças em relação ao período 2007-2013, desde logo ao combinar duas abordagens de intervenção, transnacional e transfronteiriça (até agora, não permitida pela regulamentação europeia), tendo sido opção dos parceiros Açores, Madeira e Canárias convidar Cabo Verde, para além do Senegal e da Mauritânia, para integrar e participar neste programa.

Estamos certos que estes instrumentos permitirão alargar o espaço natural de influência socioeconómica e cultural, bem como as possibilidades de cooperação, entre as ilhas da União Europeia e da Macaronésia com países terceiros geograficamente próximos, em desafios comuns identificados em conjunto no espaço de cooperação (próprias da vertente transfronteiriça marítima), quer através de ações transnacionais destinadas a reforçar um modelo de desenvolvimento económico sustentável.

O Governo dos Açores continuará, pois, em 2015, a desenvolver esta visão estratégica do seu relacionamento externo e, muito em especial, no âmbito da Europa das Regiões, promovendo a formação especializada em assuntos da União Europeia, a realização nos Açores de eventos de índole internacional (trazendo aqui os novos interlocutores das instituições europeias), a par com a participação do Governo em eventos externos.

Em novembro de 2012, quando foi comunicado pelos EUA a intenção de redução da Base das Lajes, poucos achariam que se poderia, de algum modo, “suspender” ou “atrasar” o processo e impedir a sua aplicação imediata.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Com o realismo que a gravidade da situação impunha, mas também com a determinação que a defesa intransigente dos postos de trabalho, da economia e das famílias da ilha Terceira exigiam, o Governo dos Açores, numa ação liderada pelo seu Presidente, desenvolveu de imediato um trabalho de grande intensidade e envolvimento, a que os partidos com assento nesta Casa foram, também, associados e informados e que congregou uma coligação alargada de amigos dos Açores.

A situação hoje é, todos sabemos, ainda, de expectativa, expectativa em relação à apresentação do estudo sobre as bases europeias dos Estados Unidos, e de expectativa, também, no que diz respeito às consequências do novo contexto político e institucional nos EUA em resultado das recentes eleições intercalares. Entendemos, por isso, que tal contexto - e em especial os desenvolvimentos mais recentes - devem, em primeiro lugar e desde já, motivar a intervenção reforçada e extraordinária do Governo da República junto dos novos protagonistas.

Da parte do Governo, prosseguiremos o trabalho, na sua maioria reservado, é certo, mas com a mesma determinação de sempre na defesa dos interesses dos trabalhadores da Base, das suas famílias e da economia da ilha Terceira.

Disse

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Subsecretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Subsecretário, registo com agrado esta novidade que este discurso nos traz, que é na realidade introduzido nas relações externas que o senhor é responsável, as relações com a Base das Lajes, com a administração norte-americana e com todas as problemáticas que neste momento advêm desse relacionamento.

Digo que é novo, porque como bem sabe já em anos anteriores questionei-o sobre a matéria e o Sr. Subsecretário sempre me endereçou para outras paragens.

Portanto, vê-lo agora assumir este *dossier*, agrada-me.

Gostaria de fazer-lhe a seguinte pergunta sobre esta matéria:

Como sabe, o BE propôs na Assembleia da República, para o Orçamento de Estado de 2015, um programa de revitalização económica da Ilha Terceira, que tinha vários pontos, com várias propostas, que responsabilizavam, obviamente, o Governo da República, quer na repartição de custos, quer na repartição de responsabilidades.

Como o Sr. Subsecretário também saberá, o PSD e o CDS votaram contra esta proposta,...

Deputado André Bradford (PS): É verdade, sim senhora!

A Oradora: ... o que não deixa de ser estranho, porque dois partidos que na Região se têm mostrado, e bem, tão preocupados com a situação e com a eminência de uma situação,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... do ponto de vista social e político bem trágico, chumbem na República esta proposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que não!

A Oradora: Mas o Partido Socialista, Sr. Subsecretário votou-a favoravelmente e ainda bem.

O que eu lhe pergunto é:

Dentro desta matéria, e uma vez que este programa de revitalização económica chama o Governo da República às suas inequívocas responsabilidades, maioritárias até do que as da Região, tem que haver também uma indicação e uma palavra da parte da Região.

Dentro deste aspeto, quais são as reivindicações e que tipo de programa está o Governo Regional a elaborar sobre esta matéria, para continuar a chamar a República e o Governo PSD/CDS à razão, pelos nomes e portanto chamando a assumir as responsabilidades que têm?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se é válida a premissa de que a política externa e a cooperação externa, no nosso caso, é particularmente suscetível a consensos políticos, não é menos verdade que tal só é possível quando a ação governativa é desenvolvida com mérito e com sucesso, como é manifestamente o caso.

Queria por isso deixar aqui uma palavra de reconhecimento ao Governo por todo o trabalho que tem desenvolvido, quer nas instituições europeias, quer junto das nossas comunidades. Tem sido realmente um trabalho de muito mérito e muito positivo.

O Governo tem tido uma atenção particular para a defesa dos nossos interesses junto da União Europeia e tem tido também uma atenção muito específica no apoio às nossas comunidades e nós salientamos isso aqui.

A este propósito, aliás, gostava de felicitar o Sr. Presidente do Governo pela sua recente eleição, em setembro último, como Presidente da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa.

Sr. Presidente, para o Grupo Parlamentar esta eleição consagra-o como um jovem estadista europeu...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Jovem!

O Orador: ... e é com enorme orgulho que o Grupo Parlamentar regista essa eleição.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo pode contar sempre com o apoio do Grupo Parlamentar do PS quando o que está em causa é a defesa dos nossos interesses no plano externo.

Aliás, é esta a história do PS. No passado, na oposição, presentemente a apoiar o Governo, sempre que esteve em causa a defesa dos Açores e a defesa dos interesses dos Açores, o PS esteve sempre ao lado do Governo, fosse qual fosse a orientação política desse executivo.

O PS orgulha-se dessa história, um património que, infelizmente, não pode ser proclamado por todos os partidos nesta Assembleia.

Queria também deixar à Sra. Presidente, e às Sras. e Srs. Deputados, um testemunho da nossa presença, de uma Comitiva deste Parlamento que recentemente participou (a convite do Sr. Presidente do Governo e que nós aqui também felicitamos, agradecemos esse convite e registamos) no recente Conselho Mundial das Casas dos Açores, na cidade da Califórnia, de Hilmar.

Foi um encontro da maior importância que nos permitiu pôr o Parlamento dos Açores mais próximo das nossas comunidades, mais próximo, neste caso, de instituições fundamentais e que desenvolvem um trabalho importantíssimo de ligação às nossas comunidades.

O Sr. Deputado Aníbal Pires, o Sr. Deputado Artur Lima, a Sra. Deputada Zuraida Soares (que por motivos de força maior não pôde estar presente, não nos deu o prazer da sua presença), o Sr. Deputado Paulo Estêvão e também o Sr. Deputado José Andrade e eu próprio, tivemos oportunidade de compor essa delegação e de ter o orgulho e a honra de representar os Açores neste importante encontro com todas as Casas dos Açores.

Queria também salientar isso.

Nesse encontro tivemos a possibilidade e tivemos todos a capacidade de deixar as nossas naturais divergências políticas internas de lado e estivemos a representar o nosso Parlamento, a nossa Região e o nosso arquipélago.

Fomos, Srs. Deputados, dignos da confiança de quem nos elegeu e isso merece destaque aqui e o agradecimento a todos os colegas que estiveram neste trabalho.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia para comentar a intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares. O mundo antes do Bloco de Esquerda não existia! Passou a existir depois do Bloco de Esquerda chegar!

Deputada Zuraida Soares (BE): É capaz de fazer melhor!

O Orador: E passou a existir muito mais depois da bicefalia bloquista no continente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso não!

O Orador: Portanto, a propostas disparatadas, a resposta tem de ser, obviamente, negativa.

Propostas disparatadas e não fundamentadas não se pode obviamente aprovar.

Deputada Zuraída Soares (BE): O senhor também não aprova nada!

O Orador: O que é absolutamente verdade e inegável ao longo destes tempos é o comportamento paradoxal do Bloco de Esquerda: correr com os americanos da Terceira, expulsar os americanos da Ilha Terceira.

Deputada Zuraída Soares (BE): Onde é que o senhor ouviu isso?

O Orador: Ao mesmo tempo quer postos de trabalho na Ilha Terceira, mantidos pelos americanos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Está tão desatualizado, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, essa é que é a verdade da política do BE.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem de se atualizar! Tem que começar a ler! Leia mais!

O Orador: Custa-lhe a ouvir, mas vai ouvir Sra. Deputada.

Essa é a sua demagogia pura, sem perceber o problema: anti americana, de expulsão dos americanos e uma utilização apenas civil, anti nato.

Deputada Zuraída Soares (BE): Está revoltado por o seu partido ter votado contra na República? Era sobre isso que o senhor devia falar, não é sobre o Bloco de Esquerda. É sobre a sua posição na Assembleia da República! Fale sobre isso. É sobre isso que os açorianos querem ouvir! Não é sobre o Bloco de Esquerda.

Presidente: Sra. Deputada, vamos permitir que o Sr. Deputado Artur Lima conclua a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

A senhora é anti nato, a senhora é anti a presença americana na Ilha Terceira, a senhora e o Bloco de Esquerda e, portanto, não podem querer...

Deputada Zuraída Soares (BE): O senhor não me conhece bem!

O Orador: Conheço sim senhora, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Então diga por que é que o seu partido votou contra!

O Orador: A senhora obviamente não tem solução para o problema e apenas quer uma utilização civil da Base das Lajes, o que me parece difícil.

Deputada Zuraída Soares (BE): Então por que é que votou contra?

O Orador: Sr. Subsecretário, pergunto-lhe, para o ano de 2015 decisivo nessa matéria, quais são as ações que o Governo tem previstas tomar nesse sentido? Reconhecendo aliás o papel do Sr. Presidente...

Deputada Zuraída Soares (BE): O senhor levanta-se para fazer a mesma pergunta que eu?

O Orador: Sra. Deputada, se fôssemos falar de cabular iniciativas, a senhora era uma cábula aqui dentro.

Deputada Zuraída Soares (BE): É uma alegria para si hoje!

O Orador: Sr. Presidente, reconhecendo a sua atividade e o seu empenho na defesa desse problema da Base das Lajes, aliás com saudável relacionamento com a oposição, informando-nos das suas diligências, queria também dizer-lhe

(e felicitá-lo pela sua recente eleição, para tão importante cargo que dignifica os Açores e o Governo dos Açores) que foi com muito gosto que o CDS participou em Hilmar, no Conselho Mundial das Casas dos Açores, a convite do Governo dos Açores.

Correu muito bem, aliás como já foi dito pelo Sr. Deputado José San-Bento. Prova que é importante e interessante que este Parlamento tenha presença nas diversas iniciativas internacionais (tem tido em algumas). Essa foi mais uma. Portanto reconhecer pela parte do CDS como muito positiva esta participação e esperamos que se mantenha no futuro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Por que é que votou contra? Não disse nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem agora a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, Sr. Deputado Artur Lima e Sr. Deputado José San-Bento, em primeiro lugar agradeço as vossas referências e as vossas palavras.

Gostaria apenas de referir o seguinte:

Em relação à Base das Lajes, em primeiro lugar deixar registado aqui, formalmente, perante esta câmara, o reconhecimento da parte do Governo Regional, quanto à forma como tem sido possível, entre todos os partidos políticos aqui representados...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... (todos os partidos políticos aqui representados), a condução deste processo de uma forma que em determinada altura foi particularmente sensível e particularmente delicada.

É importante que as açorianas e os açorianos saibam que todos os partidos que estão representados nesta câmara souberam construir, souberam, no fundo, estar ao lado da defesa da Base das Lajes e da defesa daquilo que isso significa para a economia da Ilha Terceira, independentemente, julgo que também devo fazer essa referência, daquelas que sendo as opções ideológicas de cada um, podem significar em relação ao perfil dessa utilização.

Portanto, faço essa ressalva, porque essa ressalva é importante.

Deputada Zuraida Soares (BE): É justa!

O Orador: Em segundo lugar, dizer que a Base das Lajes está neste momento, ou este assunto, está neste momento a necessitar e necessita que esse entendimento se reforce e se consubstancie, porque segundo é público, parece estar concluída a fase de avaliação técnica da situação das Bases Americanas na Europa, entre as quais se inclui a Base das Lajes e haverá agora uma avaliação política daquilo que isso significa.

É importante que também a esse nível, mais uma vez os Açores possam falar a uma só voz, os Açores possam salientar que no âmbito da relação diplomática entre dois países, da centenária relação diplomática entre dois países, não é possível, nem é aceitável, atitudes que desprestigiem ou minorizem um deles.

Em terceiro lugar, para responder concretamente à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Aquilo que o Governo entende relativamente à questão deste programa de revitalização económica da Base das Lajes, foi exatamente aquilo que constava do memorando que foi apresentado ao gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, a propósito desse assunto.

Se me dá licença, Sra. Deputada, eu cito:

“Neste processo o Governo dos Açores sublinha a necessidade do Governo da República criar um plano de revitalização económica para a Base das Lajes, cuja implementação deve decorrer em articulação com o Executivo Regional.

O desenvolvimento desse plano de revitalização deve fazer uso da rede e dos recursos existentes, ao nível da diplomacia económica do País, e não só, designadamente para...”, e aí é a resposta concreta, “...a adoção imediata de medidas que minorem ou anulem os efeitos que já se verificam na economia local, resultantes das alterações de reconfiguração das forças norte americanas na Base. De forma mais clara, a saída das famílias e a alteração do tempo de permanência ou da comissão.

Em segundo lugar, a revalorização estratégica, em termos de valências de médio e longo prazo da Base das Lajes, no quadro da relação bilateral com os Estados Unidos, com a NATO ou com a União Europeia.

A dinamização de outras utilizações para a Base da Lajes ou estruturas conexas que possam efetivamente dar resposta a essa necessidade que se verifica e que se verificará em maior grau, quando forem, a ir avante, essa decisão da parte dos Estados Unidos na configuração que estava inicialmente pensada”.

Essas são as questões. Este esforço deve continuar. Nós (e nós, refiro-me aos Açores) conseguimos já muito, mas julgo que não podemos, exatamente agora, dar por garantido aquilo que de forma nenhuma está garantido. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós gostaríamos também de começar por felicitar o Sr. Presidente do Governo por ter sido eleito Presidente da Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Obrigado!

O Orador: Não é que isso faça de V.^a Ex.^a um estadista europeu, mas é sempre uma honra para os Açores, como aliás já foi no passado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Que visão!

O Orador: Agora vamos atravessar o atlântico.

Nas comunidades açorianas o que se constata e lamenta é que o Governo não tem sido capaz de potenciar, a favor dos Açores, a importância estratégica de um milhão de açorianos, de sucessivas gerações, nos Estados Unidos da América, no Canadá ou no Brasil, preferindo antes uma mera gestão de assuntos correntes.

No Plano de 2015, as verbas regionais para a diáspora açoriana teimam em manter-se abaixo dos 500 mil euros, desconsiderando um investimento que podia e devia motivar e registar um efeito multiplicador.

Contas feitas, os Açores estarão a investir por cada emigrante ou descendente, menos de cinquenta cêntimos e ainda assim uma coisa são as intenções anunciadas, outra coisa são as ações concretizadas.

Por exemplo, o Governo Regional inaugurou a RIAC do Canadá em maio de 2009, aliás com pompa e circunstância, na Casa dos Açores de Toronto. Passaram 5 anos e meio mas o serviço está fechado há cerca de 3 anos.

O Governo revela-se absolutamente incapaz de reabrir o seu único serviço oficial, num país que acolhe quase meio milhão de açorianos e descendentes.

Em contraste com as boas intenções de mais um Plano Anual, aqui fica portanto este exemplo concreto da falta de consideração pelas comunidades açorianas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Também aqui uma coisa é o que o Governo diz, outra coisa é o que o Governo faz.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Subsecretário tem a palavra.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (Rodrigo Oliveira):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Andrade, de um modo muito breve (penso que tenho pouco mais de dois minutos) responder-lhe dizendo que compreendo muito bem a sua posição, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado insiste em discutir milhões e tostões, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem veio falar de milhões foi o Governo!

O Orador: ... em fazer contas matemáticas, estatísticas, em relação às comunidades, que não fazem qualquer sentido.

Eu compreendo perfeitamente que quem pensa de um modo tão pequeno sobre as nossas comunidades, não possa apreender a grandeza das relações.

Deputado José Andrade (PSD): Cinquenta cêntimos!

O Orador: A relação com as comunidades não se faz com mais de meio milhão ou menos de meio milhão. A relação com as comunidades faz-se de proximidade, faz-se de afetividade, faz-se de respeito pela autonomia das instituições e das comunidades. Não é uma questão de dinheiro a derramar.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Compreendo, perfeitamente, que a posição cómoda de quem está na oposição e não demonstra uma única ideia e uma única proposta, seja esta, de dizer que falta dinheiro.

Pois, nós, Governo dos Açores, orgulhamo-nos da relação, como disse, de grande proximidade, de grande afetividade, de grande respeito pela riqueza

cultural, pelo trabalho de promoção que os Açores, que os açorianos da diáspora fazem da nossa relação, de todos os instrumentos que, com as nossas possibilidades, procuramos atribuir e proporcionar às nossas comunidades, nas suas relações.

Portanto, em relação a isso compreendo perfeitamente a sua posição, mas esta é de facto uma linha de estratégia do Governo que não será mudada.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação à RIAC de Toronto, Sr. Deputado, apenas vou responder na parte do relacionamento com as Casas dos Açores e muito em particular com a Casa dos Açores de Toronto.

Vou ler um comunicado que foi emitido pela Casa dos Açores: “Gostaria de esclarecer a Direção Executiva da Casa dos Açores de Ontário, que não tem quaisquer questões com o Governo dos Açores, quanto ao assunto do posto RIAC.

A Direção Executiva da Casa dos Açores não achou necessário pedir justificações nenhuma sobre o protocolo com o Governo dos Açores, no que diz respeito ao posto da RIAC.

As outras manifestações públicas que foram feitas sobre este assunto, não correspondem à posição que a Direção Executiva da Casa dos Açores de Ontário tem sobre ele.

Susano Cunha, Presidente do Executivo da Casa dos Açores de Ontário”

Deputado José Andrade (PSD): E o telefonema?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas é verdade ou não que está fechada?

O Orador: Em tudo o mais será esclarecida a situação, na resposta ao requerimento, mas desde já também avanço que são questões de natureza administrativa que decorrem da relação natural...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Subsecretário.

O Orador: ... entre o Governo e a Casa dos Açores...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Então é verdade! Há 3 anos fechada!

O Orador: ... que tem a ver com o facto do funcionário responsável pelo atendimento ter, por opção pessoal, saído; do facto de um funcionário que foi indicado pela Casa dos Açores, ter feito a sua formação aqui nos Açores, e por outro motivo também, não ter assumido e pelo facto, como já foi esclarecido, de estarem a decorrer os trabalhos, as relações, o relacionamento institucional normal entre as duas instituições.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Demora 3 anos e meio? Tem que arranjar dois funcionários!

O Orador: Tudo o mais, querer aqui inventar, querer insinuar um mau relacionamento entre o Governo dos Açores, que não é entre o Governo dos Açores, é entre a Região, as suas comunidades e as suas Casas dos Açores, é um mau serviço.

O Sr. Deputado, arroga-se procurador da Casa dos Açores de Ontário. A Casa dos Açores de Ontário, a sua Presidente do Conselho Executivo, esclareceu claramente que as questões desenvolvem-se e resolvem-se...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Neste caso não se resolvem!

O Orador: ... no relacionamento institucional, normal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado José Andrade (PSD): Está a falar do telefonema?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Subsecretário.

Informo também que a bancada do Governo esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou falar de telefonemas, aliás podíamos dizer aqui que responsáveis comunitários reuniram connosco, este mês, em Toronto, pediram a nossa ajuda para a resolução deste problema,...

Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (Rodrigo Oliveira): Diga quais?

O Orador: ... até fizeram questão de nos mostrar o local abandonado.

Mas não é isso que está em causa. O que está em causa é que o Governo Regional ainda não foi capaz de reabrir a RIAC do Canadá, três anos depois do seu encerramento.

Deputados Luís Rendeiro e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não há argumentos que desculpem este facto.

Deputados Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo encerramos assim o debate na generalidade.

Informo que o tempo para as intervenções finais é o seguinte:

Representações Parlamentares, 7 minutos;

CDS-PP, 12 minutos;

PSD, 20 minutos;

PS e Governo Regional, 30 minutos.

Vamos fazer um intervalo e regressamos às 17 horas.

Eu apenas pedia aos Líderes e à Sra. Secretária o favor de se aproximarem da Mesa, por favor.

Eram 16 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos com as intervenções finais.

Eram 17 horas e 08 minutos.

A primeira é a do Sr. Deputado Paulo Estêvão a quem dou a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Começo por assumir que para mim este Orçamento é, no essencial, igual aos outros. Nesta área, como em tantas outras, há muito que o Governo Regional entrou na era da clonagem.

Do ponto de vista macroeconómico, o comportamento da economia açoriana de gestão socialista segue o seguinte padrão: se a economia nacional se afunda, a economia regional afunda-se ainda mais; se a economia nacional recupera e cresce, a economia açoriana também logra recuperar, ainda que de forma ténue. Ou seja, o Vice-Presidente, Sérgio Ávila, assemelha-se – digo isto sem ofensa – à velha pedra beirã que acompanhava o balde do poço de água. Ajuda a descer o balde mais depressa mas dificulta, posteriormente, a sua subida.

Dito isto, perguntam-se vossas excelências por que razão utilizam então os beirões a pedra no balde? Eles dir-vos-ão que o fazem na medida em que os seus pais já o faziam, e antes deles os seus avós e os pais dos seus avós. Os orçamentos do PS possuem a mesma inércia da História. Já eram assim quando o Mobutu presidia ao Zaire, o Carlos Carvalhas ao PCP e o André Bradford ainda era o líder ultramontano do jornalismo açoriano.

Entretanto, o mundo mudou radicalmente. Mudou tudo? Não! Num recôndito lugar ultraperiférico, qual aldeia gaulesa do Astérix, resiste um velho Orçamento, feito na Idade da Pedra Lascada, guardado por um druida dos tempos modernos, chamado Sérgio Avélix, ainda convencido da validade da poção mágica cujo segredo só ele conhece.

Tenho notícias para os habitantes dessa aldeia. A poção orçamental está fora de validade. Já não serve. O César foi-se embora e o Império Romano acabou.

Perguntam-me, vossas excelências, pelo chefe da aldeia. Confesso que nunca me lembro do nome. Conhecemos o druida, o Astérix, o Obélix e do chefe só sabemos que só teme uma coisa neste mundo: que o céu caia sobre a sua cabeça. A julgar pela explosiva situação social, os números negros da educação, o desemprego e o colapso do sistema de saúde regional, aconselho, vivamente, o chefe da aldeia a descer do escudo e a abrigar-se da intempérie.

Mas meus senhores, estes são, sobretudo, tempos para homens determinados e insensíveis a qualquer dúvida de fé. Homens como o Deputado José San-Bento, um deputado sempre pronto a defender o indefensável. Uma autêntica muralha de dogmatismo e de insensatez intelectual.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É mais isso!

O Orador: Não se preocupe com o futuro, Sr. Deputado. Já tem herdeira à altura. A Deputada Graça Silva defendeu nesta câmara que não compreende como é possível alguém votar contra este Orçamento (não compreende como é possível alguém votar contra este Orçamento!). E eu que pensava que votar sempre contra tudo, e pedir a queda dos governos desde o primeiro dia, era uma espécie de obrigação estatutária da CGTP e do PCP.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Devo dizer-lhe que a sua conversão é a mais rápida e completa desde os tempos do Apóstolo São Paulo.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo: Açorianos! Estamos hoje a concluir a discussão do Plano e Orçamento para o ano 2015. O PPM anunciou que votará contra este Orçamento e esta governação do Partido Socialista. O que está aqui em causa não é uma qualquer guerrilha entre partidos e políticos. O que está em causa é o nosso futuro. O futuro dos nossos filhos e netos.

O que está em causa é a vossa liberdade de opção, a justiça das decisões que nos afetam a todos e a igualdade de oportunidades para todos os açorianos. De nada serve a liberdade de pensamento se não existir, em simultâneo, uma efetiva igualdade de oportunidades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Luto por uma sociedade que proteja os mais fracos, que premeie o mérito e redistribua a riqueza de forma justa e equitativa.

Luto por uma sociedade cujo fim último seja concretizar a felicidade e a realização de todos.

Luto por uma sociedade em que ninguém fique para trás.

Luto por uma sociedade altruísta que ampara os mais fracos e débeis.

Luto por uma sociedade em que os jovens possam concretizar os seus sonhos e em que todos possam desenvolver as suas aptidões pessoais em prol da sua concretização e do benefício da sua comunidade.

Luto por um amanhã melhor. Luto pelo direito à esperança e ao futuro. Luto para que todos os homens e mulheres sejam iguais, numa sociedade de iguais.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Este Governo de vinte anos, este Governo dos mesmos, que governa para os mesmos, que privilegia os mesmos e que é constituído pelos mesmos, não pode continuar.

Chegou a hora de por fim a isto. Srs. Deputados. Açorianos e açorianas. Vejam o estado a que isto chegou. Falo-vos com o coração desabrido. Falo-vos com a necessária coragem para que destes lábios não saia outra coisa que a verdade, somente a verdade e nada mais que a verdade.

Temos hoje, instalada nos Açores, uma profunda desigualdade. Predomina na sociedade açoriana uma casta de privilegiados que pertencem ao partido que nos governa há duas décadas. Uma casta de privilegiados que se enquistou nos cargos políticos e na administração. Uma casta dominante que vive e não deixa viver. Um grupo de privilegiados que esmaga os sonhos e as aspirações da imensa maioria dos açorianos.

Está nas nossas mãos. Está nas vossas mãos, por cobro a este estado de coisas. Temos de derrotar a injustiça e a desigualdade. O Presidente Lincoln definiu um dia a democracia como “o governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É tempo, chegou o tempo, do povo recuperar a sua soberania e restaurar a justiça e a liberdade nos Açores.

Chegou o tempo de colocar a funcionar o sistema educativo que obtém os piores resultados escolares do país e da Europa Ocidental. Eu não concebo, eu não posso aceitar, que aos alunos açorianos estejam reservados os piores lugares. Eu quero (não!), eu exijo, resultados positivos.

Este Governo veio pedir mais tempo. A isto se resume o programa aqui apresentado.

Acabou-se o tempo! Não se concede nem mais um minuto a quem, em 18 anos, não mostrou empenho e qualidade para colocar os jovens açorianos no lugar que lhes pertence: entre os melhores.

Chegou o tempo, caros açorianos e açorianas, de restaurar um serviço de saúde para todos. Um serviço de saúde em que os doentes sejam atendidos rapidamente e com total dignidade, competência e humanismo.

Chegou o tempo, açorianos e açorianas, de proteger o presente e o futuro da nossa agricultura. Que medidas contempla este Orçamento – que eu aqui chumbo sumariamente e sem contemplações – para enfrentar o fim das quotas leiteiras? Nenhuma medida! Nada vezes nada. E a coesão do mercado interno? Uma miragem. E a diversificação agrícola? Um “inconseguinto”.

Termino, Sra. Presidente.

Termino com a referência a três propostas de alteração que apresento a este Orçamento e que considero as mais emblemáticas de entre as 170 que apresento.

A primeira é a aquisição e a instalação do equipamento necessário para colocar a funcionar o Serviço de Radioterapia no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Financiamos esta medida com os três milhões de euros que este Governo disponibiliza para a Casa da Autonomia.

É uma questão de prioridades. Para nós, a prioridade é a memória daqueles que sofrem por uma ausência de investimento que envergonha a nossa Autonomia. Que não se construa nenhuma outra casa em nome da Autonomia enquanto não se construir a casa da justiça, da solidariedade e da humanidade de que falo.

Volto a propor a criação da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores. É um compromisso deste Governo que não foi cumprido. Devem-me a vossa palavra e as vossas consciências. Eu cumpri a minha.

Finalmente, reivindico respeito e dignidade pelos jovens alunos da ilha do Corvo. Têm o direito a estudarem numa escola que lhes dê todas as condições materiais para o sucesso. Não aceito menos que isso. É por isso que aqui garanto que não terão aulas ao relento. Terão as suas salas de aula dignas, aconteça o que acontecer.

Estou disponível para chegar ao limite, mesmo que esse limite signifique que eu próprio tenha de doar a verba necessária para que se construam essas salas. Eu comprometo a minha palavra nesta matéria. As salas serão construídas. Nada faltará aos alunos do Corvo.

Vivam os Açores!

Deputado Bruno Belo (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A próxima intervenção é do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero denunciar aqui, perante este Parlamento e perante todos os açorianos a enorme demagogia e mistificação, feita pelo PS e pelo PSD, em torno do diferencial fiscal.

Depois das trocas de acusações entre os dois partidos gémeos do centrão, afinal, nem um nem outro querem, verdadeiramente, baixar os impostos aos açorianos.

E, como de costume, usam-se um ao outro como desculpa.

Se temos de condenar a atitude do PSD e do CDS/PP que, na República, se recusou a compensar as receitas que a Região perde por baixar os impostos, não podemos deixar de denunciar a inércia do PS nos Açores.

Evitando cuidadosamente falar do assunto ao longo destes dois últimos dias, PS e PSD suspiravam de alívio. O PSD por se distanciar paulatinamente da política anti-autonómica do Governo Passos Coelho/Paulo Portas e o PS vá-se lá saber porquê.

Mas não vai ser assim tão fácil... Perante a atitude destes partidos, o PCP apresentou há poucos minutos uma proposta para recuperar o diferencial fiscal e reduzir os impostos aos açorianos, já a partir de janeiro de 2015. Uma proposta que irá ser discutida e votada esta noite e perante a qual o PS e PSD vão ter de se clarificar as suas posições.

Estão ou não estão dispostos a contribuir para baixar os impostos aos açorianos?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Trabalho, trabalho justamente remunerado, trabalho com direitos, é o grito do povo açoriano

Como é que o Governo Regional responde a este anseio, como é que o Governo Regional responde à necessidade de políticas públicas de emprego?

A este grito pelo exercício de direito ao trabalho justamente remunerado consagrado pelas Nações Unidas na Carta dos Direitos Humanos, a este direito o Governo Regional responde com um aumento de 46% nos programas de incentivos às empresas!

Empresas que muitas vezes não contratam ninguém porque lhes é fornecida abundante mão de obra gratuita, sob a forma de “estágios”, empresas que muitas vezes não pagam o que é devido aos trabalhadores, pois sabem que o medo do desemprego é maior do que a revolta de trabalhar sem receber.

Empresas que muitas vezes vivem apenas do financiamento público, recebendo apoios para elaboração de projetos, aquisição de instalações e equipamentos, custos bancários e financeiros, tesouraria, matérias-primas, marketing, os transportes, custos de exportação, etc., etc., e que, como tal, também não tem de ter grandes preocupações com a rentabilidade no médio prazo. Quando terminar

o período mínimo obrigatório, fecha-se a porta, põem-se os trabalhadores na rua e embolsa-se a diferença!

Mas diga-se, em abono da verdade, que não é assim para todas as empresas. Para os micro e pequenos e médios empresários, o que há são dificuldades, incógnitas, atrasos, obstáculos e decisões arbitrárias na aplicação dos programas de incentivos.

Estes apoios, estes muitos milhões de euros, destinam-se sobretudo às grandes empresas e aos grandes grupos económicos que operam na Região. Grupos que quase invariavelmente não investem um tostão dos lucros que foram financiados com o nosso dinheiro, como prova a evolução desastrosa da Formação Bruta de Capital Fixo nos Açores nos últimos anos. Esses grupos e empresas dependentes não geram emprego, usam trabalho financiado; não criam riqueza, secam-na, desviam-na da economia regional. Mas é neles que o Governo Regional continua a investir!

Anos e anos desta política, milhões e milhões de euros derramados neste sorvedouro e que temos para mostrar? A maior taxa de desemprego do país, uma Região cada vez mais pobre e sem perspectivas e um Governo Regional cada vez mais cego pelo nevoeiro cor-de-rosa da sua própria propaganda, a dizer que tudo está não só bem como cada vez melhor e a prometer mais do mesmo para o futuro!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não compactuamos com a continuação destas opções erradas. Não apoiamos a teimosia do Governo Regional e da maioria que o suporta e, por isso, iremos votar contra este Plano e Orçamento.

Defendemos, isso sim, a coragem de mudar, a coragem de fazer diferente. Reafirmamo-lo aqui: o crescimento económico e o combate ao desemprego passam forçosamente por aumentar o rendimento disponível das famílias, por aliviar os sacrifícios sobre os trabalhadores, por aumentar o poder de compra dos açorianos, para que as nossas empresas voltem a vender, a crescer e a contratar.

Esse é o rumo que defendemos, foi nesse sentido que interviemos neste debate, esse é o sentido das nossas propostas.

Propomos aumentar o Complemento Regional ao Salário Mínimo Nacional dos 5% para os 7,5%, indo à questão mais essencial de todas, que é a justa compensação pelo trabalho.

Propusemos, fora do âmbito deste Orçamento e sem que custe um cêntimo ao erário público regional, a redução dos custos de eletricidade em 10% para todos os consumidores, uma proposta que traz alívio àquele que é um dos grandes centros de custo, um pesado sacrifício para as empresas e para as famílias açorianas.

Propomos a suspensão do pagamento de todas as taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde, durante o ano de 2015, pois elas não podem servir para financiar o Serviço Regional de Saúde, e estão a servir, de facto, na prática, para dificultar o acesso de muitos açorianos ao seu direito fundamental aos cuidados de saúde.

Propomos também o aumento do Complemento Regional de Pensão para os 60 Euros, o aumento do Complemento açoriano ao Abono de Família em 10%, a distribuição gratuita dos manuais escolares no ensino obrigatório, o reforço de verbas para a Ação Social Escolar, como medidas que podem contribuir para melhorar o rendimento das famílias e para aliviar as suas dificuldades.

Ao apresentarmos estas propostas mostrámos que elas são possíveis. Que há dinheiro, sim, para estes aumentos. O que tem não tem havido é vontade política do Governo Regional.

As nossas propostas mostram que é possível, sim, uma política diferente para os Açores e que não estamos condenados à pobreza e ao subdesenvolvimento e que podemos ter um futuro diferente.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianos e Açorianas:

Concluída a discussão, na generalidade, do Plano e Orçamento para 2015, o Bloco de Esquerda reafirma a posição tomada, no início deste debate.

Não é este o Orçamento de que a Região precisa, nem são estas as políticas e medidas exigidas para combater o estado de emergência social, que as pessoas sofrem, nos Açores. Precisamos de outras medidas e de outras políticas!

Enquanto a situação social se agrava, o Governo Regional (e o Partido Socialista que o suporta), insistem nas mesmas receitas, as quais, mesmo que paliativas, não evitaram o desastre social com que nos deparamos.

Mais de 20.000 desempregados/as, mais de 20.000 pessoas a receber RSI, milhares de pessoas que não constam das estatísticas do desemprego, o empobrecimento imparável de cada vez mais pessoas (mesmo daquelas que trabalham), uma classe média que definha, insolvências e falências diárias, tudo isto e muito mais, exigiriam outras políticas.

A existência de 65 a 70% de estudantes do ensino obrigatório a receber apoios sociais é um grito de socorro tremendo – dos próprios e respetivas famílias –, o qual deveria fazer tocar todas as campainhas de alarme.

Mas o Governo Regional não muda de rumo: - apoia as empresas, para as manter artificialmente, ao invés de promover o poder de compra das pessoas, combatendo a sério a pobreza, por forma a que estas mesmas empresas possam vender os seus produtos e serviços, alcançando, assim, um crescimento saudável, revitalizando a economia, aumentando a arrecadação de impostos e diminuindo o esforço da segurança social.

Para o Governo Regional e o PS/Açores, o discurso é fácil: a culpa é do governo PSD/CDS da República, não havendo, na Região, qualquer tipo de responsabilidade.

É certo que as imposições da Senhora Merkel, as políticas europeias, em geral e o alinhamento com elas, fazem com que o Governo PSD/CDS, na República, sejam a base do desastre que impuseram ao país e, portanto, aos Açores também.

A dívida e o Tratado Orçamental são o instrumento para sacar milhares de milhões de euros aos/às portugueses/as, para encher os agiotas da finança nacional e internacional.

E são, também, o instrumento para impor a total desregulação dos direitos dos/as trabalhadores/as, a diminuição do preço do trabalho, o empobrecimento geral da população, o socatear dos serviços públicos – como a Educação, a Saúde e a Segurança Social. Tudo isso é verdade.

Chega-se, até, ao cúmulo do PSD e do CDS votarem contra a reposição da Lei de Finanças Regionais de 2010, a que garantia aos Açores a diminuição da carga fiscal e o aumento de receitas vindas do Orçamento de Estado – como propôs o Bloco de Esquerda, na Assembleia da República, esta semana.

Tudo isto é verdade. Mas, como sempre temos dito, é possível ao Governo Regional exercer as suas e as nossas prerrogativas autonómicas, para minimizar esta situação.

Para este Orçamento, propusemos:

- como medida de combate ao desemprego de forma imediata – entre outras – um programa robusto de Reabilitação Urbana, pública e privada, sabendo que a construção civil é o sector que mais contribui para os níveis de desemprego. Sendo certo que a construção nova, em massa, terminou, está na hora de defendermos as nossas cidades, vilas e freguesias, projetando uma nova qualidade de vida para todos/as. Apesar das promessas do Governo Regional de que 2015 seria o ano da reabilitação urbana, a verdade é que as verbas, para esta área, diminuíram.

- como medida de combate à pobreza (entre outras), propusemos o aumento de 15 euros, mensais, nas pensões abaixo do salário mínimo regional e a introdução do Rendimento Social dos Açores, supletivo do Rendimento Social de Inserção.

Estas e outras medidas tiveram da parte do Governo Regional, como resposta, um silêncio olímpico, porque o Governo Regional não as quer. Prefere aproveitar a situação para o combate político ao PSD e CDS, ainda que menos – aqueles que dirigem o Governo da República – e ter uma lógica assistencialista, nos Açores, para tentar perpetuar a sua influência política sobre as pessoas, pois, sendo pouco o que dá... sempre dá. Para as pessoas desesperadas é melhor este pouco do que nada, evidentemente.

Mas, apesar dos cortes, nas transferências do Orçamento de Estado para a Região, não é por falta de dinheiro que o Governo Regional não faz outra política.

Se fosse falta de dinheiro, o Governo não esbanjava milhões de euros, em apoios mais do que duvidosos, a empresas privadas, para depois viverem à custa do erário público.

Falamos de subsídios a fundo perdido e benefícios fiscais, para a implementação de novas empresas, que já têm o negócio garantido.

Falamos de apoios de milhões de euros a escolas privadas, que concorrem com o ensino público, enquanto a este tanta coisa falta.

Falamos no nebuloso negócio da radioterapia que, antes de estar a funcionar, já sabemos que a empresa impôs ao Governo os preços, por tratamento, mais

caros do país, quando tudo se poderia fazer, no serviço público, muito mais barato.

Para estas negociatas, açorianos/as, já há dinheiro. Para o acesso dos mais pobres aos cuidados de saúde a que, constitucionalmente, têm direito, é preciso racionar!

E, porque é preciso racionar, o Governo Regional e o PS impedem, durante dois anos, que, na Região, se aumente o salário mínimo regional – por causa da competitividade, disseram –, à semelhança da argumentação do Governo da República.

E, como não chega, quando toma medidas positivas (como o aumento da remuneração complementar, para fazer frente aos cortes salariais), faz uma discriminação negativa inaceitável, em relação aos trabalhadores do sector empresarial regional.

Todos/as sabemos que um dos objetivos da política europeia, dirigida por Merkel, é aumentar a competitividade das empresas, através da baixa dos salários, diretos e indiretos, dos trabalhadores, ao invés de alterarem o modelo de construção do euro.

Neste particular, o Governo Regional tem sido um bom aplicador destas políticas, sempre com um discurso, pretensamente, preocupado. Mais grave ainda se torna quando, os Açores são a região do país onde os ordenados são os mais baixos e o Governo Regional se comporta como compressor salarial.

O Governo Regional apresenta um Orçamento que não responde aos reais problemas com que os/as açorianos/as estão, hoje, confrontados.

E se, para hoje, as políticas do Governo Regional, ou são erradas ou são tímidas, as projeções para o futuro, ou não são claras ou são perigosas.

Começamos, desde logo, com a compra de dois navios de grande porte, assumida neste Orçamento, apesar das dúvidas, objeções e posições contrárias, vindas de diversas áreas políticas e técnicas, sobre a necessidade da compra de dois navios, em vez de um.

Deveria ser dever do Governo Regional, no mínimo, explicar a sua opção, com a divulgação dos estudos económicos e técnicos, nos quais baseia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas, também quanto a isto, nada. Refugia-se numa declaração de decisão política, sem mais argumentos.

Possivelmente, ou não os tem, ou outros interesses se sobrepõem, mas o que é certo é que vai gastar 45 milhões de euros, sem sentir necessidade de prestar contas aos/às açorianos/as.

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: E o desnorte continua. O Sr. Secretário do Mar, Ciência e Tecnologia anunciou apoios financeiros e fiscais para a instalação, nos Açores, de empresas de biotecnologia, para explorar as riquezas do mar açoriano.

Um sector de alta tecnologia, um sector de futuro, um sector que pode constituir a alavanca de um novo paradigma da economia açoriana. Ora, com este anúncio, o Governo pretende entregar, de mão beijada, o que é nosso, às multinacionais.

Estes gigantes vêm aos Açores, numa lógica colonial, sacar as nossas riquezas, para obterem mais-valias vultuosas, nos seus países de origem.

Continuamos a defender, como há dez anos atrás, a absoluta necessidade da implementação de um Centro de Investigação das Ciências do Mar, nos Açores, para que as mais-valias do conhecimento sirvam a Região e, em última análise, termos a capacidade necessária para defendermos o que é nosso, por direito, e assim deve permanecer.

Em suma, o Governo Regional socialista não consegue responder aos problemas de hoje e está sem projeto para os Açores de amanhã.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Bloco de Esquerda, em nome dos Açores, não partilha esse caminho.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É em contexto de acentuada crise económica, financeira e social que debatemos as propostas de Plano e Orçamento da Região para 2015. Podíamos verter, aqui e agora, mais uma vez, os números dramáticos a que chegou o desemprego na Região (em particular o desemprego jovem); podíamos apontar os elevados índices de apoios sociais atribuídos pelo Governo, que confirmam os graves problemas associados à pobreza e à exclusão; podíamos repetir a crítica à brutal austeridade imposta no Serviço Regional de Saúde que afasta os doentes dos cuidados que necessitam...

Podíamos e devíamos; mas já o fizemos durante o debate e o próprio Governo reconheceu (com raras exceções) que a crise chegou e está para ficar.

De facto, partir do princípio que vivemos tempos de dificuldades já é meio caminho para se encontrarem soluções.

Não falar nos problemas não os faz desaparecer; pelo contrário agrava-os!

Uma política de verdade é uma política de responsabilidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sempre dissemos que em tempos de agonia social, como os atuais, não se pode governar da mesma forma, nem se deve exercer o poder da oposição da mesma maneira.

O CDS, desde há muito, que alerta que as políticas socialistas não têm sido as mais assertivas... E o tempo tem sido o melhor aliado do CDS-PP, porque amiúde nos têm dado razão!

Nesse sentido, o CDS coloca a política ao serviço dos açorianos, dignificando uma atividade que é tanto mais nobre quanto mais suplantam meros interesses partidários ou florais jogos de liderança.

O CDS-PP é oposição... Não é o mais numeroso partido da oposição, mas tem desempenhado com firmeza um papel que muitos reconhecem determinante e até notório na fiscalização da atividade governativa e na

apresentação de propostas concretas, sensatas e exequíveis que ajudam a melhorar o dia a dia das nossas famílias e das nossas empresas. Até hoje, enquanto partido da oposição, nunca prescindimos do nosso direito à crítica, por vezes, dura..., da mesma forma que jamais abdicaremos do nosso dever de desempenhar um papel responsável e construtivo, aliás, postura da qual fomos inovadoramente pioneiros. Assim, o nosso voto não é tático-político, nem se reveste de idiossincrasias partidárias, muito menos é anunciado de véspera. O nosso voto resulta do debate frontal, leal e transparente das vossas e das nossas propostas. O Parlamento é aqui; a discussão é aqui; a decisão final deve ser tomada aqui.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

O caminho mais fácil para o CDS-PP era criticar e votar contra. Mas esse é um caminho que o CDS recusa seguir.

O próximo ano será decisivo na vida económica e social desta Região e, por isso, queremos procurar as melhores soluções, apresentando os nossos contributos. 2015 apresenta perspectivas económicas e sociais que podem resultar em novas oportunidades para a retoma que se deseja e anseia.

Porém, a realidade obrigará a mudanças: seja nas posturas, seja nas ideias, mas essencialmente nas políticas. Caso contrário, as oportunidades que estão à nossa frente podem transformar-se em problemas ainda maiores para a sociedade açoriana.

É certo que o grande esforço financeiro da Região no combate ao desemprego já contribuiu para uma ténue descida da taxa de desemprego, mas esta ainda é dramaticamente alta e, por isso, importa aprofundar as políticas que dinamizem a economia, fomentem o empreendedorismo, estimulem a criatividade e inovação, potenciem os nossos recursos, gerem negócios, criem empregos... E é para isso que as nossas propostas estão orientadas!

Por outro lado, 2015 ficará marcado por novas regras e novas realidades ao nível da mobilidade e das acessibilidades dos açorianos; por consequência, a política de promoção turística tem que sofrer alterações e não pode ficar imutável e o papel da SATA é fundamental neste novo quadro.

Em 2015 teremos o fim do regime de quotas leiteiras, prevendo-se um impacto significativo na nossa economia, para o qual vimos alertando pelo menos desde 2008.

O caminho da valorização dos nossos produtos lácteos, mais do que nunca, tem que ser seguido, para além de que é preciso apostar, decisiva e finalmente, na reconversão das explorações agrícolas visando aumentar a nossa produção, reduzir importações e contribuir para baixar substancialmente o nosso défice de autossuficiência alimentar.

O próximo ano assinalará também o início de um novo Quadro Comunitário de Apoio, no qual os Açores terão ao seu dispor o maior volume de fundos europeus de sempre. Quiçá a última grande

oportunidade de convergir com as médias de desenvolvimento nacionais e europeias?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Olhando para as propostas de Plano e Orçamento, que não correspondem àquela que seria a nossa política, verificamos, contudo, a existência de um conjunto de medidas da autoria do CDS que hoje beneficiam as nossas famílias e empresas.

Se hoje há quem tente subir nas sondagens galgando a possibilidade de repor o diferencial fiscal nos 30%, importa recordar que o real abaixamento dos impostos nos Açores se deve ao CDS-PP (proposta pioneira e arrojada, aprovada em 1999, nesta Assembleia);

Se hoje as diárias dos doentes deslocados são uma realidade no Serviço Regional de Saúde e tem vindo a ser significativamente melhoradas, tal fica a dever-se a várias propostas do CDS-PP, aprovadas por este Parlamento;

Se hoje os idosos com pensões mais baixas beneficiam de um Complemento para a Aquisição dos Medicamentos, é porque o CDS-PP apresentou, e foi aprovada, a proposta de criação do COMPAMID, que nesta Casa aconteceu no passado;

Se hoje existe um programa de empréstimo de manuais escolares gratuitos a todos os alunos açorianos, também foi uma proposta do CDS aprovada nesta Casa;

Se hoje está disponível um apoio excecional ao pagamento de propinas aos alunos da Universidade dos Açores com os pais desempregados, também foi uma proposta nossa;

Se hoje se podem combater as listas de espera para cirurgias (ainda que nos envergonham), também demos um contributo através do através de um Vale Saúde;

Se hoje existe um regime de apoio especial às nossas filarmónicas, também foi proposta nossa;

Se hoje o nosso património histórico e cultural, como a memória dos cabos submarinos na Horta ou a lancha Espalamaca, no Pico, estão em recuperação para preservação futura e valorização turística, é porque o CDS-PP não prescindiu de exercer a sua ação política sempre a favor dos açorianos!

Aliás, se hoje existem também aqueles que se arrogam de ser progenitores bem-sucedidos de liberalizações aéreas e de novas obrigações de serviço público, apenas porque emitiram um comunicado 20 minutos antes de uma comunicação oficial do Governo Regional, importa não esquecer que, ao longo dos últimos anos, foram introduzidas as tarifas promocionais nas ligações aéreas inter-ilhas e para o exterior, mais uma vez, por proposta do CDS.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

E mantendo precisamente o mesmo espírito, de oposição crítica, mas construtiva, que nos apresentamos neste debate, apontando as falhas, denunciando as lacunas, sem dogmas, sem preconceitos, mas também sem qualquer tipo de estratégia político-partidária de circunstância.

Assim, o CDS-PP apresenta os seus contributos para as famílias e empresas:

Uma verba substancial para a recuperação dos moinhos de água e de vento para a produção de energia elétrica por microgeração, contribuindo para a

sustentabilidade energética e para o aumento do potencial turístico da Região. Suscita a inovação!

A criação de uma linha de apoio de mais de 200 mil euros à produção de óleos essenciais a partir da criptoméria, do incenso e da conteira e de mel de incenso, para valorização destes óleos com interesse comercial nas áreas da perfumaria, farmácia, conservação de alimentos e produtos de higiene pessoal. Suscita inovação e a criação de emprego!

Mais 150 mil euros para dar início à aplicação do Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da Ilha de São Jorge. Suscita o que de melhor os Açores têm!

Propomos ainda:

O reforço do programa de empréstimo de manuais escolares gratuitos;

O reforço do apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores;

O reforço do Microcrédito bancário;

A criação de uma rede de monitorização de mosquitos portadores de dengue e malária.

Todas estas propostas suscitam a melhoria das políticas de apoio à criação de emprego, ao empreendedorismo e à preservação ambiental e patrimonial que podem acarretar fortes impactos económicos, nomeadamente ao nível da valorização dos nossos produtos e do destino turístico Açores.

Porém, como se sabe e como se constatou ao longo do debate que agora está a terminar, há uma política que carece de medidas mais profundas: falo naturalmente da saúde.

De todas é, neste momento, a mais doente política deste Governo e carece de um tratamento para que se volte a permitir o acesso dos açorianos ao Serviço Regional de Saúde, sem taxas, nem quotas.

É com grande sentido de responsabilidade que o CDS-PP apresenta uma proposta para reforçar em mais de 100 mil euros as verbas destinadas à implementação da Rede de Cuidados Paliativos, para humanizar os cuidados prestados e dignificar a pessoa que sofre.

Porém, talvez a mais emblemática proposta que trazemos à consideração desta Assembleia e do Governo, na senda aliás no vasto património político que temos neste domínio, é a criação do “CEDO – Complemento Especial para o Doente Oncológico”.

Na prática, queremos que as diárias dos doentes oncológicos (e que são hoje muito melhores do que no passado também por propostas sucessivas do CDS) sejam majoradas especificamente para os doentes oncológicos deslocados e de modo a que possam receber um montante de ajuda de custo semelhante a qualquer funcionário público ou quando deslocado em serviço.

Assim, propomos que os doentes oncológicos deslocados serão incluídos no segundo escalão das diárias dos doentes, passando a receber um acréscimo de 20 euros por dia, elevando-se para cerca de 50 euros por dias a diária que passarão a receber. É uma proposta para quem mais sofre, merecida e que com certeza merecerá também uma atenção especial por parte desta maioria e deste Governo:

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

De pouco serve declarar que se prestigia o papel da oposição se, na prática, não houver abertura real para compreender os pontos de vista diferentes, aceitar com espírito democrático as críticas e até para ponderar e aceitar sugestões e alternativas.

Ninguém duvida que se este fosse um Plano e Orçamento da responsabilidade do CDS-PP, muitas das opções e das políticas seriam naturalmente outras e diferentes!

Todavia, mesmo não concordando com algumas das prioridades deste Governo, o CDS-PP entende que é seu dever dar um contributo positivo.

Não somos irresponsáveis ao ponto de não apresentar contributos válidos, credíveis e executáveis, nem cedemos ao facilitismo do voto contra, só porque este ano nos apetece.

O nosso voto será naturalmente de acordo com o espírito que aqui trouxemos, com o espírito de entendimento entre todos, se possível, particularmente esta maioria e este Governo a favor das pessoas e dos açorianos que para isso nos elegeram.

Muito obrigado.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A maior crise social e económica da história da Autonomia tem de ser combatida com ânimo e com esperança.

O programa e o projeto do PSD Açores transportam esse querer, essa vontade e essa determinação para iniciarmos um novo ciclo de crescimento e de bem-estar para os Açores.

E, já na oposição, estamos a dar sérios contributos para que as famílias açorianas possam ser mais felizes e viver melhor.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

2015 pode ser melhor do que 2014.

Os açorianos vão poder pagar menos impostos e, portanto, vão ter mais dinheiro disponível.

Vão ter tarifas aéreas mais baratas e, portanto, vão poder viajar mais para fora da Região e ter mais turistas a visitar-nos.

E vão ter o salário mínimo aumentado, ajudando em especial aqueles que têm rendimentos mais baixos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É importante podermos dar um pouco de esperança a quem desespera por falta de emprego, de cuidados de saúde ou de um bom ensino para os seus filhos.

Temos, hoje, infelizmente, a maior taxa de desemprego de Portugal, superior em 2,6 pontos percentuais à do País, quando, há dois anos, era inferior em 1,6 pontos percentuais à média nacional.

Temos mais de 40% de jovens no desemprego.

Temos cada mais vez mais empresas em dificuldades. Há empresários que se veem obrigados a despedir trabalhadores e outros que não têm outro remédio se não fechar as suas empresas.

Temos 7,2% de açorianos a viver do Rendimento Social de Inserção, quase 4 vezes mais que a média nacional.

Temos as mais altas taxas de risco de pobreza do País.

Temos cerca de 40.000 açorianos sem médico de família.

Temos 71% das famílias açorianas a viver com menos de 530 euros mensais.

Temos dois terços da nossa população estudantil a necessitar de apoio de ação social escolar.

E temos, também por tudo isto, os maiores índices de abandono e insucesso escolar do País.

É com muita tristeza e mágoa que constatamos esta terrível realidade.

Mas não nos conformamos e vamos continuar a apresentar propostas e ideias que este Governo, cansado de 18 anos de poder, já não tem nem consegue ter.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nos Açores, o PSD, apesar de ser oposição, sempre apresentou soluções e lutou em todas as instâncias nacionais e internacionais, até contra o seu próprio partido, para salvaguardar os interesses da nossa terra. E sempre assim será.

Já apresentámos dezenas de propostas políticas e legislativas. Já demos um sem números de contributos, desde a saúde, ao emprego, à agricultura, pescas, turismo, fundos comunitários, até ao recente pacote legislativo para a área social.

Além das inúmeras propostas e contributos, abtivemo-nos nos Planos e Orçamentos para 2013 e 2014, para que não existissem desculpas por parte do Governo Regional e para fazer face à maior crise social e económica da história da Autonomia.

Portanto, este Governo Regional teve estabilidade política, financeira e social para fazer face à crise e teve a boa vontade das oposições e da sociedade civil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o que sucedeu, senhoras e senhores, afinal nestes últimos dois anos com estas condições?

Infelizmente ficámos piores.

Temos mais desemprego, temos mais pobreza, temos pior saúde, temos pior educação.

Temos um Governo indeciso, sem coordenação e sem mando claro.
Para mal dos açorianos, temos um Governo sem liderança e um Governo que, verdadeiramente, não governa.

Mas temos um Governo que faz política partidária todos os dias, acusando oposições, a República e os parceiros sociais por tudo o que não corre bem.

À falta de política governativa, temos um Governo com excesso de política partidária, baseando-se em anúncios em vez de resultados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Afinal, a via açoriana apresentada na última campanha foi, infelizmente, a via-sacra, um caminho de sofrimento para o povo açoriano.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Os açorianos não desculpam o seu Governo porque sabem que tem Autonomia e competências próprias que exerce mal ou não utiliza para melhorar a vida dos açorianos.

Nós queremos um Governo Regional que governe.

Os açorianos precisam de um novo alento, de um novo Governo e de uma esperança renovada que só o PSD/Açores poderá dar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Trilhar caminhos com resultados é algo que não está a acontecer com este Governo Socialista.

Vejamos os seguintes factos:

Na saúde, por exemplo, as políticas são totalmente da responsabilidade do Governo Regional e, portanto, os piores cuidados de saúde são culpa exclusiva do Governo Regional de Sérgio Ávila e Vasco Cordeiro.

Na educação, as políticas são totalmente da responsabilidade do Governo Regional e, portanto, os piores resultados que os Açores têm no País...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: ... são culpa exclusiva do Governo Regional de Sérgio Ávila e Vasco Cordeiro.

No turismo, as políticas são totalmente da responsabilidade do Governo Regional e, portanto, a crise do setor, que contrasta com grandes crescimentos em Portugal, é culpa exclusiva do Governo Regional de Sérgio Ávila e Vasco Cordeiro.

Por muito que seja hábito, nos Açores, criticar o maior partido da oposição e os seus líderes, já há 18 anos que não é o PSD/Açores que governa.

Cada vez que é inaugurado um Centro de Saúde, é o Governo Socialista que o faz.

O mesmo Governo que tem a culpa de termos piores cuidados de saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Caros açorianos,

Cada vez que é inaugurada uma escola, é o Governo Socialista que o faz.

O mesmo Governo que tem culpa de termos os piores resultados escolares.

Cada vez, caros açorianos, que se inaugura um Hotel, é o Governo Socialista que se chega à frente nos discursos laudatórios, mesmo que sejam os privados que arrisquem.

O mesmo Governo que tem culpa de estarmos a ficar para trás no crescimento nacional e a fazer com que os empresários atravessem tantas dificuldades.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Com os Planos e Orçamentos sucessivamente anunciados como os maiores de sempre, chegámos à maior crise de sempre.

Não foi por falta de dinheiro, senão não se teriam anunciado os maiores Planos e Orçamentos de sempre.

Desde 2000, a verdade é que tivemos 2,6 mil milhões de euros de transferências da União Europeia e 3,6 mil milhões de euros de transferências do Orçamento do Estado.

O dinheiro nunca faltou, nem falta.

Desde 2012, tivemos um crescimento das receitas fiscais na ordem de 50%.

Mesmo de 2014 para 2015, o Governo Regional nos seus documentos prevê um crescimento das receitas fiscais na ordem dos 43 milhões de euros.

O problema, como já se comprovou, não está nos documentos orçamentais, até porque os papéis aceitam tudo.

O problema está na sua execução e na sua capacidade ou incapacidade de resolver os problemas dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Depois de todas as oportunidades e facilidades, já não há mais desculpas. Este Governo não consegue tirar os açorianos da situação dramática a que os conduziu.

As vítimas da governação socialista não vão ser salvas por a mesma governação socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Açorianos,

Mesmo na oposição, temos trabalhado para que 2015 seja um melhor ano para a nossa terra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos confiantes de que assim pode ser.

É certo que esta esperança não vem do Governo Regional e até é, ou foi, de certa maneira, nalguns casos, combatida pelo atual Governo Regional.

A verdade é que na oposição apresentamos medidas construtivas que poderão ter um impacto positivo para a nossa Região.

A descida dos impostos, do IVA, do IRC e do IRS nos Açores em 2015 vai permitir que mais dinheiro circule na nossa economia e que as famílias mais carenciadas possam comprar os seus bens essenciais sem tanto esforço.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A descida das tarifas aéreas e a liberalização tanto combatida pelo Governo Regional vai permitir que mais turistas nos venham visitar e vai obrigar também a que, dentro dos Açores, acabemos por ter viagens mais baratas também.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O aumento do salário mínimo nacional, congelado desde os tempos de José Sócrates, vai, por via automática, fazer com que nos Açores este atinja os 530 euros, ajudando muitas e muitas famílias com baixos rendimentos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E os fundos comunitários do atual quadro vão, finalmente, começar a chegar à nossa tão necessitada economia.

São tudo boas notícias para 2015.

Temos, pois, esperança de que, apesar deste Governo Socialista, 2015 possa ser melhor para os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Minhas Senhoras e Meus Senhores, Açorianas e Açorianos, Estive nas últimas semanas de novo em cada uma das nossas nove ilhas e em cada um dos nossos dezanove concelhos.

Falei, olhos nos olhos, com centenas e centenas de cidadãos.

Senti o sentir das nossas gentes.

Ouvi desabafos, desalentos, mas também uma enorme vontade de ter esperança no futuro.

Vamos continuar a estar próximos das pessoas em cada uma das nossas terras.

Vamos continuar a ouvir as nossas gentes e a tentar encontrar, com elas, as soluções de que os Açores precisam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Queremos e estamos a construir, com os açorianos, uma alternativa para as nossas ilhas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, desde já, ainda na oposição, estamos a dar contributos para que o futuro próximo possa ser melhor, como disse, com impostos mais baixos, com salários mais altos e com transportes mais baratos.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Com o trabalho que temos vindo a desenvolver, ficarei muito satisfeito quando vir, de novo, a Senhora Maria Noia da Ilha das Flores e ela me possa dizer que o seu filho já encontrou emprego, porque há mais turistas a pernoitar na sua Ilha.

Será com alegria que receberei a notícia do Senhor Silveira de São Jorge de que a sua filha encontrou emprego no regresso à sua terra, porque os jorgenses têm mais dinheiro nos seus bolsos.

Vou ficar muito satisfeito quando souber que o Senhor Medeiros, empresário de Rabo de Peixe, já conseguiu pagar os seus compromissos para com a banca e que até já está a pensar em chamar o seu antigo colaborador para vir trabalhar de novo na sua loja.

Ficarei feliz por saber que a Senhora Livramento, da Graciosa, vai ter capacidade para comprar os medicamentos que tanta falta lhe fazem para melhorar a sua qualidade de vida.

Estou certo de que os comerciantes da baixa de Ponta Delgada vão conhecer dias melhores. Vão ter mais gente a entrar nos seus comércios e a fazer compras, graças ao incremento que o turismo irá certamente conhecer com a baixa das tarifas aéreas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Senhor José Sá poderá ir visitar mais vezes a sua filha que foi estudar para o Continente e que por lá ficou empregada, porque irá pagar muito menos pela sua passagem aérea do que pagou até agora. Mais do que 134 euros não pagará.

Os restaurantes da cidade de Angra do Heroísmo ou da Horta vão ter a oportunidade de aumentar os seus negócios e, daí, a possibilidade de empregar mais pessoas. Porque as famílias vão ter mais rendimento e os turistas vão visitar-nos em maior número.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Apesar de as nossas propostas não tornarem este orçamento um bom documento, sentimo-nos na obrigação de dar consequência à anunciada prioridade de apoio aos mais necessitados e mais frágeis da nossa sociedade.

Por isso, em conjunto com o nosso pacote social já entregue neste Parlamento, propomos, no âmbito deste Plano e Orçamento, um Complemento Regional para os Jovens e Crianças que recebem Rendimento Social de Inserção (uma medida inovadora), o aumento do Abono de Família e o aumento das pensões mais baixas, ou seja, do chamado cheque pequenino.

Com as nossas propostas, cerca de 80 mil açorianos fragilizados poderão ter dias melhores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas, Senhoras e Senhores, a par da ajuda aos mais necessitados, temos de começar a mudar a economia dos Açores para que não andemos de crise em crise e para que os nossos jovens possam ter uma verdadeira perspetiva de emprego e de regresso às suas terras.

Para isso, vamos precisar de uma nova ambição e de uma nova abordagem política onde o dinheiro público seja mais multiplicador do que condicionador, como atualmente.

Onde a política se faça para as pessoas e não utilizando as pessoas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Onde não se crie pobreza para se ganhar com essa pobreza.

Onde verdadeiramente se possa ter esperança.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Para isso também, damos nota nas nossas propostas com abordagens para o setor primário, para a nossa agricultura e para as nossas pescas.

Mas também para a ciência e inovação, com apoios específicos para a nossa Universidade.

Podemos e temos de ter muitos mais empregos na agricultura, dentro e fora da pecuária.

Temos de valorizar a qualidade dos nossos produtos agrícolas e produzir também para diminuir importações, criando emprego e dinamizando o mercado interno.

Podemos e temos de aproveitar a riqueza do nosso mar. Formando e dignificando os pescadores, dando-lhes mais rendimento através da valorização do pescado, desenvolvendo, de facto, a pesca-turismo ou a aquicultura *offshore* e usufruindo em concreto da investigação que temos e das riquezas que existem nos nossos mares, além dos recursos haliêuticos.

Os Açores têm de vender a sua imagem, promovendo a sua marca, sem ser apenas nos discursos políticos.

A nossa natureza, os nossos recursos humanos, a nossa terra e a nossa gente têm um valor incalculável.

Estes valores têm de promover e vender melhor a nossa agricultura, as nossas pescas e o nosso turismo.

E temos de dar as mãos aos nossos jovens.

Caros açorianas e açorianos,

É quase um crime geracional ter a geração mais qualificada de sempre com o maior desemprego jovem de sempre na nossa terra.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A infraestrutura digital que já possuímos e os apoios comunitários para a ciência e inovação, que são cumulativos, como já anunciei, com os fundos estruturais, têm de ser aproveitados.

Com o Comissário Europeu Carlos Moedas, com quem reuni recentemente, a gerir mais de 80 mil milhões de euros para a inovação e ciência, temos de juntar entidades públicas e privadas, governo e autarquias, Universidade dos Açores e centros de investigação internacionais para, em parcerias, construirmos um novo futuro assente na excelência e nas parcerias internas e externas.

Com estas parcerias, com centros de excelência, com a qualidade da nossa juventude,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... podemos apagar as distâncias e concorrer com os melhores do mundo, porque também temos o melhor do mundo: a nossa terra, a nossa gente e a nossa juventude.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A capacidade empreendedora dos açorianos tem que ser apoiada e incentivada. Os nossos emigrantes, nas comunidades da diáspora, dão-nos bonitos exemplos de empreendedorismo. De como, pelo trabalho aliado ao risco, naturalmente, se triunfa na vida.

Não queremos um Estado que se substituía aos cidadãos. Defendemos um Estado que apoie a iniciativa dos açorianos.

Entendemos que um euro nos bolsos dos açorianos será sempre mais bem gasto do que pelos nossos governantes. Por isso, trabalhámos para que os impostos baixassem nos Açores. E os açorianos conseguiram.

Os Açores só terão a ganhar com mais competitividade na sua economia. Os monopólios e os oligopólios, sejam eles privados ou públicos, não incentivam a criatividade, não aguçam o engenho, não ajudam a criar riqueza e, portanto, não são a solução para uma sociedade mais desenvolvida, onde os cidadãos partilhem mais progresso.

A liberalização das rotas aéreas será um forte contributo para o desenvolvimento do turismo nos Açores, das nossas exportações. Da economia regional no seu todo.

Trabalhámos para que a baixa das tarifas aéreas entre o Continente e os Açores fosse uma realidade. E os açorianos conseguiram. E irão pagar, no máximo, 134 euros para se deslocarem para fora da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Queremos e temos de ajudar quem mais precisa, mas queremos, em especial, que os açorianos não precisem tanto de ajuda como hoje em dia.

Queremos que o Governo esteja presente sempre que necessário, mas queremos que os Açores se desenvolvam para que os açorianos não dependam tanto do Governo.

Queremos, com os açorianos, construir uma terra em que o sonho possa ser esperança fundada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Açorianas e Açorianos,

Sei bem onde vivo. Conheço profundamente todas as parcelas da nossa Região.

Sei que é possível e quero que seja possível.

Quero a felicidade dos meus conterrâneos, de cada uma das nossas nove pequenas ilhas.

Amo a minha terra. E quero vê-la tão rica na economia e sociedade como é rica nas suas gentes.

Depende de nós, lançar este caminho de esperança.

Termino convicto de que os açorianos poderão ter uma vida melhor.

É para isso que o PSD/Açores está a trabalhar.

É para isso que vamos continuar a dar o melhor do nosso esforço.

Onde quer que encontre uma açoriana e um açoriano, quero encontrar um sorriso de felicidade e de esperança nos seus olhos.

Novos tempos exigem novas formas de governar para a construção de uma nova economia do bem-estar e da felicidade.

Para os Açores do futuro, para as gerações atuais e para os homens e mulheres de amanhã.

Estamos ao lado e do lado da população açoriana.

Acreditamos nuns Açores melhores.

Mais do que um partido, o PSD Açores quer ser a voz que contribui todos os dias para o desenvolvimento das nossas nove queridas ilhas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Terminamos agora o debate na generalidade do Plano e do Orçamento para o ano de 2015.

Sobre estas propostas, tivemos a oportunidade de, nas últimas semanas, desenvolver várias iniciativas para uma melhor análise e preparação dos debates que aqui tivemos.

Nesse âmbito, destaco as reuniões e encontros que promovemos com os vários parceiros sociais nos Açores.

Fizemo-lo cumprindo a tradição de concertação social e de diálogo que sempre pautou a ação do PS nos Açores e que deve pautar a ação de qualquer agente do sistema político.

Só assim faz sentido.

A estabilidade política é muito importante, desde que alicerçada num pressuposto de diálogo social permanente com os vários parceiros e representantes dos sectores económicos e sociais da Região.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje, mais do que nunca, ser parceiro social é algo que requer grande responsabilidade, quer na defesa dos interesses do sector que defendem, quer no papel ativo que se exige nos contributos para mais e melhor desenvolvimento coletivo.

Desse ponto de vista, os parceiros sociais açorianos mostraram estar sintonizados com os problemas e principais preocupações da sociedade açoriana, bem como com as soluções para mitigar esses problemas, materializadas no Plano de Investimentos para 2015.

Com uma postura reivindicativa, mas sempre construtiva, demonstraram total disponibilidade para serem aliados do Governo dos Açores no combate à crise e no desenvolvimento da Região.

Seria, aliás, interessante que vários partidos da oposição seguissem o exemplo dos parceiros sociais, na disponibilidade para participar ativamente na construção do nosso futuro.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Plano e Orçamento que apreciamos neste plenário confirmam que o Partido Socialista continua empenhado em desenvolver um projeto político consistente, em duas vertentes. Por um lado, no desenvolvimento de uma agenda política de resposta imediata aos impactos negativos da crise económica e social que infelizmente assola a Europa e o País e à qual a nossa Região não consegue escapar, e na amenização dos impactos nefastos da política de austeridade nacional com graves impactos no rendimento das famílias, no aumento de impostos e na atividade económica das empresas.

E a esse propósito é uma leviandade política dizer-se, como ouvimos há pouco nesta tribuna, que as políticas do PS trouxeram os Açores para a maior crise de sempre da Autonomia, quando se é um grande corresponsável por esta situação enquanto apoiante entusiasta das políticas de Pedro Passos Coelho, como é o Presidente do PSD Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É preciso ter lata!

É preciso ter lata vir a esta tribuna lamentar-se do desemprego jovem quando se faz parte de um partido na República que sugeriu aos jovens portugueses que emigrassem.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ao mesmo tempo desta agenda política de resposta imediata, desenvolvemos também uma agenda estratégica, de médio prazo, que lança as bases para um novo ciclo de desenvolvimento da Região.

São assim propostas que aumentam o investimento público em 13%.

Que valorizam o emprego, a qualificação e a proteção social.

Que aumentam os programas de apoio à criação de emprego e ao fomento da empregabilidade.

Que defendem a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Que aumentam a intensidade na estratégia de qualificação e educação que queremos e temos de continuar a melhorar.

Que mantêm os apoios sociais da Região como o Complemento Regional de Pensão, o Complemento Regional ao Abono de Família ou o Programa de Apoio à Aquisição de Medicamentos.

As propostas em apreciação neste debate são, assim, mais um passo, na afirmação da Via Açoriana que apresentámos como projeto político aos eleitores nas últimas eleições legislativas regionais e que mereceram um amplo apoio popular.

Mas esse apoio expressivo não nos acomodou.

A maioria clara que os Açorianos deram ao PS nas últimas eleições confere-nos uma grande base social de apoio na implementação do Programa de Governo e de uma via açoriana de desenvolvimento.

Mas é sobretudo uma enorme responsabilidade que não serve de pretexto para evitar o diálogo, a convergência e a construção de compromissos sociais alargados.

Constituímos uma maioria exigente, mas dialogante.

Desta forma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aceitará propostas de vários Partidos da oposição, mas propostas daqueles que quiseram dialogar de forma genuína e responsável em defesa dos Açorianos e não daqueles, como o PSD Açores, que depois de um pré-anúncio de voto contra o Plano e Orçamento, insistem em não estar disponíveis para dialogar e apresentam um conjunto de ideias para ficar bem na fotografia, mas sem grande consistência política.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É, no mínimo, estranho (no mínimo estranho!) que o PSD Açores se diga preocupado com o desemprego, mas não apresente uma única proposta de alteração sobre esta matéria.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E a este propósito também, não deixa de ser curioso que este partido não reconheça a abertura do Partido Socialista para acolher propostas e contributos da oposição, quando na Assembleia da República, no Orçamento de Estado discutido recentemente, em quatrocentas propostas apresentadas pela oposição, a coligação de Governo liderada pelo PSD tenha aceite apenas uma única proposta.

Repito, em quatrocentas propostas apresentadas pela oposição, o PSD na República aceitou apenas uma.

Mais uma contradição do atual PSD Açores.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Impressionante!

O Orador: Aliás, contradições e incoerências é o que mais temos visto por parte deste partido.

Em boa verdade, o PSD Açores é hoje o que se pode chamar de Partido das Contradições e da Maledicência.

Comecemos pelas contradições:

Ao mesmo tempo que debatemos aqui o Plano e Orçamento para 2015 da Região Autónoma dos Açores, foi debatido e aprovado o Orçamento de Estado na Assembleia da República.

Aqui, num Plano e num Orçamento que aumenta o investimento público, que aumenta as dotações para o emprego, para a empregabilidade, para a competitividade empresarial, para a rede apoio social e que mantém os apoios sociais, o PSD vota Contra.

Na República, num Orçamento de Estado que mantém a política de austeridade dos últimos anos, que mantém uma enorme carga fiscal sobre as famílias e sobre as empresas e que continua a política de cortes nos ordenados, nas pensões e nos rendimentos das famílias, o PSD Açores vota a favor.

Deputados Domingos Cunha e André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Ou seja, o PSD é contra um bom orçamento para os Açores e é a favor de um mau Orçamento de Estado para o País e para a Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas pior do que isso, quer aqui na apreciação que a Comissão de Economia fez do Orçamento de Estado, quer na Assembleia da República, os deputados do PSD Açores votaram contra propostas que defendiam questões muito importantes para a nossa Região.

Por exemplo:

Votaram contra o financiamento de um plano de revitalização económica para amenizar os impactos negativos económicos e sociais da redução norte-americana da Base das Lajes, confirmando assim a impreparação e

insensibilidade do Sr. Primeiro-Ministro demonstradas na visita recente que fez àquela Base;

Votaram contra o reforço de financiamento da Universidade dos Açores para fazer face aos custos da tripolaridade desta instituição;

Voltaram a votar contra uma proposta para apoio do Governo da República aos prejuízos das intempéries de março do ano passado;

E pior do que isso, votaram contra a proposta para a reposição das transferências do Estado para a Região, depois destas serem reduzidas em 67 Milhões de euros no ano de 2013;

E com este voto contra foram o único partido dos Açores que votou contra e que quebrou o consenso de defesa dos Açores que conseguimos construir todos,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Nem por isso!

O Orador: ... incluindo o CDS-PP, que aqui votou contra e que não acompanhou a decisão do PSD-Açores.

Ou seja, açorianas e açorianos, há poucos minutos, vimos nesta tribuna o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD Açores afirmar-se como grande defensor dos Açores, mas os factos desmentem isso e comprovam que o PSD nos Açores diz uma coisa e na Assembleia da República faz exatamente o seu contrário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Caso para perguntar, por que é que o PSD Açores não teve a coragem dos Deputados do PSD Madeira que votaram contra o Orçamento de Estado em defesa da sua Região?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quanto à Maledicência, não podemos deixar de referir o seguinte:

O combate político-partidário é sempre importante em democracia, mas a assertividade e a contundência não se podem confundir com debates estéreis e inconsequentes ou com ataques pessoais que vão para além das discordâncias políticas.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é verdade!

O Orador: Temos divergências programáticas e ideológicas com todos os partidos da oposição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aliás, acabou-se de ver!

O Orador: É normal e saudável que assim seja. Mas isso nunca se pode sobrepor ao interesse coletivo, sobretudo no tempo de exceção que atravessamos.

Ao longo da semana que agora termina foram vários os momentos em que o Partido Social Democrata, para disfarçar a sua incapacidade e falta de argumentação política, lançou ataques pessoais, insinuações, especulações

insidiosas que não dignificam o debate político e que certamente envergonham as anteriores gerações de dirigentes Social-democratas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tenha vergonha da sua sombra!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Vitor Fraga vai pedir a defesa da honra!

O Orador: Nós não participaremos nessa estratégia de descredibilização da atividade política.

Todos os agentes do sistema político tem a enorme responsabilidade de qualificar a democracia e de respeitar quem nos elegeu e é isso que se exige a todos.

Mas fica aqui o aviso ao PSD, essa baixa política e essa lógica de jogadas de bastidores clandestinas e de lançamento de boatos para atacar o Governo e os dirigentes do Partido Socialista não nos condicionam e não nos encolhem.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quinze minutos a falar mal do PSD!

Deputado Bruno Belo (PSD): Que tristeza!

O Orador: Muito trabalho foi feito, mas muito mais há para fazer.

Temos de redobrar o nosso empenho na valorização da nossa Região.

No aproveitamento dos nossos recursos naturais, na criação de bens de valor acrescentado que façam a diferença nos mercados internos e externos, onde o sector primário tem especial destaque.

Na gestão e aproveitamento dos nossos recursos marinhos, que são em primeira instância dos açorianos e dos quais devemos ser os primeiros beneficiários.

Na consolidação de um projeto político onde o Estado Social e o acesso a um serviço de Saúde e de Educação de qualidade jamais poderão ser postos em causa.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sim, sim! Já estão em causa!

O Orador: Num projeto político onde a coesão territorial é central e onde o desenvolvimento só faz sentido se chegar a todas as Ilhas dos Açores.

Num trabalho que continuará a fazer o caminho de consolidação dos Açores enquanto destino turístico de referência, preparando-nos para os novos desafios que se aproximam com as novas Obrigações de Serviço Público e com a liberalização do espaço aéreo açoriano.

Nas acessibilidades, onde o mercado interno e a facilitação da circulação de pessoas e bens entre as Ilhas dos Açores é cada vez mais relevante.

Num projeto político que assume como prioridade das prioridades a valorização do nosso capital humano, das pessoas, dos jovens, dos menos jovens, assumindo a sua qualificação e a sua educação como estratégia determinante para mais emprego e mais rendimentos e, conseqüentemente, para mais e melhor qualidade de vida.

É nisso que temos de estar focados.

E para isso contamos com o apoio e contributo de todos.

Temos grandes desafios pela frente.

Desafios que encaramos sem receios e com grande lucidez, responsabilidade e ética republicana.

Não escamoteamos os problemas, não negamos as dificuldades.

Estamos sintonizados com as preocupações dos nossos concidadãos.

Só com grande conhecimento da realidade conseguiremos determinar as soluções e o caminho para um futuro melhor.

Um caminho difícil, com grandes adversidades, que exige muito de todos nós.

Todos devem estar comprometidos com esse compromisso.

O compromisso da defesa da nossa Autonomia.

Uma Autonomia sustentável.

Uma Autonomia ao serviço dos cidadãos.

Que usa as nossas competências para garantir a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde e que se recusa a entregar a tutela deste serviço a Lisboa. Com o empenho e determinação dos profissionais de saúde da Região que todos os dias contribuem para essa sustentabilidade;

Uma Autonomia que garante uma rede de apoio social forte, do melhor que se faz na Europa, com a ajuda e apoio inestimável das nossas Instituições de Solidariedade Social e dos seus colaboradores;

Uma Autonomia esclarecida, que permite intensificar e aumentar a nossa aposta na qualificação e na educação, liderando uma plataforma de sinergias entre professores, pais e alunos para mais sucesso escolar.

Uma Autonomia que não se diminui numa posição meramente reivindicativa, mas uma Autonomia que acrescenta, que confere maior dimensão geopolítica e atlântica a Portugal;

Uma Autonomia que nunca deixará de defender intransigentemente os nossos interesses perante o Estado Português em questões como a defesa dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes e a minimização dos impactos económicos e sociais da anunciada redução de contingente norte-americano, da garantia de meios aéreos de evacuações de emergência, de garantia de serviços do Estado condignos e com os meios adequados na Região, porque não somos portugueses de segunda.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Uma Autonomia forte, que conta com todos e que precisa de todos.

Fazemo-lo com a determinação de sempre.

Com a inspiração das várias gerações de açorianas e açorianos que lutaram para que chegassemos até aqui.

Com a inspiração dos açorianos anónimos que todos os dias, nas suas casas, nas suas vidas, nos seus trabalhos ajudam a construir uma Região mais forte. Uma Região Melhor.

Com a inspiração dos Açorianos que reergueram Freguesias, Cidades e Ilhas depois de tragédias e catástrofes naturais.

Com a inspiração de Açorianas e Açorianos que estão sempre disponíveis para elevar o nome da Região Autónoma dos Açores.

É por eles que estamos aqui e é com eles que vamos ganhar os desafios do futuro.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

E agora dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

No termo de três dias de trabalhos parlamentares sobre as propostas que o Governo dos Açores apresentou a esta Assembleia Legislativa de Orçamento e de Plano de Investimentos para 2015, venho a esta tribuna para salientar alguns aspetos desses documentos, bem como do debate que se desenrolou a este propósito.

O primeiro aspeto que julgo importante reconhecer e salientar tem a ver, exatamente, com a génese dessas propostas.

Consciente da importância que estes documentos assumem para o futuro dos Açores, no que diz respeito às opções de investimento, à afetação de recursos ou à definição de prioridades, o Governo preparou antecipadamente as propostas de Orçamento e de Plano para 2015.

Todos os partidos políticos representados nesta câmara e os parceiros sociais foram ouvidos antes mesmo da elaboração dessas propostas.

Todos os Conselhos de Ilha, bem como todos os parceiros sociais que participam no Conselho Regional de Concertação Estratégica, e ainda o Conselho Regional da Juventude, tiveram, igualmente, a oportunidade de se pronunciar sobre a proposta de Plano de Investimentos para 2015.

Noutro âmbito, quer o Partido Socialista, quer o seu Grupo Parlamentar, desenvolveram um intenso trabalho de diálogo, de auscultação e de recolha de contributos que, por sua iniciativa, foram fazendo chegar ao Governo em diferentes fases desse processo.

Desse amplo movimento de diálogo, de participação e de propostas, o Governo procurou ser fiel intérprete, conciliando as sugestões que nos fizemos com as possibilidades da Região.

Daqui resulta que estas propostas são bem mais do que apenas as propostas do Governo.

Elas são resultado, elas são mais um resultado, de um verdadeiro diálogo construtivo, um diálogo gerador de contributos, um diálogo proponente, que cimeta a aliança que temos construído com todos aqueles, independentemente das suas opções ideológicas ou partidárias, que conosco querem trabalhar, a bem dos Açores e a bem de vencermos os desafios de todos.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Com humildade, aqui deixo, em meu nome e em nome do Governo a que presido, o nosso agradecimento pelas melhorias que esses contributos possibilitaram operar nas propostas que apresentámos, com a certeza, vista e comprovada, de que, assim, estas são propostas de Plano e de Orçamento feitas com os Açorianos e para os Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

A forma como o debate se processou ao longo destes três dias permite, também, realçar alguns aspetos que não devem, nem podem, passar em claro.

Em primeiro lugar, a postura do Governo.

Nestes debates, o Governo, como é o seu dever e como é a sua convicção, a todos procurou responder, fundamentando opções, explicitando medidas e clarificando os caminhos que queremos seguir no Futuro.

No entanto, estes três dias de debate não serviram apenas para clarificar as opções do Governo sobre os caminhos a seguir pelos nossos Açores.

Eles tornaram claro, também, o posicionamento dos partidos políticos representados nesta câmara.

Nomeadamente aquele que se diz o maior partido da Oposição, chegou a este debate com três notas características da sua argumentação:

1.^a - A situação económica e social da nossa Região exige, no seu entender, outras respostas, respostas alternativas;

2.^a - Votará contra o Plano e Orçamento da Região porque já não quer dar o benefício da dúvida ao Governo;

3.^a - Uma preocupante dificuldade em lidar com a realidade e uma obsessão em reescrever a história.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à primeira nota, o facto é que esse partido não trouxe nada de novo.

Aliás, a começar pela crítica destrutiva permanente, como se a sua posição saísse reforçada quanto mais negro fosse o quadro, nada de novo resulta, ou resultou, desse posicionamento.

Nessa parte, o que ficou demonstrado neste debate não foi a situação, desafiante do ponto de vista económico e social, que se vive nos Açores.

Para isso, basta falar com os Açorianos como o Governo fala; ouvir os Açorianos como o Governo ouve; estar com os Açorianos como o Governo está.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que fica demonstrado neste debate é a absoluta incapacidade desse partido, que se diz o maior da Oposição, de fazer coincidir o que faz com o que diz.

Ou seja, o que diz, não se escreve.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Onde estão as propostas alternativas?!

Onde está a coerência?!

Vejam alguns exemplos:

O PSD/Açores lamenta-se que os Açores são a região do País com a mais elevada percentagem de beneficiários do Rendimento Social de Inserção...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... e que é motivo de vergonha haver cerca de 60% de crianças e jovens em idade escolar que usufruem da Ação Social Escolar.

Qual a proposta? Qual a via alternativa?!

Deputado António Ventura (PSD): Mudar o Governo!

O Orador: Criar um Complemento ao Rendimento Social de Inserção para crianças e jovens em idade escolar e reforçar a Ação Social Escolar!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Garcia (PSD): Eles precisam!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual é que é a dúvida?

O Orador: O Governo dos Açores estabelece nos seus instrumentos previsionais os complementos regionais de apoio ao Abono de Família e o Complemento Regional de Pensão.

Qual a proposta e qual a via alternativa?!

Não há! Copia-se as medidas que o Governo já prevê e aumentam-se os complementos que o Governo do Partido Socialista já criou, que mantém e que reforça, quando os deputados do mesmo partido, desse que se diz o maior partido da Oposição, votam a favor de Orçamentos de Estado, em Lisboa, que cortam nos apoios sociais e penalizam as famílias e os mais idosos;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo dos Açores está a concretizar o projeto da Escola do Mar, com incidência de formação na área das profissões marítimas, incluindo as pescas.

Qual a proposta?!

Qual a via alternativa?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mudar de Governo!

O Orador: A aposta na formação para os profissionais da Pesca.

O Governo dos Açores, como ficou demonstrado neste debate, começa a apresentar resultados na redução das listas de espera no Serviço Regional de Saúde.

Qual a proposta?!

Qual a via alternativa?!

O combate às listas de espera.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é falso!

O Orador: O Governo dos Açores tem previsto mais de um milhão de euros de apoio à Universidade dos Açores, repartidos entre o apoio à tripolaridade e incentivo à investigação com repercussão na economia açoriana.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Leia o parecer da Universidade!

O Orador: Qual a proposta?!

Qual a via alternativa?!

O apoio à investigação dedicada e à tripolaridade da Universidade dos Açores.

Mas, e o emprego?

Deputado Bruno Belo (PSD): Boa pergunta!

O Orador: E a criação de emprego, principal desafio com que as açorianas e açorianos estão confrontados?!

Deputado José Ávila (PS): Zero!

O Orador: Nada! Absolutamente nada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o seu resultado!

O Orador: Nem propostas, nem sugestões, nem contributos!

Os Açorianos ficaram assim a saber que não podem contar com aquele que se diz o maior partido da Oposição para esse combate.

Faltou à chamada!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Fugiu!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Desertou da principal batalha em que as empresas açorianas, as famílias açorianas e o Governo dos Açores estão envolvidos.

Como se comprova, o exercício da responsabilidade desse partido, ou que esse partido tem para com os Açores e para com os açorianos em contribuir para o progresso e desenvolvimento da nossa terra, resume-se a um mau exercício de cábula e de cópia.

E como sempre, acredito que, entre o original e a má cópia, os açorianos preferem o original.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E é nesse contexto que afirmam que votam contra o Orçamento e o Plano de Investimento dos Açores porque já não dão o benefício da dúvida a este Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Com este comportamento, com estas contradições, com esse desnorte, com essa deserção, são os açorianos que já não dão sequer o benefício da dúvida a esse partido para ajudar os Açores a vencerem os desafios que estão à sua frente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E por último, a preocupante obsessão em reescrever a história.

Deputado António Ventura (PSD): Doze minutos a falar do PSD!

O Orador: E ainda vou falar mais, os senhores vão ter que ouvir mais.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é que é uma boa postura institucional!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Somos um bom saco de boxe!

O Orador: Do novo modelo de Obrigações de Serviço Público entre os Açores e o Continente, ao aumento do diferencial fiscal para 30%, tudo serve para que esse partido corra para a fotografia.

Mas, como sempre acontece com aqueles que querem usurpar o trabalho alheio, acaba por tropeçar em si próprio e estatelar-se confrangedoramente perante os açorianos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: A revisão das Obrigações de Serviço Público foi conseguida pelo Governo dos Açores após três longos anos à espera de decisões do Governo da República. Quinze minutos depois da hora marcada para a conferência de imprensa em que o Governo anunciava o acordo alcançado, esse partido, aquele que se diz o maior partido da Oposição, correu para a fotografia, procurando usurpar o resultado do trabalho de muitos de cá e de lá.

Todos os partidos políticos nesta câmara se manifestaram contra o aumento dos impostos que foi imposto pelo Governo da República, no âmbito da revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas ocorrida em 2013.

Mas aquele que se considera o maior partido da Oposição não hesita, não se coíbe, não se envergonha de querer usurpar as posições de todos e de querer aparecer na fotografia como o autor da reposição da possibilidade de aumentar novamente o diferencial fiscal para 30%.

Isto para já não falar na forma mesquinha e pessoalmente ofensiva como se posicionou neste assunto ao considerar que, na redução de impostos, a opção era entre os açorianos e o bolso do Vasco Cordeiro e do Sérgio Ávila.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mais, Sérgio Ávila!

O Orador: Mas nada nos admira, nem nos deveria admirar, pois, quando a liderança desse partido publicita e assina uma mensagem em que diz que é deles a autoria da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, está tudo dito.

Está, infelizmente, tudo dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas isso onde é que está?!

O Orador: Está aqui, assinado por si.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Há de dar-me uma cópia!

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor já não sabe o que é que assina? Está aqui, mensagem do Presidente. Assinado por si.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso não é verdade! Escusava-se de dizer isso!

O Orador: E é a isto que está reduzido o PSD/Açores!

É a isto que está reduzido um dos partidos fundadores da nossa Autonomia.

É a isto que está reduzido aquele que se diz o maior partido da Oposição.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mas o pior é assistir a tudo isto, vendo que não hesitam em reduzir a cinzas, não hesitam em destruir o património autonómico, não hesitam em renegar anos e anos de defesa das prerrogativas da Autonomia e que eu aqui reconheço.

Veja-se o que acontece com a questão do diferencial fiscal:

Quem tem competência para decidir a redução de impostos é esta Assembleia.

Não é o Governo da República. Não é a Assembleia da República.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É, pois, triste quando este PSD/A, na sua ânsia de agradar ao PSD de Lisboa,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Gente séria!

O Orador: ... lhe tece loas dizendo que os açorianos pagarão menos impostos em 2015 porque o Governo da República assim o decidiu.

Não é verdade! Os Açorianos pagarão menos impostos em 2015 por decisão do Parlamento dos Açores.

Por decisão dos deputados representantes do Povo Açoriano.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O pior é que não percebem que politicamente esse discurso é explosivo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Parece que há pessoas ali que não sabiam disso!

O Orador: ... porque abre a porta à alienação de competências e prerrogativas dos Açores!

É brincar com o fogo com a inconsciência das crianças que não sabem o perigo daquilo com que lidam.

E já não falo, a propósito de desbaratar o património autonomista, do facto desse ser o partido, desse ser o único partido na Região, do facto desse ser o partido, desse ser o único partido da Região, que não concordou com a reposição do montante das transferências para os Açores para os níveis de 2013.
Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Porquê?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Desse ser o único partido cujos deputados do PSD/Açores em votação na Assembleia da República, não concordaram com a efetivação da solidariedade nacional aos açorianos por causa das calamidades de 2013. Porquê?

Essa farsa acaba aqui e acaba agora!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É aqui, é hoje e é perante os açorianos que se denunciam e desmascaram as manobras desse PSD...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Que medo!

O Orador: ... que é capaz de vender os interesses dos Açores por um prato de lentilhas de suposto ganho político.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É aqui, é hoje e é perante os açorianos que se denuncia e desmascara este PSD que julga poder servir dois senhores ao mesmo tempo: os Açores e o PSD de Lisboa.

Não pode! Ou serve os Açores ou serve Lisboa, e até agora parece servir mais Lisboa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É aqui, é hoje e é perante os açorianos que se denunciam e desmascaram as manobras desse PSD para quem o que importa é criar dificuldades ao Governo dos Açores, mesmo que para isso os açorianos fiquem prejudicados, como julga que acontece,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Só se atiram pedras às árvores que têm frutos!

O Orador: ... ao não ser reposto o nível de transferências para os Açores ou ao não ser aprovada a solidariedade nacional por causa das calamidades.

Mas desenganem-se aqueles que pensam que assim nos desanimam ou nos amedrontam.

Eu tenho uma mensagem muito simples para os senhores:

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pensei que era para os açorianos!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: E para os açorianos!

O Orador: Continuem a dar o vosso pior! Nós, pelos Açores e pelos açorianos, daremos sempre o nosso melhor!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Falemos do verdadeiramente importante, e o verdadeiramente importante são os Açores e os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ia dizer que está irreconhecível, mas está igual a si próprio!

O Orador: O Plano de Investimento e o Orçamento para 2015 são documentos de combate, documentos que dão corpo a esta mobilização geral de todos os nossos recursos e de todas as nossas competências e de todo o nosso trabalho para vencermos os desafios com que estamos confrontados.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: O primeiro desses desafios é o desafio da criação de emprego.

Este é o desafio central, decisivo, prioritário.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Como pudemos comprovar, em especial, ao longo destes 3 dias, o Governo não só assume este desafio no discurso político, como também o assume na prática.

A Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial está em marcha e, até agora, já abrangeu mais de 21 mil açorianos e mais de 1.700 empresas.

É certo que, também fruto dessa e de outras medidas implementadas pelo Governo dos Açores, a taxa de desemprego, nos últimos meses, tem vindo a manter uma descida consistente na nossa Região.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Cada vez maior, maior do que a nível nacional!

O Orador: Esse é um dado positivo, mas, para nós, não é suficiente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é! É um dado verdadeiro!

O Orador: Queremos e trabalhamos para que, de forma mais rápida, cada vez mais açorianos tenham condições, e efetivamente obtenham, um posto de trabalho.

Para além de medidas como o Programa de Incentivo à Inserção de Estagiários, o Integra, CPE – Premium, PROSA, FIOS e Agir Agricultura, em que, só nestes, se prevê abranger mais de 5.000 açorianos ao longo do próximo ano, gostaria de anunciar que o Governo pretende lançar, em 2015, um conjunto de iniciativas dirigidas ao fomento do empreendedorismo, ao reforço das qualificações, e de combate ao desemprego jovem.

Assim, relativamente ao primeiro objetivo, o Governo porá em prática, em 2015, o chamado Vale de Inovação e Empreendedorismo, que consiste na atribuição de um apoio financeiro destinado a promover iniciativas de

empreendedorismo e/ou de inovação, para apoio à criação de novos negócios ou para a diversificação de negócios existentes.

Em relação ao segundo objetivo, lançaremos, também em 2015, o Programa SEI, cujo objetivo principal passa por possibilitar aos participantes um experiência de trabalho e formação complementar que lhes facilite a obtenção de emprego.

Por último, como mais uma medida a juntar àquelas já dirigidas ao combate ao desemprego jovem, entendemos ser essencial uma atenção especial à empregabilidade de jovens com baixas qualificações.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Assim, para além de todo o esforço que tem sido dirigido e continuará a ser, ao reforço das qualificações dos jovens açorianos, entendemos não ser possível deixar de atender àqueles que, mesmo com baixas qualificações, devem ter a oportunidade de reforçar as suas competências profissionais e de forma a melhorar as condições da sua empregabilidade.

É esse o objetivo do Programa JOVEM - Jovens e Valorização do Emprego e do Mercado.

Tudo isto será feito, para além do reforço das condições de incentivo ao investimento privado, as quais são garantidas com o novo Sistema de Incentivos Competir+ nas mais diversas áreas de intervenção e de apoio às nossas empresas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

A situação que vivemos é desafiante e penalizadora para as famílias e para as empresas dos Açores.

Alguns perguntam, ingenuamente, por que razão os Açores não ficaram isolados da conjuntura nacional e internacional? Por que razão também estamos a sofrer os efeitos dessa conjuntura?

A questão, porém, não é essa. A questão não é porque os Açores foram, à semelhança de muitos países e regiões da Europa e do Mundo, apanhados pela crise nacional e internacional.

A questão fundamental é saber onde estaríamos nós,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se o Sócrates tivesse ganho em 2011!...

O Orador: ... onde estaria a nossa Região do ponto de vista económico e social, se o Governo dos Açores não tivesse tomado, atempadamente, as medidas que permitiram a milhares de empresas, trabalhadores e famílias lançar mão dos apoios colocados à sua disposição neste período de tormenta.

Se é certo que cabe ao Governo criar os mecanismos para que a retoma económica se concretize o mais rapidamente possível, também é verdade que terá de ser a economia a criar emprego sustentável e riqueza para a nossa Região.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Desde logo, ao nível de Turismo, o ano 2015 deverá ficar marcado pela entrada em funcionamento do novo modelo de transporte aéreo entre os

Açores e o Continente na sequência do acordo alcançado entre o Governo dos Açores e o Governo da República.

Na certeza de que este processo abre um conjunto de novas oportunidades positivas para o setor turístico, não é menos verdade que eleva a fasquia da resposta que este setor económico terá de dar à nova realidade que em breve se concretizará.

É necessário que todas as áreas deste setor se empenhem, ainda mais, na inovação e no reforço da qualidade dos serviços, condição fundamental para consolidar um destino que é ainda recente e que vai receber o segundo grande impulso de desenvolvimento, depois do verificado na segunda metade da década de 90,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... com a criação, quase de raiz, de um novo parque hoteleiro regional.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Não tenhamos dúvidas de que estamos a falar de um dos mais competitivos setores do mundo, em que cada potencial turista é ferozmente disputado por muitas outras regiões do mundo inteiro, muitas das quais com um nível de notoriedade muito mais consolidado ao longo do tempo.

Mas temos bons argumentos para estarmos nessa luta, para sermos competitivos nesse setor.

Ainda no corrente ano, e para citar apenas um exemplo, os Açores alcançaram o primeiro lugar a nível mundial no âmbito do programa internacional Quality Coast, tendo alcançado o galardão mais alto alguma vez criado no âmbito desse instrumento e que é, precisamente, o Quality Coast de Platina.

Os produtos turísticos têm vindo a ser trabalhados no sentido de cada vez mais estarem devidamente estruturados, organizados e correspondendo àquela que é a matriz dos Açores como destino turístico.

Mas necessitamos também de uma aposta muito séria e decisiva no reforço das condições internas de sucesso para esse sector.

É também por isso que receber bem é fundamental, porque, em boa verdade, aqueles que nos visitam são os nossos maiores promotores.

Neste sentido, vamos desenvolver um Programa “Receber Quem nos Visita” dirigido a toda a população, ao mesmo tempo que, a partir do próximo ano letivo, serão introduzidos conteúdos, ao nível da Cidadania, sobre esta temática nas nossas escolas do 1.º Ciclo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: No que respeita ao nosso setor primário, Agricultura e Pescas, o Governo pretende não apenas continuar a fortificar as áreas tradicionais como a agropecuária, como a produção de leite que tem um desafio grande com a extinção do regime de quotas, mas também incentivar a recuperação e dinamização de áreas que têm ainda potencial a dar para a nossa Região.

A conclusão da rede regional de abate, avançando em 2015 a construção dos Matadouros da Graciosa e do Faial, e que representa, essa rede, um investimento total superior a 60 milhões de euros, permite concretizar uma

importante aspiração dos produtores açorianos, já que valoriza o setor da carne, aproveitando, em particular, os benefícios do nosso modo de produção extensiva.

Mas estes investimentos não se limitam, apenas e só, à construção de infraestruturas modernas e eficientes, já que se integram numa estratégia integrada, que passa por um conjunto de medidas como, por exemplo, a recente revisão do POSEI, a certificação da Carne dos Açores, a intensificação da promoção dos produtos açorianos, o programa de incentivo aos bovinos cruzados de carne, entre muitas outras.

Para além dos setores mais relevantes da Agricultura, temos, também, de reforçar o empenho em áreas que ainda apresentam um grande potencial de crescimento, com mais-valias ambientais, com possibilidade de absorção de mão de obra e que, simultaneamente, contribuam para a redução das importações.

É, no fundo, aproveitar o nosso “saber fazer” tradicional, que passou de geração em geração, e que, como os apoios certos, pode voltar a ser uma mais-valia económica e social para as nossas ilhas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Assim, e com base na experiência colhida na Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, o Governo vai disponibilizar um sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras.

Este novo sistema de incentivos, que prevê apoios que variam entre os 2.350 euros e os 1.500 euros por hectare,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... assenta no pressuposto que as atividades agrícolas tradicionais, como são os casos da viticultura e da fruticultura, são inestimáveis ativos ambientais, designadamente no que respeita à manutenção da paisagem e à preservação de recursos naturais e da biodiversidade.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: No que respeita ao sector das Pescas, para além da aposta na formação dos pescadores que também vai ser prosseguida pela Escola do Mar a instalar aqui na ilha do Faial,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Vai ser em 2015!

O Orador: ... a finalização da construção do entreposto frigorífico de Ponta Delgada, a construção das novas lotas da Madalena e de Vila do Porto e a montagem dos novos silos de fornecimento de gelo em escama nos portos da Horta, Madalena, Praia da Vitória e São Mateus, constituem contributos fundamentais para atingirmos o objetivo da valorização dessa fileira e de criação de condições para o aumento do rendimento dos pescadores.

Em conjunto, estas novas estruturas portuárias de apoio às pescas beneficiarão diretamente mais de 95% do pescado descarregado nos Açores.

O Mar! O Mar assume-se também como um desígnio a que queremos e vamos dar resposta para colocar ao serviço dos Açores e dos açorianos as riquezas e o potencial que o mesmo encerra.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Se é certo que, como se demonstra, o Governo tem uma atenção determinada e ambiciosa às áreas da economia e do emprego, também queremos aqui reafirmar o nosso compromisso e a determinação em mantermos as nossas políticas de apoio às famílias açorianas e,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... sobretudo, àqueles que se encontram numa situação de maior fragilidade, como os nossos idosos, as crianças e os jovens.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Este Governo quer cuidar, preservar e engrandecer o património de políticas sociais dos Governos do Partido Socialista, não apenas porque dele nos orgulhamos, mas, sobretudo, porque face a um Governo da República que não conhece limites nem fronteiras na sua sanha de cortar apoios sociais, é o Governo dos Açores que se afirma como um referencial de medidas de apoio às famílias, de apoio aos idosos e de apoio aos que mais necessitam.

Deputados Miguel Costa e André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É o caso do Complemento Regional de Pensão – o cheque pequenino –, do Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens, do Apoio à Aquisição de Medicamentos para Idosos.

Neste âmbito, gostaria de anunciar que, em cumprimento de um compromisso eleitoral assumido, o Governo vai reforçar o desconto de que usufruem as famílias com dois ou mais filhos em creches ou jardins de infância.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ainda na área da Solidariedade Social, o Governo vai pôr em funcionamento, em 2015, respostas para as crianças e jovens com deficiência, com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... apoiando, também por esta via, estas famílias nos tempos livres e nas férias escolares.

Colmatamos, assim, uma lacuna que atualmente existe na Rede de Respostas Sociais dos Açores, uma vez que os ATL destinam-se a crianças até aos 12 anos, e os CAO só têm resposta para crianças a partir dos 16 anos.

É mais um passo, é mais uma medida, é mais um exemplo de criar as condições para que não fique ninguém para trás.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Também na área da Saúde, pretendemos reforçar, ainda mais, a proximidade e a acessibilidade dos açorianos ao Serviço Regional de Saúde.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sim, sim! Nessa área, austeridade!

O Orador: Assim, em 2015, avançaremos com a criação dos Núcleos de Saúde da Família, que serão constituídos por um médico, um enfermeiro e um administrativo de família, que terão à sua responsabilidade entre 1.500 a 1.900 açorianos que, de uma forma personalizada, terão todo o apoio na interação com o Serviço Regional de Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para além dos atos de rotina, exames de diagnóstico, vacinas e acompanhamento de doentes crónicos, estes Núcleos de Saúde da Família tratarão da marcação de consultas abertas, no respetivo Centro de Saúde ou nos serviços convencionados, enquanto não existirem todos os médicos de famílias necessários.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Tudo isto, e muito mais, será feito e concretizado nunca prescindindo daquele que é um dos principais ativos da nossa Autonomia e que é precisamente o reconhecido equilíbrio da gestão das nossas finanças públicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A dívida!

O Orador: Temos novamente, como sempre foi pretensão dos Açores, a possibilidade de aumentar o diferencial dos nossos impostos relativamente à República.

A competência relativa a essa possibilidade pode e deve ser exercida por este Parlamento, assim que estiver promulgada a lei que nos confere essa possibilidade, ou seja, assim que estiver em vigor o Orçamento de Estado para 2015.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores não votaram contra o Orçamento de Estado?

O Orador: O Governo dos Açores tem desenvolvido trabalho à volta de uma proposta que apresentará para a redução dos impostos nos Açores, mas entende ser sua obrigação democrática tentar construir um consenso o mais alargado possível à volta dessa matéria.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Assim, nos próximos dias, convidarei os partidos políticos representados nesta câmara para encontros onde possam ser explicitadas as opções de cada um a este propósito, quer quanto à efetiva percentagem de aumento do diferencial dos nossos impostos, quer quanto à correspondente, responsável e necessária indicação sobre onde pretendem reduzir as verbas do lado da despesa para garantir o equilíbrio face à redução da receita.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Garcia (PSD): Na Casa da Autonomia!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Comecem pela Casa da Autonomia!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

A dimensão das tarefas que os Açores têm à sua frente não isenta ninguém da obrigação de contribuir até ao melhor da sua capacidade e da sua competência com soluções para o Futuro.

A história encarregar-se-á de fazer a seleção entre os que disseram presente e os que preferiram manter-se à margem.

Terão sido, porventura, poucas as vezes na história da nossa Autonomia em que esta aliança entre açorianos foi tão necessária e tão urgente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Saibamos nós fazer uso de toda a nossa capacidade de resiliência, de toda a nossa capacidade de resistência, transformando as adversidades em motivação, os obstáculos em vitórias,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal o Governo tinha 40 minutos!

O Orador: ... as dúvidas em propostas, e conseguiremos ganhar o futuro para os Açores.

Este é o melhor legado que podemos deixar às novas gerações de açorianos, honrando, assim, a nossa Autonomia e prestigiando os seus órgãos de governo próprio.

As ambições, para que se realizem, só precisam de quem acredite nelas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o Carlos César!

O Orador: Nós acreditamos na Autonomia!

Nós acreditamos nos Açores!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Terminámos assim o debate na generalidade. Vamos interromper os nossos trabalhos e regressamos às 22 horas.

Eram 19 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares. Vamos começar os nossos trabalhos.

Eram 23 horas e 10 minutos.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Tenho um anúncio a fazer à câmara e sobretudo à Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada, três minutos.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda é um partido pequeno, mas é um partido que tem orgulho na seriedade e na responsabilidade com que toma as suas posições, sejam elas a favor ou contra qualquer iniciativa.

Quero dizer à Sra. Presidente, à câmara, que por respeito pela Representação Parlamentar do PPM, e porque o Bloco de Esquerda como Representação Parlamentar tem pago pela Assembleia Legislativa, que é como quem diz, por todos os açorianos e açorianas, um assessor, tendo recebido isto...

(Neste momento a Sra. Deputada mostra à câmara um volume de fotocópias, contendo as propostas de alteração apresentadas pela Representação Parlamentar do PPM aos diplomas em debate).

... às sete e dez da tarde, não conseguiu com seriedade e responsabilidade ter uma opinião formada sobre estas propostas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda anuncia que se irá abster em todas as propostas do PPM, por respeito pela Representação Parlamentar, por respeito por esta câmara, mas porque a seriedade e a responsabilidade do nosso posicionamento político assim nos obriga.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Fica registada a sua interpelação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM respeita a posição de qualquer partido nesta Assembleia.

Da nossa parte estamos de consciência tranquila. Fizemos o nosso trabalho, fizemos o melhor que sabemos dentro dos prazos regimentais.

A nossa posição é sempre servir o melhor possível os Açores, servir o melhor possível a população e tomar posição sobre os assuntos que são submetidos à votação da Representação Parlamentar.

Estamos de consciência tranquila, fizemos o nosso trabalho, com esforço, com dedicação e aquilo que aqui apresentamos são propostas sérias que significam as nossas opções políticas e que, penso eu, enriquecem o debate político.

É para isso que estamos aqui. É para isso que fomos eleitos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Fica também registada a sua interpelação.

A Mesa apenas quer informar a câmara que naturalmente a liberdade da entrega de propostas cabe a cada um dos partidos e que os serviços fizeram o seu melhor também.

Dada a dimensão de propostas de alteração que este ano recebemos, quer na análise jurídica, quer na análise económica das mesmas, realmente a essa hora foi possível distribuir as propostas por todos.

Foi feito o nosso melhor.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para mais uma interpelação? Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer, Sra. Presidente, que o Bloco de Esquerda não está a pôr em causa os serviços, agora está a pôr em causa, se calhar, o Regimento e se calhar as normas com que nós estamos a trabalhar.

Provavelmente, em vez de entregarmos na quinta-feira até às 17 horas, se há quem tenha 170 propostas, então será melhor entregar na quarta-feira até às 17 horas, porque os serviços não têm culpa, mas os Deputados e as Deputadas também não, os assessores também não e esta câmara também não.

Portanto, vamos ter que mudar alguma coisa no nosso funcionamento. É um recado que deixo, um alerta e um apelo que deixo a toda a câmara e a todos os partidos aqui representados.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Também queria informar, conforme foi distribuído por todos, há uma proposta de alteração apresentada pela Representação Parlamentar do PCP que não foi admitida pela Mesa.

Como também é habitual nestes casos, perante o recurso que foi apresentado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, a Mesa reuniu, e foi decidido por unanimidade concordar com a decisão de não admissibilidade desta proposta de alteração.

Havendo um recurso, e também como tem sido habitual, o Sr. Deputado Aníbal Pires tem até 5 minutos para apresentar o seu recurso, sendo que também os outros partidos, querendo, têm até 5 minutos para dar também a sua opinião sobre esta matéria.

Depois dessas intervenções votaremos o recurso.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que não foi admitida pela Mesa visa alterar legislação regional que está em vigor e que tem a ver com a reposição do diferencial fiscal, ou melhor, a adaptação da legislação regional atualmente em vigor àquilo que foi aprovado em sede de Orçamento de Estado.

Eu não vou contestar o parecer jurídico dos serviços da Assembleia, até porque trata-se mais, para a Representação Parlamentar do PCP, de uma questão política do que propriamente uma questão jurídica.

Como tal, recorreremos para o plenário, que é soberano nesta matéria, poder decidir.

Não pondo em causa a estratégia que o Sr. Presidente do Governo Regional há pouco anunciou na sua intervenção final (não pondo essa estratégia em causa, e aproveito para manifestar disponibilidade do PCP ao desafio que o Sr. Presidente do Governo fez), a admissibilidade e a aprovação desta proposta em nada colocam em causa até a própria estratégia que foi apresentada pelo Presidente do Governo Regional, antes pelo contrário.

Aquilo que o plenário decidir, é uma decisão efetivamente política.

Relativamente às questões do parecer dos serviços jurídicos não me vou sequer pronunciar, porque da mesma forma que se constrói aquele parecer jurídico, da mesma forma pode-se desconstruir.

A decisão que aqui for tomada é uma decisão política e aqui veremos, relativamente a esta votação, qual é o sinal que esta câmara quer dar ao povo açoriano.

Deputado André Bradford (PS): Não, não, Sr. Deputado!

O Orador: Se efetivamente há ou não vontade política de, desde hoje, dar um claro sinal de que a intenção deste Parlamento é reduzir os impostos em virtude da reposição do diferencial fiscal que está contemplado na República.

Deputado André Bradford (PS): Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

O Orador: Aliás, como se pode ler no parecer jurídico que fundamentou a decisão, não se trata aqui de um problema de cabimentação orçamental, porque essa questão não foi colocada em causa. Como tal, na nossa opinião, esta iniciativa deveria ter sido admitida.

O Plenário, aquilo que vier a decidir, é a decisão política que significa querer dar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A câmara não está a filmar!

O Orador: ... o sinal de baixar os impostos adaptando a legislação regional à legislação que foi aprovada agora em sede de Orçamento Geral do Estado.

É isso que significa.

Deputado André Bradford (PS): Não tem nada a ver!

O Orador: Para que fique claro: eu há pouco li numa notícia de imprensa que o Presidente do Governo Regional teria anunciado hoje que ia baixar os impostos para 2015.

Bem! Não foi isso que aqui foi dito há pouco.

Há com certeza uma manifestação de vontade de uma determinada estratégia, mais não foi isso que aqui foi dito há pouco.

A decisão que agora for tomada sobre este recurso, isso sim, dará um sinal inequívoco da posição de cada um dos partidos relativamente à vontade ou não de, tendo sido reposto o diferencial em 30%, podermos ter a mesma situação que tínhamos antes da alteração da Lei das Finanças Regionais.

A proposta que fazemos é a reposição exata daquilo que era a legislação regional antes da alteração da revisão da Lei de Finanças Regionais.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que concordamos em absoluto com a decisão que foi tomada pela Mesa ao não aceitar esta proposta, numa decisão que é claramente jurídica.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é, não!

O Orador: Uma decisão que é claramente jurídica e que nada tem de política.

Aliás, na dimensão política de abordagem a esta questão e no posicionamento do Partido Socialista, a intervenção do Sr. Presidente do Governo e também Presidente do Partido Socialista Açores, foi perfeitamente clara. Refiro-me à intervenção que o Sr. Presidente fez nas intervenções finais do debate na generalidade deste Plano e Orçamento.

Portanto, esta decisão do ponto de vista jurídico parece-nos perfeitamente adequada.

O parecer que foi entregue a todos os líderes parlamentares, assinado pela assessoria jurídica do Parlamento, parece-nos perfeitamente claro quanto à fundamentação desta matéria.

Julgo, Sra. Presidente, se me permite (não estou a fazer uma interpelação, estou sim a fazer uma intervenção mas faço um pedido), para que seja possível clarificar perante todos os colegas, e clarificar também perante a comunicação social e perante quem nos ouve, que seria pertinente que V.^a Ex.^a pudesse ler o parecer jurídico, que é curto mas claro, relativamente a esta matéria, para que todos possam ficar inteirados daquilo que consubstancia esta decisão.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Irei apenas ler a parte que interessa.

O parecer inicia dizendo que a proposta agora apresentada pelo PCP “viola o artigo 116.º do Regimento – Limites materiais, porquanto viola a Lei das Finanças Regionais em vigor neste momento, a Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro.”

Depois cita o artigo 59.º da legislação que está em vigor.

Termina dizendo “ora, a adaptação fiscal permitida pelas Regiões tem como limite os 20%, pelo que os 25% e 30% referidos na proposta do PCP quanto ao IRS e IRC são ilegais e assim inadmissíveis.

Quanto aos 20% são redundantes por referência ao atual DLR de adaptação fiscal à Região Autónoma dos Açores que já determina esses mesmos 20%.

Assim entendemos que esta proposta do PCP não deverá ser admitida.”

Deputado Aníbal Pires (PCP): É uma questão política!

Presidente: Foi isso que eu fiz não admitindo com base neste parecer.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Percebo a estratégia do PCP de querer colocar esta questão num plano político, mas não é essa de facto a argumentação nem a discussão.

Eu apoio aquela que é a interpretação da Mesa e também a interpretação da informação jurídica que acabou de ser lida por V.^a Ex.^a.

Por isso, o nosso sentido de voto tem a ver com a questão jurídica em si e não com a questão política.

Em relação à questão política o PPM há muito tempo já teve oportunidade de transmitir aquela que é a sua opinião e a sua perceção em relação a este assunto. Eu percebo que o PCP tenha aqui uma estratégia de tentar adiantar-se, correr para o protagonismo, mas é evidente que da nossa parte o que é necessário é que este processo seja conduzido com seriedade.

Portanto, quero aqui refutar que não existe, em relação àquele que será o nosso posicionamento e o nosso sentido de voto, qualquer questão política. Trata-se exclusivamente de uma questão jurídica.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que é necessário esclarecer bem um ponto fundamental deste debate, desta análise que estamos aqui a fazer.

Nós não estamos nem a debater, nem a votar a proposta legislativa da Representação Parlamentar do PCP...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos a votar o recurso!

A Oradora: ... que foi indeferida pela Mesa da Assembleia Legislativa na sua admissibilidade.

Portanto, se não foi admitida, nós não estamos a pronunciar-nos nem sobre a justeza, nem sobre a oportunidade da proposta da Representação Parlamentar do PCP.

Aquilo sobre o qual estamos a pronunciar-nos é sobre o indeferimento da admissibilidade da proposta de aditamento do artigo 30.º-A à proposta DLR 42/10/2014.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

A Oradora: Sendo assim, qualquer extrapolação que se faça da posição de qualquer partido dentro desta câmara...

Deputado André Bradford (PS): É abusiva!

A Oradora: ... sobre a proposta concreta do PCP é abusiva e é oportunismo político.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao indeferimento feito pela Mesa com a justificação jurídica que não pode valer para umas vezes e para as outras vezes ser posta em causa, o Bloco de Esquerda aceita-a como boa. Portanto, aceita o indeferimento. Quando à posição relativa de todos os partidos, inclusive do Bloco de Esquerda, quanto à reposição do diferencial fiscal nesta Região, todos os partidos já se pronunciaram pública e notoriamente dentro desta Casa e fora desta Casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Portanto, ninguém tem mais a acrescentar coisa nenhuma sobre esta matéria.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Concordamos na íntegra com a decisão tomada pela Mesa porque o que aqui é apresentado é claramente oportunismo político...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... numa hora, que não é uma hora aceitável,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... muito menos numa altura em que estamos preocupados em fazer uma votação em consciência de todas as propostas que aqui são apresentadas.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Sendo assim, Sra. Presidente, mesmo que não houvesse ilegalidade nessa proposta, o nosso bom senso dizia que era para rejeitar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Julgo não haver mais inscrições.

Está assim à votação o recurso apresentado pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o recurso façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O recurso apresentado foi rejeitado com 31 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu quero rejeitar liminarmente algumas afirmações que foram feitas aqui para justificar determinadas posições.

Isto não é oportunismo político,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Declaração de voto!

O Orador: ... isto não tem a ver com horas aceitáveis, porque tratar da vida do povo açoriano qualquer hora é aceitável para isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Passou do oportunismo ao demagogismo!

O Orador: Há aqui uma questão que é fundamental que se diga. Para refutar a questão do oportunismo político, esta iniciativa foi anunciada há mais de quinze dias e na passada terça-feira foi de novo anunciada...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora já está a sonhar!

O Orador: ... a nossa intenção de até à hora regimental apresentar esta iniciativa.

Portanto, não há aqui nenhum oportunismo e muito menos essa adjetivação de horas aceitáveis para estarmos a discutir o que quer que seja, principalmente

quando se trata de uma questão tão importante como esta, que é adaptar legislação regional àquilo que se configurou a nível nacional, que é a reposição do diferencial fiscal.

Mas se eu relativamente ao Partido Socialista e relativamente ao PSD não tinha dúvidas que a votação seria esta, estranho que outros partidos tenham seguido esta indicação. Aliás, relativamente ao PSD claramente fica definida qual é a vossa posição. A posição que defendem relativamente aos Açores é perfeitamente contraditória.

Não querem resolver o problema ou querem resolver o problema? Não querem resolver o problema! Porque se quisessem tinham dado apoio a esta iniciativa do PCP.

Ficam ao lado do Partido Socialista de que tanto V.^{as} Ex.^{as} acusam de não querer repor o diferencial fiscal.

Portanto, nesta batalha o PSD continua a perder e o Partido Socialista era bom que clarificasse esta posição de uma vez por todas...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, as câmaras estão desligadas!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não era melhor passarmos à votação do Plano?

O Orador: ... porque a aprovação desta iniciativa não punha em causa o diálogo a que o Sr. Presidente do Governo nos chamou.

Portanto, não há nem oportunismo, nem há horas mais ou menos aceitáveis.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): As câmaras já estão desligadas, Sr. Deputado! Já não vale a pena!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para lembrar o seguinte:

Penso não estar enganada quando há pouco o Sr. Presidente do Governo Regional disse nesta câmara que iria auscultar cada partido no sentido de cada um dar a sua opinião sobre a reposição ou não do diferencial fiscal, a sua importância ou a sua percentagem e, até o maior desafio, qual é a contrapartida em termos orçamentais para essa reposição.

Eu penso que tendo sido feito esta declaração, todos os partidos ficam à espera de na realidade serem auscultados na certeza (nesta câmara penso que já ninguém tem dúvidas) de que o diferencial vai ser repostado nesta Região.

Em que percentagem e onde é que se vai buscar o dinheiro é uma matéria que todos nós teremos ocasião de debater, em primeiro lugar, de trocar impressões e trocar ideias com o Presidente do Governo Regional e depois esta Casa decidirá sobre essa matéria.

Portanto, tendo havido esta afirmação dentro desta câmara, parece-me que correr à frente dela não é a melhor maneira de, nem respeitar os açorianos e açorianas, nem sequer lhes dar resposta concreta e célere às suas necessidades, concretamente à necessidade de que os impostos desçam nesta Região.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não há mais inscrições. Vamos então começar com as nossas votações.

Vou só lembrar os tempos para o debate na especialidade.

O Governo Regional e o PS dispõem de 40 minutos;

O PSD de 30 minutos;

O CDS-PP de 15 minutos;

E as Representações Parlamentares, Bloco de Esquerda, PCP e PPM, de 10 minutos.

Começamos então pela votação na generalidade da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 41/X – “Plano Anual Regional para 2015”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos então passar à votação na especialidade.

Relembro que, como é habitual, votaremos as propostas de alteração em relação às respetivas ações e depois Programa a Programa.

Está aberto o debate e votação na especialidade. Vamos começar a votação.

Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sr. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.1.5, por contrapartida da 4.1.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PSD quer informar a câmara que relativamente às propostas do PPM existem algumas que concordamos com o objetivo, mas não concordamos com a contrapartida, designadamente naquelas que dizem respeito à retirada de verbas à Biblioteca de Angra do Heroísmo. Por isso vamos abster-nos relativamente a esta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições. Vamos então continuar a votação.

Está à votação a proposta de alteração do PPM à ação 1.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do CDS que reduz a ação 1.1.9 por contrapartida da ação 10.9.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de alteração do PPM a esta mesma ação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS à ação 1.1.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada, a proposta apresentada pelo PPM a esta mesma ação fica assim prejudicada.

Avançamos para ação 1.1.11.

A primeira proposta de alteração a ser votada é apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Sendo assim fica também prejudicada a proposta de alteração ao PPM a esta mesma ação.

Avançamos agora para a ação 1.1.15 com a proposta de alteração apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta apresentada pelo PCP para criação de uma ação 1.1.17.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação também uma proposta de alteração do PPM à ação 1.2.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.2.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.3.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.3.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 1.3.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.4.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM à ação 1.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.6.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.7.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 1.7.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 1.7.3.

O Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Existe um histórico positivo de cooperação técnica entre o Governo Regional e as freguesias, mas há necessidade de ampliar esse reforço quer em termos financeiros, quer em termos do seu alargamento a outras áreas de intervenção.

Aliás, o PCP tem a tramitar exatamente um projeto de resolução que recomenda isso mesmo ao Governo e que reflete, para quem assistiu e quem teve oportunidade de ler as conclusões do II Encontro de Freguesias dos Açores, as preocupações dos Presidentes de Junta de Freguesia e Presidentes de Assembleias de Freguesia.

Nesse sentido, julgo que não há nenhum motivo que leve esta câmara a chumbar esta iniciativa do PCP.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Sendo assim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Tendo sido rejeitada, coloco agora à votação uma proposta de alteração do PPM, também para ação 1.7.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: A próxima proposta de alteração é do PPM e é para a ação 1.8.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM à ação 1.9.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora para ação 1.9.2 com uma proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos para a última proposta de alteração para o Programa 1. É do PPM e é para ação 1.9.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos então agora votar o Programa 1, com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 1 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto a contra do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos então para o Programa 2.

A primeira proposta de alteração é do PCP e é a ação 2.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 2.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PPM para a ação 2.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Proposta de alteração do PPM para a ação 2.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passo agora à proposta de alteração pelo PPM à ação 2.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho pediu a palavra? Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Pedia, por favor, para repetir a votação da proposta de alteração proposta pelo PS à 2.2.1, que creio ter-me passado despercebida. Não sei se já foi a votação da 2.2.1, ou seja, a proposta de aditamento à 2.2.1.

Como estava agora à falar da 2.2.2...

Presidente: Mas eu não tenho nenhuma proposta de alteração à 2.2.1.

A Oradora: Trata-se da criação de uma nova ação, a 2.2.14, digamos assim...

Presidente: Sim, sim.

A Oradora: ... por alteração à 2.2.1.

Presidente: Ainda não chegámos aí, Sra. Deputada.

A Oradora: Peço desculpa. Obrigada.

Presidente: Passamos então agora para a proposta de alteração 2.2.8, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passo agora à ação 2.2.10, uma proposta de alteração apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 2.2.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sendo assim fica prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PPM a esta mesma ação.

Avançamos para ação 2.2.12, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos para a proposta de alteração do PPM à ação 2.2.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta do PPM para criação de uma ação 2.2.14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de criação apresentada pelo PS de uma ação 2.2.14.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa desde já pelo lapso de há pouco, mas padeço ainda de alguma inexperiência na matéria das votações deste dia.

Quanto a esta alteração proposta pelo Partido Socialista, o que tenho a dizer-vos é que numa sociedade felizmente cada vez mais sensível às questões ligadas ao bem-estar animal, o PS tem vindo a acompanhar com grande preocupação, com grande atenção, este tema e achou importante afetar uma verba específica aos animais de companhia, aos animais errantes, quer por motivos de saúde pública, quer pelo apoio direto ou indireto por vias várias que poderá conferir às centenas de pessoas que diariamente se envolvem nesta luta e mesmo aos detentores carenciados que têm, como qualquer um nós nesta sala, o direito de ter animais tratados em condições mínimas de dignidade.

O PS acredita nesta causa que é intrinsecamente humanitária e está ativamente implicado nela.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Sendo assim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputado André Bradford (PS): Inacreditável!

Deputado Berto Messias (PS): São insensíveis com os animais!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Depois vais explicar aos agricultores

Presidente: Estamos a votar, Srs. Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP,...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e os Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, estamos a votar. A Sra. Secretária quer ler o resultado da votação. Agradeço algum silêncio na sala.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos para ação 2.3.2 e com a proposta de alteração apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Continuamos com o PPM e com a sua proposta de alteração à ação 2.3.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos para ação 2.3.4 e para a proposta de alteração apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora para uma proposta do PSD, criação da ação 2.3.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação uma proposta apresentada pelo PCP de criação de uma ação 2.3.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 2.4.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 2.4.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora para uma proposta do CDS que cria a ação 2.4.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação do Programa 2 com as alterações que lhe acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 2 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos para o Programa 3. Começamos com o PPM: proposta de alteração à ação 3.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à ação 3.1.2, proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos para ação 3.1.3, proposta de alteração apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos à proposta de alteração do PPM para a ação 3.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos à proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 3.2.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 3.2.14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta do PCP para criação de uma ação 3.2.16.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação também de uma ação 3.2.16, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta para criação de uma ação 3.2.17, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PPM à ação 3.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PPM para ação 3.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Preciso de um esclarecimento, porque de repente a bancada do CDS-PP inchou.

(Risos da câmara)

É preciso esclarecer este facto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 10 minutos. Regressamos à meia-noite e meia.

Eram 00 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 00 horas e 36 minutos.

Vamos continuar.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 3.3.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PPM para ação 3.3.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PPM à ação 3.3.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PSD à ação 3.3.7.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Acho que é consensual que a formação e a qualificação dos recursos humanos em qualquer setor é essencial. Profissionais qualificados respondem melhor aos desafios do futuro.

Se há setor onde essa formação é uma necessidade e uma evidência é no setor das pescas.

A formação geral dos recursos humanos neste setor é ainda baixa e esse facto constitui um problema e um *handicap* ao desenvolvimento sustentável do setor, um setor essencial à nossa economia.

No nosso entendimento, no entendimento do PSD-Açores, é preciso assumir de forma clara como prioridade a formação neste setor, essencial para promover a

qualificação e a especialização, mas neste caso também para contribuir para a dignificação destes profissionais.

O Governo Regional tem vindo a diminuir as verbas para a formação neste setor.

Em 2009 essas verbas rondavam os 400 mil euros. Para este ano essas verbas inscritas no Plano que está em execução rondam os 69 mil e 100 euros.

Este ano há um ligeiro acréscimo para os 100 mil euros.

Achamos que essa verba é absolutamente insuficiente e propomos um reforço de forma a tornar esta rubrica e esta formação, de facto, uma clara prioridade.

Propomos um reforço de 500 mil euros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta ação tem uma proposta de PCP que entrou em primeiro lugar, julgo eu, Sra. Presidente.

Presidente: A proposta do PCP está em segundo lugar.

A informação que tenho é que entrou em segundo lugar.

Está então à votação a proposta de alteração do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Agora, sim, está à votação a proposta de alteração para esta mesma ação, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Ainda para esta ação temos uma proposta de alteração do PPM que coloco agora à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à ação 3.4.1 e com a proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 3.4.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: E por fim a proposta de alteração do PPM à ação 3.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação do Programa 3 com as alterações que foram aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 3 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos para o Programa 4 e com a proposta de alteração do PPM à ação 4.1.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM à ação 4.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM à ação 4.1.9. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM à ação 4.2.1. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 4.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDD-PP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM à ação 4.2.3. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PCP à ação 4.2.4. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PPM para esta ação.

Avançamos para ação 4.2.5 e para uma proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: A próxima proposta é de criação de uma ação 4.2.7, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o Programa 4 com as alterações que lhe acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 4 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Avançamos para o Programa 5, proposta de alteração do PPM à ação 5.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Temos agora a criação de uma ação 5.1.19, apresentada por três partidos.

A primeira a ser votada é a do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: A próxima a ser votada é a do PPM.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vou tentar ser breve. Sei que a hora está adiantada.

Como sabem, eu empenho-me sempre em questões que considero que são de justiça.

Nestas questões eu vou sempre até ao fim, como foi o caso do Museu do Corvo. Durante décadas pudemos assistir à construção de uma rede museológica a nível regional que em muito favorece a proteção do património da Região, mas o Corvo estava excluído.

Por isso decidi naquela questão, depois de durante anos ter defendido aquela medida da construção de um Museu no Corvo, realizar um gesto no sentido de possibilitar a aprovação dessa medida que eu considero que é da maior justiça para a defesa do património histórico da Ilha do Corvo.

Esta questão, a questão da ampliação da escola do Corvo, é uma questão de justiça.

Eu sei, eu reconheço o esforço que a Região Autónoma dos Açores e que o Governo Regional dos Açores está a fazer no que diz respeito à disponibilização dos meios humanos, nomeadamente dos docentes, para que possa ser lecionado no Corvo também o ensino secundário e o ensino básico.

A esse nível tem sido reconhecido pelos parceiros internacionais da escola o empenho do Governo Regional nesta matéria.

Mas isso não invalida que neste momento não exista uma realidade objetiva. E a realidade objetiva é esta: neste momento a escola está a praticar um horário contínuo, o que significa que os alunos das diferentes turmas estão a almoçar em horários diferentes. Mesmo assim, a escola está sempre lotada.

Há uma enorme falta de espaço na escola para o número de turmas.

Eu bem sei que são poucos alunos. São 3 ou 4 alunos. A maior turma tem 8 alunos. Mas as salas também são de pequena dimensão e a verdade é que se trata de matérias diferentes, de disciplinas diferentes e é necessário dar uma resposta diferenciada àquele conjunto de questões.

Neste momento, por exemplo, os alunos já não podem frequentar a biblioteca, porque a biblioteca está a ser utilizada permanentemente como sala de aula e não deve ser assim. A biblioteca deve ser um espaço de consulta dos livros, de trabalhos de turma, de trabalhos de pesquisa e isso não é possível.

Também, por outro lado, os professores utilizavam a biblioteca na medida em que não tinham nenhum espaço para realizar o seu trabalho docente, a sua planificação. A verdade é que neste momento não têm nenhum espaço, porque a biblioteca também já está a ser utilizada em exclusivo para dar aulas.

Os professores não têm um espaço para poderem desenvolver o seu trabalho na escola. Está previsto um trabalho dos docentes, está previsto que o possam fazer.

É uma questão de justiça.

No próximo ano vamos ter, provavelmente, mais duas turmas do ensino secundário. Atualmente temos três. Vamos passar a ter cinco.

No outro ano a seguir provavelmente vamos ter seis turmas.

O que vos digo é que se trata de uma realidade muito específica, mas é necessário que sejam criados os espaços adequados para que aqueles alunos e a lecionação do ensino secundário na Ilha do Corvo, e dos restantes níveis, seja ministrado com total dignidade...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oferece o imóvel ou não oferece?

O Orador: ... tal como sucede nas outras escolas da Região.

Eu empenhei-me nesta matéria e podem ter a certeza absoluta que o meu empenho é total.

Estou disponível para realizar os sacrifícios que tenha que realizar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mais um imóvel!

O Orador: É uma matéria de justiça, é uma matéria de igualdade de oportunidades.

Eu, nestas matérias, não desisto nunca em nenhuma circunstância.

Por isso é que apresento a este Parlamento uma solução de futuro que resolva o problema de falta de espaço da escola e que permita aos corvinos, assim como aos restantes açorianos, que lhe possam ser ministradas as aulas desde o ensino básico ao ensino secundário, com total dignidade e em condições ótimas.

Eu acho que esta reivindicação, esta aspiração, é a aspiração de todos aqueles que se sentam neste hemiciclo e que têm, como eu tenho, um espírito humanista e uma preocupação sincera com estas questões.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma declaração de voto, mas não pode ser.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passamos então agora à criação da ação 5.1.19, mas desta feita apresentada pelo PS.

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, é verdade! A Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira necessita, com alguma urgência, de uma pintura e conservação do edifício.

A degradação da pintura é bem visível. A última intervenção ao nível da pintura foi feita há vários anos.

De facto, existe falta de algumas salas, daí existir a necessidade de um reordenamento dos espaços a fim de colmatar a falta de salas de aula que esta infraestrutura apresenta, mas não necessariamente de uma ampliação.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu percebo a boa vontade do Sr. Deputado do Partido Socialista nesta matéria e valorizo a iniciativa do Sr. Deputado do Partido Socialista.

Mas quero dizer-lhe que conheço, porque fui Presidente do Conselho Executivo durante oito anos, as instalações. Conheço as necessidades.

Fiz-me acompanhar de especialistas para que pudessem verificar as várias situações possíveis.

Eu nunca apresento aqui despesas que possam ser excessivas ou um luxo. Não se trata disso. Trata-se de uma questão em que não é possível reorganizar o espaço, porque não existe espaço.

Já expliquei aqui que não existe para os professores poderem realizar os seus trabalhos, não existe espaço para que a Biblioteca esteja inteiramente disponível para a consulta por parte dos alunos, não existe espaço para que as aulas das diferentes disciplinas sejam ministradas em espaços diferentes.

Esta questão é uma questão de humanidade, de humanismo.

Eu não posso tolerar que esta questão não seja resolvida.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Quantos alunos por turma?

O Orador: Vou votar favoravelmente esta iniciativa porque é um contributo. Acho que o Sr. Deputado (justiça lhe seja feita) também tem feito aqui a defesa dos interesses do Corvo, dentro da autonomia que o Sr. Deputado tem.

Portanto, isto não é guerrilha partidária. Não há aqui nenhuma guerrilha política, mas o que vos devo dizer é que o problema não fica resolvido.

Quero aqui garantir a esta câmara, com todas as garantias que o Governo venha a pedir, que eu vou cumprir a minha palavra em relação àquilo que disse e que o vou fazer até ao final de setembro do ano 2015. Eu vou cumprir a minha palavra, se o Governo Regional não realizar as obras que tem que realizar, para que o ensino secundário e os restantes níveis sejam ministrados com a dignidade que os alunos do Corvo merecem. Eu vou cumprir a minha palavra!

Como o fiz no museu, também o vou fazer aqui. Até setembro espero por uma solução, uma solução adequada e digna para os alunos do Corvo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 5.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos então à proposta do CDS para a criação de uma ação 5.2.2.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PCP irá votar contra esta proposta do CDS porque tem dentro do mesmo programa uma iniciativa que visa a entrega de manuais escolares a todos os alunos do ensino obrigatório e daí o facto da incoerência. E porque temos uma visão diferente sobre esta matéria, votamos aqui contra a iniciativa do CDS.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à ação 5.3.1.

A primeira proposta de alteração a ser votada será a do PSD.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD já aqui ontem alertou para a situação económica difícil e o empobrecimento das famílias açorianas, para a elevada taxa de alunos beneficiários da ação social escolar e para a necessidade de reforçar a verba às escolas nesse sentido, da ação social escolar, para que todas as escolas possam fazer face aos custos com estes apoios, sabendo-se que as escolas vivem uma situação difícil para cumprir com os apoios que têm que dar aos alunos.

Se isso não fosse o suficiente o Diário Insular de hoje reforçava aquilo que tínhamos dito ontem, porque no seu editorial pode ler-se: “A fome vai à escola”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Mais adiante, num outro artigo diz: “Pobreza aumenta na Secundária de Angra”.

Penso que isto são razões mais do que suficientes para repensar os cortes que foram feitos na ação social escolar e rever as prioridades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Vamos repensar porque vem num editorial!

A Oradora: Por isso é que o PSD propõe um reforço de 907 mil euros na ação apoio social escolar por contrapartida na redução de idêntico valor à Casa da Autonomia...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... para que as crianças e jovens açorianos também possam viver em condições de bem-estar e dignidade.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Julgava que ontem também tínhamos sido claros sobre esta matéria da ação social escolar.

Nós fazemos diferente e fazemos melhor!

Nunca faltou, nem faltará, às nossas crianças, aos nossos alunos, qualquer problema...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não leu o Diário Insular!

A Oradora: ... nem em termos de auxílios alimentares, nem em termos de material escolar a qualquer uma das escolas.

Acontece que, como vimos ontem, há escolas que comprometem as verbas em determinadas rubricas quando deviam reparti-las, mas a verdade é que ao longo dos últimos anos não tem ficado.

Prova disso é que já nesta Casa, e numa iniciativa do Bloco de Esquerda, se assegurou que no período de férias as crianças, desde que os pais queiram e que as mesmas estejam sinalizadas, têm assegurada uma refeição diária posta em suas casas.

Portanto, estamos atentos. O PS sempre esteve atento a essa questão.

A ação social escolar é muito mais generosa na Região do que no continente. Já tínhamos visto isso ontem e já ficou demonstrado os números...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... desde a base de cálculo aos alunos abrangidos e quantos menos alunos seriam se as regras do continente fossem as mesmas. Seriam menos 5 mil alunos apoiados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Deputada, a senhora está nos Açores!

A Oradora: Se este número seria mais satisfatório para o PSD enquanto menos alunos abrangidos, a nós não nos satisfaz.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A senhora está satisfeita com os números!

A Oradora: A nós o que interessa é, se houver um aluno necessitado, vai ter o apoio que for devido por parte da Região.

Obrigada.

Deputada Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós vivemos nos Açores, onde a responsabilidade em matéria de educação é do Governo dos Açores do Partido Socialista.

Quero aqui, em nome do PSD, dar o meu testemunho pessoal relativamente à situação de insuficiência económica de uma escola para apoiar os seus alunos.

Tive oportunidade de constatar, com um grupo de Deputados desta Casa do PSD, que na Escola dos Ginetes, 92% dos estudantes necessitam de apoio social escolar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois é!

O Orador: Que as verbas atribuídas pelo Governo em 2013, tinham sido de 286 mil euros, quando a escola necessitou de 354 mil euros para dar apoio social aos seus estudantes.

Transitam de ano para ano, porque acha que esta, em termos de gestão é a forma mais correta de apoiar os seus estudantes, dívidas que fazem transporte a esses estudantes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois é!

O Orador: Portanto, não é verdade o sonho cor-de-rosa que a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado pretende aqui pintar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O sonho nunca poderia ser cor-de-rosa porque não é com alegria que temos estes apoios. É sim com a consciência e a solidariedade social que nos assiste.

Deputados Berto Messias e André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Aqui não há sonhos cor-de-rosa.

Uma unidade orgânica não faz o sistema educativo regional. Não faz 40 unidades orgânicas.

A questão é a gestão.

Esta escola, esta unidade orgânica, preferiu comprometer as verbas que recebeu para alocá-las aos transportes até janeiro de 2015, quando podia muito bem ter repartido pelo material escolar a ceder aos alunos.

Se os Srs. Deputados têm este exemplo, outros exemplos há de outras escolas que não têm estes problemas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 92% dos alunos!

A Oradora: Não é com qualquer satisfação!

Quanto à comparação com a República, o que aqui se assiste todas as vezes que de resultados se fala, é de comparação com a República.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Seguramente que uma escola não faz o sistema educativo regional, mas talvez duas já comece a fazer mais qualquer coisa.

Dia 12 de novembro de 2014, 10:30H.

Escola Básica Integrada de Capelas.

Foi comunicado a um grupo Deputados do PSD que a visitou de que essa escola dispunha de 3 mil euros para fazer face a transportes escolares e os encargos nessa mesma rubrica até ao final do ano eram de 70 mil.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Diário Insular de hoje dá mais um exemplo!

Deputado André Bradford (PS): Eu conheço o Diário Insular!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos então passar à votação.

Está à votação a proposta de alteração do PSD à ação 5.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A Casa da Autonomia é que vale!

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: O PCP também entregou uma proposta de alteração para esta ação, mas está prejudicada porque tinha contrapartidas do Programa 1 que já está fechado.

Sendo assim coloco agora à votação a proposta de alteração do PPM também para a ação 5.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: A próxima proposta a ser votada não será a do PCP porque está prejudicada, por conta também do Programa 1 que está fechado.

Sendo assim coloco à votação a proposta de criação de uma ação 5.3.2. apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PPM de criação de uma ação 5.3.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PPM à ação 5.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação da ação 5.6.1, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Proposta de alteração do PPM à ação 5.6.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Proposta de alteração do PPM à ação 5.6.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Proposta de alteração do PPM à ação 5.6.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 5.6.5, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação também a criação de uma nova ação, a 5.6.5, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Para ação 5.7.4 temos quatro propostas de alteração.

A primeira a ser votada é a do PSD.

Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A tripolaridade dos Açores é, efetivamente, uma opção política e está na génese...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor já levou carretes esta manhã e não serviu de nada!

O Orador: ... da sua criação.

Deputado Berto Messias (PS): Vai levar mais um!

O Orador: Infelizmente parece não ser esta a opinião do Governo Regional que, ano após ano e teimosamente, continua a apresentar valores insignificantes no Plano e Orçamento. Ou seja, teima em não reconhecer a tripolaridade da Universidade dos Açores; teima em não reconhecer a natureza multipolar da nossa academia.

Teima, porque quase que afronta esta câmara ao apresentar efetivamente esta verba irrisória.

É neste sentido que apresentamos uma alteração no sentido de duplicar a verba para a tripolaridade.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E a desresponsabiliza!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Cláudia Cardoso tem a palavra.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer, à semelhança daquilo que já foi aqui referido hoje, que efetivamente já está inscrita no Plano uma verba destinada precisamente à tripolaridade da Universidade dos Açores.

O que nos custa muito a compreender é que um partido que na República tenha votado contra esta tripolaridade queira aqui reforçar a verba que efetivamente já existe, prevista no Plano.

Portanto, isto não faz sentido nenhum, não adianta nada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não adianta nada?!

A Oradora: Eu recordo que desde 2006 até 2013 foi investido na Universidade dos Açores mais de 55 milhões de euros em investimento direto e indireto.

Portanto, não é com este pequeno/modesto acréscimo que o PSD aqui faz que se cria alguma coisa.

Em boa verdade, o PSD lá fora afoga-se com “elefantes” e aqui vem fazer flores com “mosquitos”.

(Risos do Deputados da bancada do PS)

Isto efetivamente não cola. Atirar areia para os olhos não cola. Pelo menos na nossa bancada não colará.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta de alteração é a do CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima alteração a ser votada é a do Bloco de Esquerda.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, penso que por uma questão de economia de tempo poderia aproveitar a oportunidade para referir todas as propostas de alteração do Bloco de Esquerda e assim limitar-me-ia a votar.

Como ficou demonstrado ao longo destes três dias de debate, os problemas centrais que afligem os açorianos e açorianas são o desemprego e a pobreza.

No combate a estes dois flagelos apresentamos as seguintes propostas:

Um programa de reabilitação urbana pública e privada;
O aumento do cheque pequenino em 15 euros mensais para as pensões abaixo do salário mínimo regional;
A introdução do rendimento social dos Açores;
O fim das taxas moderadoras na saúde;
A redução do passe social em 50%.

São instrumentos de combate ao desemprego e à pobreza que põem em primeiro lugar a dignidade das pessoas contra a lógica assistencialista.

São contributos sérios, responsáveis e exequíveis, para usar os termos e critérios do Partido Socialista, para a reanimação da economia e o apoio às empresas, porque estas, como é da natureza, vivem da venda de produtos ou de serviços, preferencialmente aos apoios estatais.

Os Açores, tal como o país, são vítimas do atrofamento no ensino superior e na investigação científica, políticas que estão a condenar o país e a Região a retrocessos muito perigosos.

Em contraciclo o Bloco de Esquerda propõe o reforço do apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores (exatamente o ponto que estamos a votar) e também o reforço do apoio à investigação científica com bolsas para investigação e pós-doutoramento.

Aproveitamos também a oportunidade para anunciar a esta câmara que o Bloco de Esquerda apresentará, a breve trecho, uma iniciativa legislativa no sentido de criar uma carreira de investigação na Região.

No seguimento destas preocupações propomos que o Centro Internacional das Ciências do Mar seja uma prioridade deste Governo e dos Açores para alcançar novos paradigmas e novos patamares da nossa economia e do nosso modelo de desenvolvimento.

Noutra área, exige-se acabar com os resquícios de feudalismo existentes na nossa Região, sobretudo na Ilha de São Miguel.

Em conformidade, propomos a resolução do problema da aquisição do chão das casas das freguesias das Sete Cidades, Mosteiros e Santo António, das famílias economicamente mais carenciadas.

Por fim, e não menos importante, não permitimos a privatização de setores estratégicos da Região para a cobiça de interesses económicos dominantes.

Na mesma linha, propomos ainda o apuramento das rentabilidades das Parcerias Público-Privadas existentes na Região e a sua renegociação futura.

Ficam assim apresentadas todas as propostas de alteração.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sendo assim está então à votação a proposta de alteração à ação 5.7.4 do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Por fim a proposta de alteração do PPM a esta mesma ação.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Apenas para justificar o meu sentido de voto nesta proposta do PPM, uma vez que votei favoravelmente, quer a proposta do PSD, quer a CDS, quer a do Bloco de Esquerda, porque considereei que tinha alguma substância, mas a proposta do PPM de reforço para o desenvolvimento tripolar da Universidade é apenas 12 mil e 500 euros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Doze mil e quinhentos euros não é nada?

O Orador: Digamos que não tem o mesmo significado que tem as outras. Portanto, o meu voto será contra.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, francamente!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Só para dizer que os 12 mil e 500 euros é significativamente mais do que os zero que o Sr. Deputado apresentou nesta rubrica.

Presidente: Está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: A proposta que o PSD apresentou para a criação de uma ação 5.7.5 está prejudicada, uma vez que a contrapartida era do Programa 1 que está fechado.

Assim, avançamos para a proposta de alteração à ação 5.8.1 apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração do Bloco de Esquerda a esta mesma ação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absterem faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Também do Bloco de Esquerda, coloco agora à votação a proposta para criação de uma ação 5.8.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Há uma série de propostas agora, que são todas da iniciativa do PPM.

Portanto, vou só indicar a ação que se está a votar para não ser muito repetitivo.

Ação 5.9.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 5.9.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 5.9.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 5.9.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 5.10.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 5.10.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 5.10.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Em relação às propostas de alteração que o Deputado Paulo Estêvão apresentou para a ação 5.10.4, por uma questão técnica, elas vão ser colocadas todas à votação, uma vez que correspondem todas à mesma ação. São 33.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram rejeitadas com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, pode colocar mais um pacotezinho?

Presidente: Já não temos mais pacotes disponíveis.

Passamos agora para a ação 5.10.6., proposta também do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 5.10.8, também uma proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à ação 5.10.9. É também uma proposta do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 5.10.10, proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Proposta de alteração do PPM à ação 5.10.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: A próxima proposta de alteração é do PCP e é a ação 5.10.16.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos à ação 5.10.19 e à proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Proposta de alteração do PPM à ação 5.10.25.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à criação de novas ações, 5.10.33.

A primeira proposta a votar é a do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima a ser votada é a do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: A próxima e última ação a ser votada é a do PS.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A criação desta ação com este valor prende-se com o reinício do trabalho já iniciado de restauro da Igreja do Convento de São Boaventura, que está integrado no Museu de Santa Cruz das Flores.

Pensamos ser importante desagregar e criar mesmo esta ação de forma a serem retomados os trabalhos de restauro do teto e do Altar-mor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Por fim, para encerrarmos este Programa 5, está à votação a proposta de criação de uma nova ação 5.10.34, por parte do PCP.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está prejudicada!

Presidente: Não está prejudicada, não.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Prejudicados estamos nós!

Presidente: A sua nova ação 5.10.34 é para votar, não é Sr. Deputado?

Deputado Aníbal Piões (PCP): Sim, mas quero falar, Sra. Presidente.

Presidente: Quer falar?

Deputado Aníbal Piões (PCP): Quero sim senhora.

Presidente: Sim senhor. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Piões (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Bom dia!

O Orador: Como está, Sr. Presidente? Muito bom dia!

Apenas para me congratular com a aprovação da proposta anterior.

Esta iniciativa do PCP versa exatamente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! É verdade!

O Orador: ... o restauro do teto e retábulo do Convento de São Boaventura, que irá ser reprovada pela maioria, mas que nos dá aqui alguma satisfação, uma vez que o PCP teve a iniciativa efetivamente e o Partido Socialista veio correndo atrás.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

Deputado Berto Messias (PS): A sua proposta está prejudicada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar a proposta do PCP, a nova ação 5.10.34.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima ação a ser votada é a criação da ação 5.10.34, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação do Programa 5 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 5 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 2 horas e 5 minutos.

Era 1 hora e 55 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 02 horas e 28 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com as votações.

Entramos no Programa 6.

A primeira proposta de alteração é a criação de uma ação 6.2.8, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração à ação 6.3.4, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos para a criação de uma ação 6.5.7, apresentada pelo PPM. Está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 6.6.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS à ação 6.6.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PPM a esta mesma ação.

Avançamos para a ação 6.6.6, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD à ação 6.8.1.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD vem a esta Casa apresentar uma proposta no sentido da criação de uma dotação de um milhão e meio de euros destinados à recuperação de listas de espera cirúrgicas. Vem mantendo coerência desde 2013, altura em que em março o PSD apresentou uma proposta de reforço de uma verba, contida no Plano para esse ano, que totalizou com o reforço de 700 mil euros, aprovada por unanimidade nesta Casa e que o Governo não executou, coerência que manteve em 2014 e que mantém agora para o Plano de 2015, ciente de que este continua a ser um problema e não é apenas e só o PSD que o afirma.

Se tivermos o cuidado de ler a entrevista do Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada, na revista da Ordem dos Médicos de outubro deste ano (outubro de 2014), o Presidente do Conselho de Administração do hospital onde reside mais de 80% da dimensão deste problema, diz e passo a citar:

“Segundo o Presidente do Conselho de Administração o maior problema do hospital de São Miguel são as listas de espera cirúrgicas.” Cito: “esse é o principal problema, porque têm aumentado constantemente por falta de anestesistas, além de falta de financiamento”, citei.

Ao contrário daquilo que o Governo pensa e aqui transmitiu, este é um problema que se tem agravado de forma constante.

Como dizia, no hospital de Ponta Delgada onde reside mais de 80% da dimensão deste problema, nos primeiros nove meses de 2014 houve menos 7% de cirurgias realizadas. O número absoluto de doentes inscritos aumentou e situa-se neste momento em 7.400 doentes em espera cirúrgica.

Mas mais do que o número é o tempo em que esses doentes se encontram à espera, muitos deles há mais de 3 anos.

Estamos cientes, e sempre o defendemos, que em primeiro lugar se deveriam esgotar todos os recursos humanos e físicos das estruturas hospitalares da Região.

Mas como já se provou, com o aumento das listas de espera, há um esgotamento das estruturas físicas e humanas. Quando digo humanas refiro-me a recursos médicos na área da anestesiologia, que todos nós reconhecemos que não existem em parte alguma em abundância e também não existem nos Açores.

Mas a diferença, como já tive oportunidade de sublinhar em diversas ocasiões, entre a postura do Governo na resolução desta matéria e a nossa postura, é que o Governo continua à espera que surjam novos anestesistas na Região e com isso nós vamos continuar a aumentar as listas de espera cirúrgicas, vamos continuar a ter mais doentes em espera.

Uma vez esgotada a capacidade de resposta das unidades hospitalares, somos de opinião e mantemos essa coerência desde 2013, uma coerência que foi por vós comungada nesse ano e não executada, repito, mantemos o princípio segundo o qual, esgotados esses recursos humanos e estruturas físicas (isso está comprovado, repito, com o aumento sucessivo da lista de espera cirúrgica), não se resolverá o problema sem que se criem medidas estruturantes que deem outro tipo de resposta a esta questão.

As medidas têm a ver com a criação de um regime de produção cirúrgica adicional, fora do horário normal de trabalho, utilizando as estruturas físicas dos nossos três hospitais, comungando das potencialidades geradas pelo cruzamento de cada um deles e não propriamente programas limitados no tempo, como já tivemos experiências no passado. Isto é, atirar uma verba para que ela seja concretizada em três ou quatro meses e depois desistir dela. Não!

Fomos favoráveis, repito, à criação de um regime de produção cirúrgica adicional contínuo, onde identificadas as especialidades com lista de espera, nos serviços dessas especialidades, nos serviços das unidades hospitalares da nossa Região, das especialidades que têm doentes em lista de espera, sejam criadas equipas que, atingido o tempo máximo de resposta cirúrgica, essas equipas entrem em regime de produção adicional utilizando as estruturas dos próprios hospitais, mas operando mais doentes nessas estruturas.

Doutra forma estamos cientes, estamos certos que não conseguiremos resolver esta situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É por isso que apresentamos a nossa proposta: um milhão e meio de euros para serem utilizados durante o ano de 2015, de modo a que, em regime

de produção cirúrgica adicional, segundo o modelo do SIGIC que já funciona a nível nacional, possamos atingir medianas semelhantes àquilo que ocorre no espaço nacional.

Muito obrigado.

Deputados Luís Rendeiro e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ex.^a Senhora Presidente, Ex.^o Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece que aumento da produtividade em tempo normal de funcionamento dos Blocos Operatórios ainda não é suficiente para satisfazermos o permanente aumento das listas de espera.

A estratégia do Governo Regional dos Açores é aumentar a produtividade no horário normal das instituições de saúde da Região Autónoma dos Açores

Outra estratégia do Governo Regional dos Açores é a implementação do programa informático para regularizar as listas de espera cirúrgicas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista acredita, tal como o Governo Regional dos Açores, que não é atirando mais dinheiro para os problemas que eles se resolvem, mas sim aumentando a capacidade da produção do horário normal dos Blocos Operatórios...

Deputado Luís Garcia (PSD): Estão fechados!

O Orador: ... e através de um Programa de produção acrescida, contratualizado com os hospitais e respetivos serviços, o aumento das cirurgias, sendo os hospitais responsabilizados financeiramente por esta produção ou pelo envio dos utentes para outros hospitais da Região ou para o sistema convencionado.

Por essas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não vai votar favoravelmente esta proposta de alteração do PSD.

Muito obrigado

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PS teima em afirmar que resolverá o problema dentro do horário normal de trabalho e com o aumento da produção cirúrgica.

Não sei como consegue o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral interpretar aquilo que são as estatísticas oficiais do hospital de Ponta Delgada, em que, repito, nos primeiros nove meses de 2014, quando comparado com o período homólogo do ano anterior, operou menos 7% dos doentes. Ora, se o senhor e o Governo que o senhor suporta tivessem conseguido aumentar a produção cirúrgica, de certeza que não tinha havido uma diminuição de 7% dos doentes operados, quando muito teria havido mais doentes operados.

Portanto, é bom que aqui se estabeleça uma diferença muito clara entre aquilo que são os vossos conceitos e aquilo que são as ideias que nós defendemos para resolver um problema grave dos açorianos e que os senhores teimam em não resolver.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este problema das listas de espera é um problema sério na Região Autónoma dos Açores.

Propusemos um instrumento (mais um!) para se combater este flagelo que é a lista de espera cirúrgica na Região Autónoma dos Açores.

O PSD discorda... Não discorda, mas, enfim, acha que o seu também é bom. Nós achamos que sim, são dois complementares.

O problema é tão grave que se devem obviamente conjugar esforços nesse sentido.

Agora o que eu não percebo é como é que se esticam horários, como é que se aumenta a produção no horário normal.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu também não sei!

O Orador: Se se opera em x horas x doentes, eu quero saber como é que se garante duas coisas: qualidade e segurança! É o que me parece que em algumas áreas começa a ser posto em causa com a obsessão dos números.

No horário normal de seis horas de trabalho, ou de seis horas de bloco cirúrgico, não se pode com certeza dizer, prever ou decretar que se vai fazer 10 varizes por hora. Não me parece que seja assim!

Parece-me que esta é a tendência que o Governo quer implementar: números, números, números... Agora é preciso garantir segurança e qualidade e garante-se operando obviamente no horário pós-laboral (mais horário, mais tempo) ou então andamos aqui a passar um atestado de malandrice a quem andou a trabalhar até agora. Quer dizer que não faz o que devia fazer.

É possível melhorar? É! É sempre possível melhorar!

Otimizar tempos? É sempre possível otimizar tempos e tem sido feito. Tenho-me apercebido disso e tenho que o reconhecer aqui.

Agora há um limite...

Deputado Luís Maurício (PSD): Já se esgotou!

O Orador: ... (é como aquela publicidade), há uma linha a partir da qual não é possível produzir mais naquele horário.

Temos o Vale Saúde que permite ser operado, quer no Serviço Regional de Saúde, quer fora, ou até no continente.

Se são pequenas cirurgias, se são grandes cirurgias, isso para mim... Desde que o doente sofra e fique resolvido o seu problema (se é uma catarata ou o que quer que seja)...

Acho que nesta altura nos devemos socorrer de todas as armas possíveis para combater as listas de espera. Se é possível?... As listas de espera nunca acabam. Gerem-se!

Este sistema informático, reconheço que deve ter alguma utilidade na gestão das listas de espera. Mas é preciso não esquecer que esta é uma obrigação da Direção Regional de Saúde há muito tempo, aliás, aprovada por legislação nesta Casa, nomeadamente no que diz respeito ao Vale Saúde, com a obrigação de publicar a lista de espera no portal da Secretaria da Saúde.

Também não podemos ouvir, como se ouve, que de repente, de um dia para o outro, desaparecem 200 utentes numa lista de espera porque telefonicamente se pergunta se quer ou não a consulta, ou se quer ou não a cirurgia, ou se esse programa os elimina. Não sei como é que ele funciona.

Acho que houve um desbaste muito grande no Hospital da Horta, de um momento para o outro.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade!

O Orador: Não sei se informaticamente é possível operar doentes.

Parece-me que todas as armas são poucas.

Para o Vale Saúde este ano resolvemos não apresentar nenhuma proposta de reforço, porque nos pareceu que não houve grande vontade em aplicá-lo.

Nós continuamos a achar que é um instrumento muito útil e o Governo terá a possibilidade de, havendo necessidade, reforçar essa verba. Acho que nesta altura a produção e a produtividade no horário normal começam a não ser possíveis e começa-se a exigir dos profissionais de saúde.

É possível! Como o Sr. Secretário sabe, porque é médico, e o Sr. Deputado Ricardo Cabral sabe, porque também é, há muitas maneiras de fazer tratamentos, com qualidade e sem qualidade.

Todos nós sabemos fazer.

Agora, quando tem o cutelo aplicado “ou fazes tanto ou és penalizado”, é claro que se opta por menos qualidade.

Estamos aqui a falar com total transparência.

Isso acontece. Só quem não conhece o meio é que diz que não.

Portanto, qual é a obrigação da tutela?

Promover a qualidade e a segurança dos tratamentos e dos utentes. Este é um desígnio que não é só da tutela mas de todos nós, e damos o nosso contributo para isso.

Nesse sentido acho que devemos acolher as boas propostas.

Naturalmente não iremos votar favoravelmente a do PSD, porque ele também não votou a nossa do Vale Saúde. Vamos abster-nos. Não vamos votar contra, porque achamos que é um instrumento que também é válido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta questão é importante talvez aqui referir e esclarecer um aspeto levantado pelo Sr. Deputado Artur Lima, naquilo que é o esforço que o Governo Regional está a fazer para um correto aproveitamento dos tempos operatórios.

O Sr. Deputado reconheceu e bem, no meio do seu discurso, que há ainda margem para a otimização desses próprios tempos.

É nesse sentido que o Governo Regional está a trabalhar.

Agora, Sr. Deputado, não pode confundir aquilo que é a questão da segurança e da nossa vontade de qualidade na execução das cirurgias, no tempo normal dos Blocos Operatórios dos hospitais da Região, com esta pressão da otimização do funcionamento destes recursos.

Sr. Deputado, nesse sentido, nenhum dos outros programas que quer o PSD, quer o Sr. Deputado, relativamente ao Vale Saúde, vieram aqui anunciar, poderiam ser sequer considerados, porque estamos a falar dos mesmos profissionais a operar nos mesmos Blocos Operatórios ou em outros Blocos Operatórios de clínicas privadas em tempos suplementares.

Em vez de fazerem 8 horas de cirurgia passam a fazer 16 horas de cirurgia por dia.

É isso que quer em termos de qualidade? É isso que quer em termos de segurança?

Há aqui um certo contrassenso no seu discurso, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há! O senhor vai ter que explicar!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, muito obrigado.

Sr. Secretário, nessa matéria eu não lhe vou ensinar nada. V.^a Ex.^a nessa matéria tem mais experiência, até pela sua especialidade, do que eu. Portanto não pretendo sequer estar aqui...

Agora, vamos lá ver uma coisa:

Temos um horário das 8:00H da manhã às 16:00H. São oito horas.

Nessas oito horas admitamos que é possível fazer dez cirurgias. Se está a fazer oito é possível fazer mais duas. Vamos ver, planear e calcular quantas são até ao fim do ano. É possível otimizar e até aumentar a produção. Estamos de acordo até aqui. Fazemos isso e isso é possível fazer, informaticamente ou até fazendo uma simples conta (é possível fazer!).

Chegámos a um ponto onde não é possível mais nessas oito horas. Certo?

O que é que se faz? Fazemos no horário pós-laboral!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): E a qualidade e a segurança?

O Orador: Ou fazemos até ao sábado, ou fazemos até ao domingo.

Sr. Deputado Luís Maurício, também é possível fazer em outros dias que não o dia de semana. Aumenta-se a produção sem pôr em causa a qualidade.

Agora, o que não podemos fazer, e foi isso que eu quis dizer, é se nas oito horas é possível fazer com segurança dez cirurgias, é exigir que se faça quinze. Se eu exigir alguma coisa vai correr mal.

O senhor sabe tão bem quanto eu que há sempre uma margem de imprevisibilidade na duração da cirurgia. Portanto, eu tenho que dar sempre alguma margem do que pode acontecer e há algumas que se cancelam, mas isso é normal.

Agora, não posso é aumentar em 50% num horário normal que começa a ficar esticado, digamos assim, para os tempos operatórios.

Há outra coisa que podemos fazer, é verdade! Podemos otimizar ainda mais os tempos dos Blocos Operatórios. Tê-los menos tempo fechados...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Muito bem!

O Orador: ... porque alguns (acontece e isto é público) estão dez ou doze semanas, num ano, fechados. Não pode ser! Otimiza-se! Aumenta-se por aí também.

A pergunta que lhe faço, Sr. Secretário é: perante o número de doentes em lista de espera, é suficiente essa medida? É essa a pergunta que temos que fazer.

Com essa medida, quanto tempo levaremos a resolver a lista de espera? É outra pergunta que se faz.

É só isso que tenho para lhe perguntar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É preciso que a câmara e os açorianos que nos ouvem ainda, ou que nos possam vir a ouvir amanhã, ou mais tarde durante o dia de hoje, melhor dizendo, saibam que o hospital de Ponta Delgada, nomeadamente, tem as suas cinco salas do Bloco Operatório fechadas à tarde. Só se opera até às 13:30H.

Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados:

As cinco salas do Bloco Operatório que estão encerradas à tarde não é por má utilização das salas ou por sua inutilização básica. É porque não há anestesistas. Aqui, volto a reafirmar, a diferença é esta:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas há para trabalho extraordinário!

O Orador: ... ou encontram-se medidas complementares de utilização deste espaço pelos mesmos profissionais da casa, como o senhor está a fazer agora em relação ao Vale Saúde, apesar dos doentes fazerem a preparação pré-cirúrgica num hospital público, fazem as biometrias antes, depois vão ao privado fazem a cirurgia e depois a gente ainda não sabe bem como é que eles vão ser seguidos no pós-cirúrgico, mas isso é outra história...

O que eu lhe queria claramente dizer é que as cinco salas do Bloco Operatório do hospital de Ponta Delgada estão encerradas todos os dias da semana à tarde, por falta de anestesistas.

Ou ficamos numa ação contemplativa à espera que os anestesistas aí cheguem (e continuamos, em vez dos 7.400, a ter 8.000, 8.500 ou 9.000) ou então arranjam alternativas que possibilitem dar resposta aos nossos doentes.

Deputado André Bradford (PS): E que são?

O Orador: As alternativas são, nomeadamente, a criação de programas de produção cirúrgica adicional...

Deputado André Bradford (PS): Mas onde é que aparecem esses anesthesiologistas?

O Orador: São os mesmos que operam de manhã, Sr. Deputado. Operam à noite e operam ao fim de semana. Sabe porquê?

(Neste momento o Sr. Secretário Regional da Saúde acena negativamente com a cabeça)

Sr. Secretário, não faça esse gesto porque o senhor sabe que os mesmos oftalmologistas que operam no hospital de manhã estão a operar à tarde na Clínica do Bom Jesus, as cataratas. São os mesmos! E bem!

Portanto, em outras circunstâncias! Também ao serão, ao fim de semana, à noite, ao final da tarde, fora do seu horário normal de trabalho, com uma diferença, é que o PSD defende, e naturalmente penso que o senhor defenderá, a utilização das estruturas hospitalares para esse trabalho decorrer, porque aí poupa-se mais dinheiro.

O senhor em vez de estar a pagar agora à Clínica do Bom Jesus 400 euros por cada catarata operada, com esses mesmos 400 euros no hospital de Ponta Delgada estava a operar o dobro dos doentes. Está a ver?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, com certeza concordará comigo que enquanto houver capacidade de resposta no hospital de Ponta Delgada, nomeadamente nos tempos cirúrgicos à tarde, não faz sentido termos programas adicionais...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas onde é que estão os anestesistas para o senhor os contratar?

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício, concorda comigo, certo?

Deputado Luís Maurício (PSD): Não concordo!

O Orador: Se houver disponibilidade de anesthesiologistas...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas não há! Onde é que o senhor os vai buscar?

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício, estou a fazer-lhe uma pergunta muito direta, se concorda ou não que, havendo disponibilidade de anesthesiologistas no Bloco Operatório do hospital de Ponta Delgada à tarde, não seja necessário programas de redução de listas de espera cirúrgicas adicionais? Concorda?

Sim senhor. Então vou dizer-lhe que tive já por três semanas anesthesiologistas disponíveis no Bloco Operatório do hospital de Ponta Delgada no período da tarde e os serviços cirúrgicos do hospital de Ponta Delgada não souberam aproveitar esse recurso.

Por isso, enquanto isso acontecer, Sr. Deputado, não haverá programas de redução de listas de espera cirúrgicas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é teimosia!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Venho à discussão porque queria que me esclarecessem uma dúvida. Eu nunca percebi se há alguma incompatibilidade em termos da possibilidade de os profissionais de saúde, designadamente os médicos dos hospitais, possam ter horários desdobrados, isto é, uns trabalharem de manhã e os outros trabalharem de tarde.

A mim sempre me pareceu muito esquisito que o hospital, designadamente da parte da manhã, tenha um funcionamento, digamos, em que utiliza grande parte da capacidade instalada e da parte da tarde não tenha. Porquê?

Não se pode fazer o desdobramento do horário dos médicos? Então por que é que não se faz? E por que é que não se aproveita a capacidade instalada?

Deputado Luís Maurício (PSD): Não resolve o problema!

O Orador: Ah! Não resolve o problema.

Sr. Deputado Luís Maurício, se calhar resolve grande parte do problema.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas onde é que estão os anestesistas?

O Orador: É que este problema, mais do que dinheiro, que é aquilo que V.^{as} Ex.^{as} estão a propor para cima desta questão, que é uma questão grave, se calhar resolve-se desta maneira.

Ou melhor, não se resolve só com dinheiro, porque há capacidade instalada, há recursos humanos disponíveis porque não estão a trabalhar no hospital, mas estão a trabalhar nas clínicas privadas. Portanto, por que é que parte dos médicos, dos recursos, não trabalha de manhã e outros trabalham de tarde? Isso é que é preciso explicar.

Há algum problema que se desconheça ou que o exercício da profissão seja impeditivo de se fazer esse desdobramento dos horários?

Os professores trabalham de manhã, trabalham à tarde e eventualmente à noite. Muitos profissionais fazem isso e não há nenhuma incompatibilidade. Penso que relativamente aos médicos também não.

É uma coisa que eu nunca percebi, por que é que até ao princípio da tarde se aproveita a capacidade instalada do Serviço Regional de Saúde e da parte da tarde não.

Deputado Manuel Pereira (PS): Consultório!

O Orador: Se alguém me quiser explicar isso eu gostava de perceber.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou eternizar esta discussão, vou só sublinhar aqui uma coisa que o Sr. Secretário acabou de dizer e que é grave. Então o senhor acaba de dizer que tem anestesistas disponíveis para operar à tarde e que não conseguiu encontrar cirurgões que operassem?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Desdobre os horários!

O Orador: Sr. Secretário, mas afinal quem é que manda nisto? Quem é que nomeia os Conselhos de Administração que estão sob a sua responsabilidade?

O senhor não foi capaz de atuar nessa situação?

Era essa a pergunta que lhe queria deixar. Foi grave a afirmação que o senhor fez.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu ia exatamente fazer a pergunta e a questão que o Sr. Deputado Luís Maurício está a colocar.

Isto parece-me de uma gravidade digna de registo e de atuação, não é?

Deputado Duarte Moreira (PS): Há coisas mais graves!

O Orador: É que se a especialidade em falta está disponível e a que tem profissionais não quer, é preciso perceber o que é que se passa aqui.

Estamos a lidar com o sofrimento das pessoas, com a saúde das pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a culpa é da oposição!

O Orador: É preciso perceber o que é que se passa.

Também tem que se dizer aqui, como eu já disse no passado, que quando se aplica esses programas de dinheiro num horário pós-laboral, é preciso perceber (porque aconteceu) se a produção no horário laboral se mantém a níveis que se deve manter e não decresce.

É porque no passado investiu-se quase sete milhões de euros e o que aconteceu em algumas especialidades (é só ir ver os números) foi que a produção cirúrgica desceu no horário normal e aumentou quase exponencialmente no outro.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Por que será?

O Orador: Também é preciso estar atento a esse pormenor. E daí (e o Sr. Secretário ainda não estava cá) a nossa proposta do Vale Saúde, exatamente também para retirar um bocadinho do centro para fora para termos outra produção cirúrgica adicional.

Agora, eu parece-me que esta questão de uns estão e os outros não estão... Não se pode brincar com a saúde das pessoas. Para isso a tutela tem que estar atenta e tem que perceber o que é que o Conselho de Administração faz.

Isto é que não pode acontecer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos que as listas de espera cirúrgicas são um problema para resolver. Já está diagnosticado por todos nós e por todos os profissionais de saúde envolvidos.

Já fizemos há anos esta mesma estratégia que o Sr. Deputado apresentou e não surtiu efeito.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é, não! Não é a mesma coisa!

O Orador: Já diagnosticámos (o Governo Regional, a Secretaria, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista) que é necessário melhorar a produtividade em tempo normal. Há a possibilidade ainda de aumentar o número de cirurgias.

Tenho aqui os números. Há muito pouco tempo foi inaugurado um Bloco para pequenas cirurgias e até ao fim do ano já vamos fazer uma avaliação da resolução de grande parte de algumas pequenas cirurgias em que os doentes vão ficar tratados.

Tenho aqui um número. As grandes e médias cirurgias aumentaram em 8.3 e a cirurgia em ambulatório (foram 3.471) aumentou 5.9, de 2012 para 2013.

Deputado Luís Maurício (PSD): E de 2013 para 2014?

O Orador: Quer isto dizer que foram efetuadas mais 2.720.

Deputado Luís Maurício (PSD): E de 2013 para 2014?

O Orador: Ainda estamos em 2014.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não, não! Estão aqui os números oficiais do hospital!

O Orador: Houve um aumento de 2012 para 2013.

Por isso é que, se diminuiu, temos que pensar aumentar a produtividade dos hospitais.

Deputado Luís Maurício (PSD): Os senhores pensam muito mas fazem pouco!

O Orador: Temos uma verba neste Plano e Orçamento para fixar médicos com a especialidade da anestesia e vamos investir nesta orientação.

Temos os Blocos Operatórios do hospital de Ponta Delgada fechados à tarde, como o senhor disse.

Temos que aumentar a produtividade com os recursos que temos, com as instalações que temos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sim! Vão pôr maquinistas a anestesiar!

O Orador: Temos ainda a alternativa do Vale Saúde, uma boa alternativa para que os doentes resolvam o seu problema de uma forma diferente.

Temos que esgotar todas as possibilidades para aumentar a produtividade e não atirar dinheiro para esse problema, para que os mesmos que fazem de manhã façam à tarde de outra forma.

Vamos fazer um esforço para que todos trabalhem com produtividade, para que os números diminuam.

Deputado Luís Maurício (PSD): São os mesmos anestesistas que estão a fazer isso na Clínica do Bom Jesus!

O Orador: Estamos cá para arranjar soluções para a situação.

Como disse aqui o Sr. Deputado, as listas de espera nunca acabam, mas temos que mitigar esse problema que é um problema grave da Região e do continente, porque o sofrimento das pessoas tem que ser resolvido o mais depressa possível.

Disse.

Presidente: Obrigada, S. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

A minha pergunta ficou sem resposta, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): E muitas outras ficaram!

O Orador: ... mas julgo poder afirmar então que não há, em termos de estatuto da carreira médica, nenhuma impossibilidade de que esses profissionais possam ter horários diferenciados.

Se não, por que é que não se utiliza?

Se calhar não se utiliza porque não há uma clara separação entre o que são médicos de serviço público e médicos de serviço privado.

Portanto, era preciso atendermos bem a esta situação. É fundamental.

Enquanto isso não se resolver, o problema das listas de espera não se vai resolver...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é outro problema!

O Orador: ... nem com um milhão e quinhentos mil euros do PSD, nem com programas informáticos.

O que é preciso é definir isto claramente. É preciso separar.

Se não há nenhum impedimento, esses profissionais terão de trabalhar e aproveitar a capacidade instalada nos hospitais públicos da Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nacionaliza-se os médicos!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É, é! Acaba-se logo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

Está à votação a proposta de dotação da ação 6.8.1, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Temos novamente uma série de propostas de alteração do PPM. Portanto, vou apenas indicar a ação.

Ação 6.8.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sr. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 6.8.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 6.8.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 6.8.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 6.9.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sr. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 6.9.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Por último tenho aqui a proposta de alteração do CDS para a ação 6.10.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação do Programa 6 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 6 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto a contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Avançamos para o Programa 7.

A proposta é a criação de uma ação 7.1.20, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: O Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de criação de uma nova ação, a 7.2.1, que está prejudicada por ter contrapartidas num programa já encerrado.

Assim avançamos para a proposta do PSD para ação 7.2.3.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, também por uma questão de economia de tempo e de abreviar a discussão o máximo que se puder, irei fazer a apresentação das propostas do PSD, quer do aumento do Complemento de Abono de Família e do Complemento Regional de Pensão, quer da proposta de criação do Complemento Regional para Apoio a Crianças e Jovens em idade escolar que recebam o Rendimento Social de Inserção.

Quando estamos perante a situação que se vive na Região de graves dificuldades sociais de muitas famílias, quando somos diariamente bombardeados com notícias de pessoas que passam por dificuldades e também quando fazemos a avaliação daquilo que se tem passado ao nível da sociedade açoriana e da forma como ela está a sofrer em termos de dificuldades económicas, não podemos naturalmente ficar indiferentes.

O PSD tem procurado ouvir os técnicos que trabalham com estas problemáticas, as Instituições de Solidariedade Social que se dedicam a ajudar as pessoas que mais necessitam e procurámos avaliar e dar consequências às preocupações que nos têm sido demonstradas.

Não podemos deixar de considerar que estas propostas não vão naturalmente resolver os problemas sociais dos Açores. São problemas mais profundos que vimos sinalizando ao longo dos últimos anos, com mais veemência, porque eles têm vindo a agravar-se. Mas são propostas que visam de alguma forma ajudar quem realmente está a sofrer mais com a crise que se instalou na Região.

São, portanto, propostas que visam realmente ajudar quem mais precisa.

No caso do Complemento Regional de Pensão, como é óbvio, estamos a procurar ajudar pessoas que têm reformas extremamente baixas.

Não podemos ignorar que o Governo se tem limitado a aumentar este complemento ao nível daquilo que tem sido a inflação. Portanto, na realidade não há propriamente um aumento do poder revelado por este complemento. Há apenas um ajustamento do seu valor.

No caso do Abono de Família tem sido precisamente o contrário. Este ano, será o terceiro ano que o Governo não procede ao aumento deste complemento, o que aliás não faz sentido, tendo em conta o que próprio Decreto Legislativo Regional diz a respeito da atualização deste complemento.

Portanto, não é sério dizer-se que se está a ajudar quem mais precisa quando ao mesmo tempo se permite que o Complemento Regional do Abono de Família perca efetivamente valor relativamente àquilo que tem sido o aumento do custo de vida.

Relativamente à criação do Complemento Regional para Crianças e Jovens em idade escolar que recebem o RSI, trata-se, de facto, de responder àquilo que tem sido denunciado por todas as instituições que trabalham com as pessoas que vivem com mais carências e que vêm denotando e vêm dando nota de que a pobreza nos Açores tem uma incidência muito particular sobre as crianças.

Nós não podemos ignorar esse facto. É uma medida de carácter assistencialista, não o negamos. Sabemo-lo! É esse o carácter do RSI.

É também uma medida que ajuda àqueles que mais necessitam de ver a sua situação de pobreza de alguma forma ajudada a ultrapassar.

É uma medida de carácter transitório que nós queremos reforçar precisamente por causa daquilo que tem sido denunciado da incidência da pobreza sobre as crianças.

Não podemos vir a este Parlamento, como veio o PS, reivindicar um património em políticas sociais e depois preferir dar mais valor ao património que querem em termos de, eu diria, ajudar se calhar mais o património partidário em termos daquilo que é o reforço...

Deputado José Contente (PS): A esta hora?

O Orador: A esta hora! Exatamente!

... da vossa intenção, estar mais preocupados com aquilo que é o vosso desejo de dar mais apoio financeiro...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Que dificuldade que tem em dizer isso!

O Orador: Eu vou chegar lá, Sra. Secretária. Sabe? Não é só uma questão da hora, é uma questão de eu também tentar não ser desagradável com aquilo que realmente estamos a falar.

É que estamos aqui a procurar ajudar quem mais precisa e os senhores estão apenas preocupados em ajudar quem está no vosso partido...

Deputado Manuel Pereira (PS): Vosso partido, que deselegante!

O Orador: ... a necessitar de ajuda, como se tem visto com a vontade muito grande de se preocuparem apenas com a Casa da Autonomia...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Olhe que não!

O Orador: ... que é de onde nós pretendemos retirar a verba necessária para ajudar estes 80 mil açorianos que têm incidência nas nossas propostas.

Muito obrigado.

Deputados Duarte Freitas e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Arlinda Nunes tem a palavra.

(*) Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta em concreto o Governo Regional contemplou um aumento superior a 800 mil euros.

O PSD vem fazer um reforço desta ação em contrapartida da redução de uma ação que, como devem saber, é uma ação que está afeta a fundos comunitários e, como tal, não poderá ser alterada – a Casa da Autonomia.

Independentemente disto, os senhores realmente andam aqui muito preocupados com a pobreza e ainda bem.

Os senhores levaram três dias a denunciar a pobreza nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Três dias?! Já estamos a denunciar há anos!

A Oradora: Aqui!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas não existe pobreza nos Açores!!!

A Oradora: Então ainda pior. Os senhores levaram há anos, há um ano, de há dois anos para cá.

Os senhores nos últimos tempos reuniram com centenas de pessoas, mas os senhores não foram capazes de trazer aqui uma medida concreta e objetiva para criar emprego, para fomentar a empregabilidade. Não! Os senhores remetem-se a subsídios, a reforço de subsídios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quer que a gente empregue quem? As crianças e os jovens?

A Oradora: Não! Eu quero os senhores apresentem uma proposta sólida...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A senhora pode dizer o que quiser, mas os açorianos compreendem muito bem a verba da Casa da Autonomia!

A Oradora: ... e concreta para criar emprego.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estamos a falar de crianças e de jovens em idade escolar!

A Oradora: Sabe uma coisa? Para dar a estas pessoas e a estas famílias a dignidade que elas merecem e levar a autoestima que elas merecem, não lhes basta dar subsídios. É preciso dar a estas famílias autoestima para elas saírem da situação onde se encontram, terem um emprego, transmitirem esses valores à família e conseguirem sair desta situação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): São crianças e jovens em idade escolar!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se eu fosse secretária pedia a defesa da honra!

A Oradora: Estas famílias precisam de apoio? Precisam!

Os senhores sabem muito bem quando é que a situação de pobreza começou a aumentar e sabem muito bem quais foram as razões que levaram a isso.

Sabem essencialmente que foi a diminuição das prestações sociais que o vosso Governo implementou que levou drasticamente ao aumento da pobreza das famílias, e dos Açores em particular, porque levou à diminuição das prestações das famílias que tinham mais filhos.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Os senhores, com tantas visitas que fazem, sabem muito bem que nos Açores temos famílias mais numerosas, com mais filhos.

Independentemente disso, os senhores deixaram eles alterarem as prestações,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Eles quem?

A Oradora: ... alterarem o cálculo dos rendimentos.

Os senhores ficaram sentados à espera que a situação piorasse para agora virem limitar-se a propor subsídios e reforços de subsídios.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Deputada, os senhores cortam nos subsídios!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Grande baralhação! Isto é da hora!

A Oradora: É muito bonito vir agora propor reforços de subsídios e reforços de pensão quando os senhores não dizem que este ano continuaram a diminuir 272 milhões de euros em prestações sociais; quando os senhores têm um corte na dotação global do RSI de 2,8%, o que equivale a 291 milhões de euros; quando os senhores têm um corte de 1% no Abono de Família, que equivale a 6,49 milhões.

Relativamente ao Complemento Regional de Pensão, fico muito sensibilizada que os senhores realmente queiram agora aumentar esse complemento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já o ano passado queríamos e nos outros anos também!

A Oradora: Sim senhor! Ainda bem que agora os senhores perceberam finalmente que este complemento é bom e que apoiar os idosos é necessário, quando os senhores na República eram contra a criação do Complemento Solidário de Idosos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Sim senhor. Fico-me por aqui.

Muito obrigada.

Deputado Duarte Moreira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada e Srs. Deputados do Partido Socialista, vamos ver se nos entendemos.

Eu acabei de apresentar três medidas: o aumento do Complemento ao Abono de Família,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Mas só discutiu uma!

O Orador: ... o aumento do Complemento Regional de Pensão e a criação do Complemento Regional para Crianças e Jovens em idade escolar, do RSI.

Diga-me lá qual destes beneficiários é que a senhora quer pôr a trabalhar, que é para sabermos do que é que estamos realmente a falar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Vou só dar-lhe aqui alguns números que dizem respeito aos Açores, transferências do Estado, despesas com prestações sociais, não incluindo pensões.

Do RSI, por exemplo em 2013, foram transferidos para a Região 17 milhões, 316 euros e 12 cêntimos.

Estão previstos para 2014, 18 milhões, 357 euros e 17 cêntimos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mais?! Isso não é um corte! É um aumento!

O Orador: Isto não é um corte, é um aumento, Sra. Deputada. Com todos os cortes que houve ainda aumentou na Região.

Deputado André Bradford (PS): É preciso ter lata!

Deputado Luís Maurício (PSD): Gente séria!

Deputado André Bradford (PS): Ah sim, gente séria aí é o que não falta!

O Orador: Do Abono de Família, o que a Sra. Deputada tinha que explicar era que em 2010 foram transferidos para a Região 28 milhões, 6 euros e 14 cêntimos, e em 2011 baixou para 21 milhões, 182 euros e 34 cêntimos.

Sabe quem é que era o Primeiro-Ministro? Sabe quem é que era Ministro da Justiça desse Primeiro-Ministro?

O Primeiro-Ministro era José Sócrates; o Ministro da Justiça era António Costa. E na Região? Quem é que era Governo? Quem é que aceitou isso?

Não foi o Partido Socialista? Não foram os Srs. Deputados do PS?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Vou terminar com dois títulos de jornais. Um é...

Deputado André Bradford (PS): É o Diário Insular!

O Orador: ... do sociólogo Fernando Diogo: “A sociedade açoriana reproduz pobres”. Não é o PSD que o diz!

O outro é a Cáritas.

Deputado André Bradford (PS): Boa escolha!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é o PSD que o diz!!!

O Orador: “A pobreza infantil está a aumentar”.

Deputado André Bradford (PS): Essa senhora é Vice-Presidente do seu partido!

O Orador: Srs. Deputados, por favor tenham a humildade de reconhecer esta situação é grave. Tenham pelo menos a seriedade de falarmos realmente em ajudar as pessoas e não apenas em gastar o dinheiro com a Casa da Autonomia que tanto jeito lhes dá.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): Já vi essa senhora nos vossos congressos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha colega Arlinda Nunes já referiu aquela que é a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

Deputado José Contente (PS): Não havia pobreza em 96!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Havia, mas agora há mais!

O Orador: Eu não vou interromper os vossos apertes. Posso aguardar.

A Sra. Deputada Arlinda Nunes já deu conta da posição do Partido Socialista relativamente a esta questão, mas tendo em conta as intervenções do Sr. Deputado Bruto da Costa eu não posso deixar de intervir muito brevemente para referir apenas duas ou três questões.

Em primeiro lugar, julgávamos nós e julgávamos todos, que as questões referentes à obsessão do PSD à Casa da Autonomia (aliás o PSD está mais preocupado com a Casa da Autonomia do que o Partido Socialista), todas as questões à volta desse assunto, tinham ficado perfeitamente esclarecidas no debate que tivemos ao longo desta semana.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é o que vocês queriam!

Deputado António Ventura (PSD): Isso queria os senhores!

O Orador: Mas posso fazer aqui um anúncio relativamente à Casa da Autonomia.

Eu confesso que não tenho a mínima influência no protocolo do Governo Regional,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não seja modesto!

O Orador: ... mas julgo que posso garantir que todos vocês serão convidados para a inauguração da Casa da Autonomia,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu não vou!

O Orador: ... para um local que com certeza dignificará ao mais alto nível o nosso património autonómico a história das várias gerações de açorianos que muito lutaram para que continuemos a ter o regime autonómico que felizmente temos hoje.

Deputado António Ventura (PSD): Levantaste-te para dizer isso?! Isso já vem tarde!

O Orador: Relativamente à Casa da Autonomia volto a dizer aquilo que foi dito aqui várias vezes ao longo da semana.

Estamos a falar de uma ação do Plano que tem afeta fundos comunitários e que, como sabem, está também condicionada no âmbito do aproveitamento que a Região deve fazer dos fundos comunitários.

Por outro lado, também estamos a falar de uma ação que tem 80% desse valor afeto à requalificação do Palácio da Conceição, uma requalificação importante,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito importante!!!

O Orador: ... relevante e pertinente de um edifício histórico e muito importante para a nossa Região e com grande (terão que reconhecer e terão que concordar comigo) simbolismo autonómico.

Deputado António Ventura (PSD): Está a correr muito mal! A esta hora levantaste-te para dizer isso?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sabemos que para o ano são 4 milhões, e porquê, e por que é que vai ser feito!

Afinal a Arlinda até estava a sair-se bem!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, eu reconheço que a esta hora já é difícil conseguirmos conter-nos, mas a bem da continuidade dos nossos trabalhos apelo a todos que sejam comedidos nos apartes para que todos possam fazer as suas intervenções no mínimo de condições.

Sr. Deputado Berto Messias faça o favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente, e espero que desconte o tempo das interrupções e do barulho que está a fazer a bancada do PSD- Açores neste debate.

Quanto à questão social é a velha história, é a história de sempre, que todos os anos vemos em todos os Planos e em todos os Orçamentos.

O Governo propõe, o Governo apresenta as suas opções, o Governo propõe x, e lá vem a correr o PSD propor x + y.

O Governo apresenta as suas opções, o Governo com base em critérios fidedignos, em critérios responsáveis, em critérios sérios,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: ... em coerência com o património que o Sr. Deputado Bruto referiu há pouco, o património de defesa dos valores sociais e do estado social que o PS sempre defendeu, define as suas ações neste âmbito.

O Partido Socialista e o Governo propõem 100, lá vem a correr o PSD em busca da camisola amarela a propor 150.

Srs. Deputados, isso não nos comove. Estamos certos que os senhores não enganam ninguém,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem a gente quer!

O Orador: ... nem os açorianos se deixarão enganar por estas supostas medidas apresentadas pelo PSD.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Depois digam que estão aqui por culpa do PPM!

O Orador: Os senhores, quer queiram quer não, estão enredados numa profunda contradição sempre que se referem a medidas de apoio social, porque por muito que os senhores digam, por muito que os senhores façam, por muito que os senhores se esforcem, não conseguirão disfarçar.

Entram neste exercício que é no mínimo estranho. Note-se aquilo que faz o PSD-Açores.

Os senhores para fazer politiquice e para capitalizar alguns descontentamentos, num exercício de instrumentalização de situações de emergência social absolutamente inaceitável,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Instrumentalização! O senhor é que andava a pagar prestações de carros antes das eleições

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É preciso ter vergonha! Vamos buscar o vídeo para ver isso! O senhor tem muito património!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: ... tentam capitalizar partidariamente a situação criada em grande medida pelo Governo da República e pela austeridade nacional, criada pelas medidas do vosso Governo da República que tem naturalmente grandes impactos no país, mas tem também grandes impactos negativos na nossa Região.

Deputado António Ventura (PSD): Pagaram prestações de carros!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, o PSD, por muito que se esforce,...

Deputado António Ventura (PSD): Pagaram prestações de carros!

O Orador: ... por muito que tente disfarçar, está completamente enredado numa contradição tremenda...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ao que nós chegámos!

O Orador: ... e absoluta, porque pretende fazer e defender aqui exatamente o contrário do que faz na República e nós naturalmente não podemos compactuar com isso e naturalmente não vamos apoiar as proposta apresentadas pelo PSD neste setor.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ó Berto, e pagar uma prestaçãozinha de carro antes das eleições?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PSD, do PS e os Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu vou dizer-vos isto e espero que seja a última vez.

A noite vai longa e estamos todos cansados. Agora, isto já parece um jardim-escola.

Eu não vou estar a elevar o volume, porque para um falar o outro tem que ouvir. E não é às 4 da manhã que vamos andar aqui a dar lições de boa educação às pessoas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Se tivesse feito isso quando fizeram barulheira na intervenção do Deputado António Ventura nem tinha começado!

Presidente: Portanto, ou vão diminuir os apartes para que as intervenções possam decorrer dentro da normalidade, ou eu vou fazer intervalos até que as

coisas fiquem como devem ser e não saímos daqui hoje nem às 5, nem às 6 da manhã.

Que fique esclarecido: eu não vou voltar a falar neste tom, hoje, neste debate.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É lamentável que o Sr. Deputado Berto Messias venha falar desta problemática em tom de gozo ou de paródia. É algo que eu lamento profundamente!

Sr. Deputado, nós não estamos minimamente preocupados com a festa do croquete com que o senhor pretende inaugurar a Casa da Autonomia. Não é isso que nos preocupa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Estamos preocupados, sim, que o senhor se prepare para pagar vencimentos à missão que vai estar por de trás da Casa da Autonomia: a Sra. Doutora Luísa César, com 2.591 euros e 76 cêntimos ou então os aumentos que os outros membros irão receber, a Sra. Catarina Melo Antunes e...

Deputado André Bradford (PS): Doutora!

O Orador: ... o Sr. José Júlio Ribeiro.

Estamos preocupados é na vossa opção. A vossa opção entre criar um novo instrumento de apoio àqueles que mais sofrem com a pobreza na Região, que são as crianças e os jovens beneficiários do Rendimento Social de Inserção em idade escolar e que a sua colega quer pôr a trabalhar e dar dinheiro para este capricho que é a Casa da Autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Queria também dar outra nota que tem sido falsamente trazida muitas vezes pelo Partido Socialista. Tem a ver com o apoio que é dado às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Vi outro dia escrito por um artigo de opinião de um destacado socialista, criticando o líder do PSD-Açores,...

Deputado Manuel Pereira (PS): E estava certo!

O Orador: ... Duarte Freitas, dizendo a certa altura, e cito:

“...Freitas esqueceu-se que a parte de leão da sustentação financeira das IPSS é feita através de contratos de cooperação com o Governo dos Açores.”

Pois deixem-me dizer que a parte de leão das transferências que servem de financiamento para as IPSS são transferências do Estado...

Deputado Berto Messias (PS): E o que é que isso acrescenta ao debate!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Acrescenta a verdade!

O Orador: Acrescenta muita coisa. Acrescenta o património social.

... e que por acaso em 2014 se situaram na ordem dos 57 milhões de euros, ou seja, afinal quem vai ajudar, quem está a trabalhar o Estado Social nos Açores tem muito pouco a ver com o Governo dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Ávila (PS): Isso é demagogia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo: Em relação à proposta em concreto e porque penso que é fundamental sermos sucintos, de facto, a remota suposta bondade da proposta perde na maldade da contrapartida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Maldade!...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora é que a senhora disse tudo! Termo bem entregue!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é que é uma maldade! Isso é que dói!

A Oradora: Sr. Deputado Bruto da Costa, quanto à segunda questão que colocou agora nesta sua intervenção e que nada tem a ver com a proposta em concreto que estamos aqui a discutir, que contempla um reforço do Fundo Regional da Ação Social (e aliás, como aqui já foi referenciado, o próprio Governo Regional, na sua proposta de Plano, já, desde logo, reforça, em relação ao Orçamentado no ano anterior) ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está no relatório da Comissão!

A Oradora: ... queria apenas dizer-lhe que as transferências do Governo da República para as IPSS são para os acordos de cooperação e financiamento, são para as pensões e para tantas outras questões,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores é que dizem!

A Oradora: ... da mesma forma que todos os açorianos e açorianas, mensalmente, afetam os seus recursos em benefício da Segurança Social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então não é o Governo dos Açores!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então não faça flores com as flores dos outros!

A Oradora: Mas quais flores dos outros?

Srs. Deputados, as flores são dos açorianos. São os açorianos que contribuem para redistribuir, para benefício dos próprios na rede de creches, na rede de jardins de infância, nos ATLS, nos lares de idosos, para participar naquilo que é o diferencial. Aqueles que são mais carenciados não têm disponibilidade para o fazer. É assim que funciona. É esse o registo, com o limite que a Autonomia nos confere nestas matérias...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Secretária, eu disse Governo dos Açores e citei!

A Oradora: ... e que diverge em muito em termos de opções. É muito diferente das opções tomadas a nível nacional.

O senhor sabe muito bem e gosta muito de falar no regime de financiamento das IPSS nos Açores.

Devo dizer-lhe que é exatamente aí que reside a diferença, na forma como nós alocamos os nossos recursos.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e os Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, mas o que é isto?

Presidente: Sr. Deputado, estamos todos em silêncio.

Sr. Deputado Bruto da Costa para uma interpelação tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, só para registar que o Sr. Deputado António Toste Parreira acabou de dizer a seguinte frase: o que é que aquele macaco está para ali a dizer.

Deputado António Parreira (PS): Não foi isso que eu disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Foi, foi!

O Orador: Foi só por isso que eu chamei a atenção e pedi a interpelação.

Eu pedi a interpelação precisamente porque depois do apelo de V.^a Ex.^a, a última coisa que eu esperava, era este tipo de conversas nesta Assembleia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ontem também não gostámos nada dos gestos que o senhor fez?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu? Qual gesto?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu lamento profundamente o rumo que este debate está a tomar e que nem possibilitou que a Sra. Secretária pudesse concluir a sua intervenção.

Sra. Secretária Regional, faça o favor de concluir a sua intervenção.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conforme eu já tinha referenciado, e centralizando-me na questão que o senhor aventou e que tem a ver com o financiamento das IPSS, o que lhe queria dizer a esse propósito, é que o que diverge é a forma de gestão dos recursos, a forma como as opções são tomadas, a forma como os recursos são alocados às IPSS, o financiamento que é diferente, para melhor, na Região Autónoma dos Açores às IPSS.

Vou dar-lhe um pequeno exemplo:

Nos lares de idosos, por exemplo, que é uma das questões que tem sido aqui muito referenciada, há uma diferença substancial entre aquilo que é o valor cliente, opção na Região Autónoma dos Açores, e aquilo que é o preço por utente no continente português.

Em que é que isto diverge e é substancial?

É substancial porque no continente há uma preferência pelos utentes/clientes idosos, cujo rendimento é superior, exatamente porque não há teto máximo. É assim que funciona, Sr. Deputado. É exatamente assim que funciona, ao contrário da Região que, pelo facto de estabelecer um teto de valor cliente em que a comparticipação da Região é diferença entre os 80% da pensão e aquele valor, para as instituições é indiferente acolher um idoso com uma pensão de 200 euros ou de 1000 euros. Isto é substancialmente diferente, Sr. Deputado.

Portanto, as opções em termos orçamentais verificam-se é nestas questões. São nas opções e nas medidas políticas que conduzem à afetação dos recursos.

Era tão só isto que queria dizer neste momento.

Obrigada.

Deputadas Benilde Oliveira e Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Serei breve tendo em conta que o Sr. Deputado Bruto da Costa fez uma referência à qual não posso deixar de reagir quando dizia que eu participava neste debate em tom de paródia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi o que o senhor fez!

O Orador: Sr. Deputado, naturalmente que as questões relacionadas com a emergência social e com a solidariedade social não suscitam da parte do Partido Socialista qualquer tipo de paródia.

Aquilo que é motivo de paródia para nós são as vossas propostas, a vossa postura neste debate e as vossas contradições permanentes entre aquilo que dizem e tentam fazer nos Açores e aquilo que fazem na República,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sobre isso não tenho mais nada a dizer!

O Orador: ... que prejudica não só o país, mas prejudica também obviamente muitas famílias açorianas, tendo em conta a abrangência dessas políticas nacionais.

Aquilo que temos feito, aquilo que continuaremos a fazer é, em grande medida, estar a contraciclo do resto do país, estar a contraciclo daquilo que é feito no continente e daquilo que é feito na Madeira.

Quando nesses sítios a ordem é cortar e reduzir os apoios sociais, nós, com grande esforço, temos a capacidade de manter e nalguns casos aumentar os apoios sociais. Temos visto isso ao longo desta semana: o Complemento Regional de Pensão, o Complemento ao Abono de Família...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó senhor, não minta!

O Orador: ... o Programa de Aquisição de Medicamentos. O Sr. Deputado sabe isso tão bem quanto eu.

Portanto, não pode escamotear aquele que tem sido o esforço do Partido Socialista e do Governo dos Açores nesta matéria.

Não deixa de ser curioso também, além da corresponsabilidade que os senhores também têm na situação de emergência social que muitas famílias vivem devido ao impacto das políticas de austeridade nacional,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem será que as impôs?

O Orador: ... que os senhores estejam permanentemente a queixar-se do grande número e do número significativo de beneficiários do Rendimento Social de Inserção nos Açores e aquilo que propõem é um complemento a esse Rendimento Social de Inserção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem razão, Sr. Deputado Berto Messias!

O Orador: Isso é uma absoluta contradição na nossa perspetiva e isso, sim, Sr. Deputado, permita-me que lhe diga, é que é motivo de paródia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma muito breve.

Eu gostava, Sr. Deputado Bruto da Costa, por isso é que todos os artigos que faço, assino, que quando quisesse fazer alguma referência (não é por uma questão de direitos de autor, mas por uma questão de honestidade e de frontalidade) dissesse quem é que escreveu.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Entendemo-nos todos muito melhor assim.

De resto, eu estou “menente” com a descoberta que fez.

O Sr. Deputado Bruto da Costa parece que descobriu que em termos de gestão e de recolha financeira a Segurança Social em Portugal é um sistema único.

Parece-me que ficou vagamente escandalizado por uma parte das receitas da Segurança Social que autonomamente aplicamos nos Açores virem da República, talvez por pensar que de há três anos a esta parte a República é uma cotada do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não! Não foi isso que eu disse!

O Orador: Então como é que queria que fosse, Sr. Deputado?

Por acaso as contribuições dos açorianos para a Segurança Social também não são centralizadas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que diz que é do Governo dos Açores!

O Orador: Ouça agora se faz favor.

Não é verdade que ao nível da gestão temos nos Açores uma realidade completamente diferente e temos uma rede social completamente diferente?

Não é verdade que ainda assim o Governo dos Açores faz cada vez mais um esforço, paulatinamente, com verbas e receitas próprias, para reforçar os investimentos e a ação social?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, eu não percebi bem o que é que quis dizer.

Já agora, é bom que fique aqui claro que podia também ter citado esta parte do meu artigo, que é verdadeiramente fabuloso, que o PSD tenha a lata de vir para aqui propor um complemento a um subsídio que esse, sim, é nacional, e que pelos visto o PSD acha que é baixo,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador:... mas que deve ser o Governo dos Açores, aqui, a corrigir aquilo que é uma política deliberada e errada do Governo da República do PSD.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É preciso ter lata!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não era para intervir novamente, mas, Sr. Deputado Francisco Coelho, eu não o citei. Eu até disse que foi um destacado membro do Partido Socialista. Peço desculpa não ter dito o seu nome. Não me leve a mal por isso.

Deputado Berto Messias (PS): Foi involuntário!

O Orador: Deixe-me dizer-lhe uma coisa:

Quem quis induzir em erro foi quem disse o seguinte:

“Freitas esqueceu-se que a parte de leão da sustentação financeira das IPSS é feita através de contratos de cooperação com o Governo dos Açores.”

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): E não é?

O Orador: O Sr. Deputado dá esta imagem, como se fosse o Governo dos Açores...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): E é!

O Orador: ... que tem a parte de leão, quando de facto se tratam de transferências, em virtude dos açorianos terem essas contribuições. E fazer-se apropriar de um dinheiro (como se fosse uma benesse que o senhor dá) quando são transferências que são feitas...

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Sr. Deputado, o senhor escreveu como escreveu e as pessoas interpretam como eu acabei de ler.

Deputado Francisco Coelho (PS): Vê-se logo que o senhor tem alguma dificuldade de interpretação!

O Orador: Deixe-me dizer-lhe o seguinte:

Eu é que não percebi qual é a comparação que o senhor quer fazer com o RSI, que nos Açores ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas já vai perceber!

O Orador: ... tem incidência quase sempre do quádruplo (4 vezes mais)...

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor bem sabe!

O Orador: ... que no continente, com aquilo que é feito no continente.

O que eu acho que os senhores deviam perceber de uma vez por todas é que a incidência do RSI nos Açores torna... e esta medida deve ser encarada de uma forma totalmente diferente do que aquela que é no restante território nacional.

Ao contrário do território nacional que tem uma incidência de 2% do RSI na população, nos Açores tem de quase oito e já teve mais.

Portanto, o que estamos a falar é de uma brutal diferença de quase o quádruplo da incidência do RSI.

Portanto, não podemos tratar igual, aquilo que é diferente, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma breve.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu acho que toda a gente percebeu o contexto do meu artigo.

O contexto do meu artigo era que, pelo Sr. Presidente do PSD-Açores visitar uma IPSS na Ribeira Grande, acompanhado pelo respetivo Presidente de Câmara, querendo dar talvez a entender...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Talvez!

O Orador: ... que a IPSS funcionava muito bem, porque ficava num “território” do PSD,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor acha isso?

Deputado Luís Maurício (PSD): Afinal o senhor também interpreta mal!

O Orador: ... o que eu quis dizer e que toda a gente percebeu, foi que o acordo de cooperação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal quem não percebeu nada não fui eu!

O Orador: ... foi com o Governo Regional e é o Governo Regional, para o bem e para o mal, o principal parceiro das IPSS nos Açores.

Toda a gente percebeu isso, menos o Sr. Deputado Bruto da Costa.

Mas é muito interessante o seu sentimento proprietário da receita do Governo da República.

Afinal, nós não temos mérito nenhum ao gerir o dinheiro, porque (deu a entender o Sr. Deputado!) o Governo da República é que o dá.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não! São os açorianos é que dão!

O Orador: Esse raciocínio, levando ao extremo, explica muita coisa.

Afinal não temos mérito nenhum!

Aliás, essa coisa das transferências, a título de solidariedade do Governo da República, deve mesmo diminuir...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não! Tem aumentado até!

O Orador: ... porque afinal o que nós fazemos é usar o dinheiro dos outros! Não foi isso que o senhor disse?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Usar o nosso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado João Bruto da Costa, muito obrigado.

Tivemos alguma dificuldade deste lado, mas agora já percebemos o voto do PSD a respeito de não querer que o diferencial fiscal seja devidamente compensado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições pelo que vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Oitenta mil pessoas, crianças e jovens, fragilizadas em troca da Casa da Autonomia!

Presidente: A Sra. e o Srs. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 7.2.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora à proposta de alteração do CDS à ação 7.2.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 7.3.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PPM à ação 7.4.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: A proposta apresentada pelo PCP para a criação da ação 7.4.25 está prejudicada, uma vez que apresenta como contrapartida uma ação do Programa 1, pelo que avançamos novamente para as propostas de alteração do PPM.

Eu vou apenas indicar a ação, por uma questão de pouparmos aqui algum tempo.

Ação 7.5.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 7.5.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 7.5.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 7.5.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 7 com as alterações que lhe introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 7 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 20 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Entramos agora o Programa 8.

A primeira proposta de alteração está prejudicada (era do Bloco de Esquerda), por contrapartida em programas já encerrados.

A segunda proposta de alteração à ação 8.1.1 é do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passo agora a colocar à votação a proposta de alteração do PPM à ação 8.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PCP para a criação de uma ação 8.1.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: A proposta do Bloco de Esquerda para alteração desta ação fica também prejudicada por contrapartida em programas já encerrados, assim como também as duas propostas de criação da ação 8.1.6 e 8.1.7 apresentadas pelo PCP.

Por isso avançamos para ação 8.2.1 com a proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: O PCP também propunha uma alteração à ação 8.2.2 que fica prejudicada.

Por fim a proposta de alteração do PPM para a ação 8.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Votamos agora o Programa 8 com as alterações que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 8 foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para as propostas de alteração ao Programa 9.

A primeira proposta de alteração é do PPM e é para a ação 9.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como todos sabem, ao fim de 38 anos o desporto federado chegou ao Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Atleta federado!

O Orador: Temos hoje 60 atletas, um dos quais sou eu.

(Risos e aplausos da câmara)

Sra. Presidente, eu não percebo esta reação da câmara.

(Risos da câmara)

Não consigo perceber.

Mas o que é importante, Sra. Presidente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está mais elegante!

O Orador: Sra. Presidente, espero que tenha descontado este tempo. Não descontou?

(Risos da câmara)

O que é importante realmente aqui – não posso defender em termos de mérito desportivo, porque não tenho tempo - ...

(Risos da câmara)

Devo dizer-vos o seguinte: não é com 1500 euros que nós vamos lá (nós, os 60 atletas federados!), por isso eu defendo aqui um reforço desta verba.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado, pelo seu esclarecimento.

Vamos votar, Sras. e Srs. Deputados, a proposta de alteração apresentada pelo PPM: criação de uma ação 9.2.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah! É assim?!

(Risos da câmara)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, por favor. Estamos a votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 9.2.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, o que é que estamos a votar?

Presidente: É do PPM!

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah, está bem!

(Risos da câmara)

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

(Risos da câmara)

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

O Orador: Tem a ver com a forma como V.^a Ex.^a está a conduzir os trabalhos.

(Risos da câmara)

Não, não vou protestar.

Vou só referenciar, Sra. Presidente.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pergunta-lhe o que é que estamos a votar.

E a Sra. Presidente diz: uma proposta do PPM.

A Sra. Deputada Zuraida diz: ah, está bem!

(Risos da câmara)

Eu acho que há aqui uma condução dos trabalhos que me prejudica, Sra. Presidente.

Portanto, nesse sentido, Sra. Presidente, o que lhe solicito é que passe a identificar a ação 8.1.16, por exemplo, ou 9.4.7, que era o caso.

Portanto, Sra. Presidente, era só esta chamada de atenção em relação à condução dos trabalhos.

Presidente: Sr. Deputado, vai desculpar a forma como eu lhe vou dizer isto, mas é que a Sra. Deputada Zuraida Soares fez uma interpelação no início das votações dizendo que se iria abster em todas as propostas de alteração do PPM.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Podia ter mudado de opinião!

Presidente: Como tal, se era em todas, bastou dizer à Sra. Deputada que estávamos a votar uma proposta de alteração do PPM para a Sra. Deputada Zuraida Soares saber o seu sentido de voto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem toda a razão!

Presidente: Portanto, não me parece que com isso o tenha prejudicado de forma alguma, aliás, longe de mim fazê-lo.

Deputado Anibal Pires (PCP): Penitencia-te e pede desculpa!

Presidente: Vamos continuar as nossas votações.

A proposta de alteração que se segue é do PCP e é para a ação 9.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos então agora à proposta do PPM para esta mesma ação 9.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à ação 9.3.2 e é uma proposta de alteração apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos à ação 9.3.3, proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Proposta de alteração do PPM para a ação 9.3.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PPM para a ação 9.4.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora nesta mesma ação à proposta de alteração apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: As próximas cinco propostas de alteração são do PPM, por isso vou limitar-me a indicar a ação. Têm que ser votadas separadamente porque são de ações diferentes.

Ação 9.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 9.4.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 9.4.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Ação 9.4.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Proposta de alteração para a ação 9.4.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Por fim a proposta de alteração do PS à ação 9.4.20.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Concluimos assim as propostas de alteração do Programa 9. Vamos votá-lo com as alterações aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 9 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto a contra do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 10.

A primeira proposta de alteração apresentada pelo PCP é para a criação da ação 10.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: A próxima proposta é também de criação de uma ação, a 10.1.7, apresentada pelo PCP.

Sra. Deputada Benilde Oliveira tem a palavra.

(*) **Deputada Benilde Oliveira (PS):** Sra. Presidente, para uma intervenção sobre a ação 10.6.

Não sei se ainda posso fazer uma pequena intervenção. É sobre a 10.6.

Presidente: Pode, pode. Claro que sim, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria em primeiro lugar agradecer a preocupação que o Sr. Deputado do PCP teve com esta ação. Gostaria, contudo, lembrar que os Governos do PS investiram cerca de 25 milhões de euros em diversas obras que trouxeram mais segurança e estabilidade à Ribeira Quente.

A hipótese de um caminho alternativo nunca foi posto de parte, sendo que foram feitos estudos que demonstraram a sua inviabilidade técnica.

A segurança das pessoas continua a ser e será sempre uma prioridade deste Governo e os investimentos na Ribeira Quente não são uma exceção, tendo sido já feito investimentos de 500 mil euros em 2014 na correção dos Taludes danificados e, numa segunda fase, em 2015, irá ser investido 1 milhão e 55 mil euros no atual acesso por ser o mais seguro.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então votar a criação da ação 10.1.7, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos à próxima proposta do PCP: criação da ação 10.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é também do PCP, propõe criar a ação 10.1.9. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: A próxima proposta de alteração é do PPM e propõe alterar a ação 10.2.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: A próxima proposta de alteração é do PCP e é para a ação 10.2.14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Partido Socialista votou contra esta proposta do PCP...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Não pode fazer declaração de voto!

O Orador: ... não porque não reconheça o valor da proposta, mas esta ação está exatamente contida já no Plano.

Presidente: Sr. Deputado, eu peço desculpa de o interromper, mas não são permitidas declarações de voto...

O Orador: Peço desculpa.

Presidente: Teria que ser feita a sua intervenção antes.

Vamos continuar as nossas votações.

Proposta do Bloco de Esquerda para dotar a ação 10.2.30.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: A proposta de alteração do Bloco de Esquerda à ação 10.3.2 e à ação 10.7.4 estão prejudicadas por terem contrapartidas em programas encerrados, assim como as propostas de alteração do PCP que cria as ações 10.7.5, 10.8.3, a 10.8.4...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 10.9.5.

Presidente: ... e a 10.9.5. Muito obrigada, Sr. Deputado, pela sua colaboração.

Presidente: Sendo assim, avançamos para a ação 10.9.10, criada por proposta do CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora para o PPM e para a criação da ação 10.10.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: A última proposta de alteração neste Programa 10 é do CDS e propõe criar a ação 10.11.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Votamos agora o Programa 10 com as alterações aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 10 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: No Programa 11 temos apenas 2 propostas de alteração. Uma está prejudicada, que é a do PCP, a outra é do PPM que cria a ação 11.2.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Votamos agora o Programa 11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 11 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Entramos no Programa 12. Todas as propostas do PCP apresentadas para este Programa estão prejudicadas, por isso já não necessito de as enumerar.

Passamos agora para a proposta de criação de uma ação 12.1.13, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta do PS para criar ação 12.1.13.

Sr. Deputado Paulo Borges tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com esta proposta pretendemos manter nos Açores a luta contra as espécies invasoras, sem dúvida um dos maiores problemas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já é um bocadinho tarde para isso!

O Orador: ... que temos nos Açores em termos de sustentabilidade das florestas nativas.

Na prática, o que se pretende é manter uma janela aberta para as maravilhosas florestas nativas dos Açores que tão bem Gaspar Frutuoso descreveu na sua “Saudades da Terra”, protegendo as cerca de 450 espécies endémicas dos Açores, garantindo a sustentabilidade dos ecossistemas naturais dos Açores e garantindo o serviço de ecossistemas fundamentais como a reciclagem dos nutrientes, a qualidade da água, a colonização, etc..

Também queremos garantir que não haja no futuro a expansão de espécies exóticas para novas áreas sensíveis e garantir que zonas fantásticas dos Açores, como a Caldeira da Serra de Santa Bárbara, o Caveiro no Pico, a zona do Topo em São Jorge, o Morro Alto na Ilha das Flores ou a Caldeira do Faial, se mantenham zonas de elevado nível de qualidade ambiental.

Deputado António Parreira (PS): Muito bem!

O Orador: Deste modo, o PS pretende manter este tipo de iniciativas de combate às espécies invasoras e essa será sem dúvida uma missão que teremos

que continuar nos próximos anos e décadas, se quisermos manter os Açores sustentáveis e a natureza dos Açores como sendo uma janela para algo de prístino e sustentável.

Obrigado.

Deputados André Rodrigues e Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não vou falar tão lentamente como o Deputado Paulo Borges. Vou ser mais rápido, rápido e incisivo.

Acho muito interessante que o Partido Socialista tenha acabado de reprovar uma proposta do CDS que visava exatamente o combate às invasoras com a valorização energética ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vá-se habituando, Sr. Deputado!

O Orador: ... da biomassa dessas mesmas invasoras...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... conseguindo fazer exatamente a mesma coisa, dois em um.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado ainda não tinha percebido!

O Orador: Haja paciência para compreender a vossa falta de coerência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): A gente explica-lhe! Não é preciso ter paciência!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente esta proposta do Partido Socialista, mas não resiste a lembrar ao Sr. Deputado e cientista que já houve um tempo nesta Região em que as invasoras se tratavam de uma maneira muito simples: deitava-se a baixo uma parte da ilha...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): A senhora nunca conseguiu ultrapassar esse trauma!

A Oradora: ... e ficavam as invasoras todas, todas tratadas da vida. Foi dito daquela tribuna, pelo Dr. Álamo Meneses, quando era Secretário do Ambiente, a propósito da Fajã do Calhau.

Eu não posso deixar de recordar que é sempre bom aprender.

Afinal o Partido Socialista aprendeu alguma coisa!

Há outra maneira de tratar as plantas invasoras que não deitar a baixo parte da ilha, no caso São Miguel.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A última proposta para este Programa é do PPM. Propõe criar a ação 12.7.17.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos então agora votar o Programa 12 com a alteração que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 12 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Em relação ao Programa 13 temos apenas uma proposta de alteração do PPM, que cria a ação 13.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação o Programa 13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 13 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos então agora ao Programa 14, com a criação de uma ação 14.1.4, proposta pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: A segunda proposta é também do PPM. Cria a ação 14.1.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 14 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, o Plano Anual Regional para 2015 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos fazer um breve intervalo. Regressamos às 5:00H.

Eram 4 horas e 49 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 5 horas e 09 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos. Vamos iniciar o debate e votação relativos à Proposta de Decreto Legislativo Regional...

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma declaração de voto em relação ao Plano.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Dado o adiantado da hora vou realizar uma declaração de voto curta.

Quero aqui referir que as diferenças que nós temos em relação ao Partido Socialista ficaram bem patententes.

Devo dizer também que algumas das nossas propostas que apresentámos, nomeadamente a nível da Ilha do Corvo e também de carácter regional, as propostas mais substantivas acabaram por não ser apoiadas e aprovadas pela maioria do Partido Socialista.

No entanto, para não dispersar esta intervenção, deixem-me centrar numa questão que considero que é essencial.

Se trago este assunto a esta câmara e a esta hora, não é com o propósito de causar uma polémica gratuita, é porque eu acho que é fundamental que se discuta a sério e que aqui deixe, nesta declaração de voto, aquela que é a minha opinião em relação a esta matéria e que motivou obviamente o meu sentido de voto.

Tem a ver com a Casa da Autonomia.

Eu não discuto pessoas. Não se coloca a questão como uma guerrilha de carácter pessoal, quem é o coordenador, quem tem essas funções ou seja quem for. Eu não discuto pessoas!

O que tenho que discutir, o que tenho que aqui afirmar no âmbito desta declaração de voto é que ficou provado que esta obra, esta iniciativa, não recolhe o apoio de uma parte muito significativa dos partidos políticos representados neste Parlamento.

Ora, uma obra, uma Casa da Autonomia, tem que reunir consenso, porque a Autonomia é de todos, a Autonomia é um conceito abrangente em que ninguém pode ficar de fora e muito menos uma força política que tem a responsabilidade de governar a Região se pode apropriar do património que é de todos, que é o património da Autonomia e do autogoverno dos Açores.

Por isso, este projeto não recolhe consenso junto da sociedade açoriana, não recolhe o apoio por parte da maior parte das forças políticas da oposição.

Deputado José Contento (PS): Está a fazer uma intervenção!

O Orador: Por isso não tem viabilidade política e na minha perspetiva não tem nenhuma condição para que possa concretizar aquele que é o seu propósito, ou seja, uma casa em que estão todos representados e que é um ponto de união entre todos.

O projeto não recolhe. Não recolhendo estas condições, obviamente é um projeto que do ponto de vista político, do ponto de vista institucional, do ponto de vista do apoio popular, não tem condições para avançar.

Era esta reflexão que eu gostaria de deixar no âmbito desta declaração de voto.

Considero que é um erro muito significativo, um erro com consequências nefastas como se viu, porque não recolhe o propósito de união, pelo contrário, gera a divisão entre os autonomistas, gera a divisão entre os açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar nos nossos trabalhos.

Como estava a dizer, iniciamos agora o debate e votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional 42/X – Aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2015.**

Vamos começar pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada, Orçamento da Região Autónoma dos Açores, foi, na generalidade, aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos então agora iniciar o debate e votação na especialidade.

Os primeiros três artigos deste diploma não têm propostas de alteração, por isso proponho que os votemos em conjunto.

Não? Então vou colocar à votação os 3 em separado.

Artigo 1.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Artigo 2.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 3.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Começamos então agora com as propostas de alteração.

A primeira é do PCP para o artigo 4.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos então votar o artigo 4.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Está à votação do artigo 5.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Está então agora à votação do artigo 6.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está à votação o artigo 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação do artigo 10.º, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos então votar o artigo 10.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto contra do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PSD para o artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Ficam assim prejudicadas as propostas de alteração que tinham sido apresentadas pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda.

Coloco então agora à votação o artigo 12.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Eu pergunto se posso votar o 13.º e o 14.º... Eu bem que tento.

Está à votação então o artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação ao artigo 15.º apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto contra do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Estão então agora à votação a proposta de aditamento, artigo 15.º-A, proposta pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração ao artigo 16.º apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação do artigo 16.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto contra do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, artigo 16.º-A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM ao artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto abstenção do BE.

Presidente: Vamos então votar agora o artigo 17.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Do artigo 18.º ao 26.º não há propostas de alteração. Posso votá-los em conjunto?

(Pausa)

Então é um a um. Não vale a pena...
Artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 19.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação os artigos 20.º e 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 22.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 23.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 24.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 25.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 26.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos então agora à proposta de aditamento, artigo 26.º-A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PCP ao artigo 27.º.

O Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se a Sra. Presidente me permite eu faria aqui referência a mais do que uma proposta de alteração.

No caso concreto tem a ver com o limite do vencimento dos gestores públicos ao nível do vencimento dos Secretários Regionais, até porque se assim não for isso pode induzir algumas distorções em termos hierárquicos. Portanto, julgamos que ficaria melhor e mais claro se assim fosse.

Temos 14 propostas de alteração. Algumas delas entretanto foram votadas, mas eu gostaria de me referir aqui a duas ou três, designadamente ao artigo 28.º-A onde propomos o aumento do acréscimo ao salário mínimo regional de 5 para 7,5% e espero que haja alguma evolução nesta câmara, até porque as preocupações que há pouco aqui foram manifestadas sobre a pobreza e o número de açorianos que estão em situação de apoio social, é uma preocupação central do PSD.

O PSD pode dar aqui uma ajuda preciosa...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sim, o PSD é que vai aprovar esta proposta de alteração!

O Orador: ... votando favoravelmente esta proposta do PCP, porque parte da resolução desse problema tem a ver exatamente com os baixos salários.

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP, face às preocupações expressas pelo PSD, espera apoio do PSD a esta proposta.

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: E V.^a Ex.^a também, porque já vai na abstenção. Portanto, pode passar ao voto favorável.

Quanto aos Complementos Regionais de Pensão e de Abono de Família propomos também, no caso do Complemento Regional de Pensão aumentá-lo para 60 euros, e no caso do Complemento Regional de Abono de Família um aumento de 10%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Conte connosco!

O Orador: Refiro ainda a suspensão das taxas moderadoras para 2015.

Julgo que são propostas que deviam merecer o apoio desta câmara, até porque se as preocupações foram aqui refletidas ao longo destes dias relativamente à

situação social e económica da Região, não vejo por que não tenham apoio e não sejam aprovadas estas propostas do PCP.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está então à votação a proposta de alteração do PCP ao artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do CDS a este mesmo artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Considerando que a proposta do PPM é de igual teor à do PCP, fica naturalmente prejudicada.

Sendo assim vamos votar o artigo 27.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 28.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação agora a proposta de aditamento, artigo 28.º-A, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração ao artigo 29.º, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 29.º da proposta, com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PCP ao artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração ao artigo 31.º apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está à votação o artigo 31.º com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PCP, ao artigo 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 32.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está à votação do artigo 33.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 34.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP a este mesmo artigo 34.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto abstenção do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração para este mesmo artigo, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 34.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento, artigo 34.º-A, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento do PCP, artigo 34.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PSD, artigo 34.º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PCP, artigo 34.º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PCP ao artigo 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 35.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 36.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo CDS, artigo 36.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação do artigo 37.º, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 37.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação, em conjunto, os artigos 38.º e 39.º.

Está então à votação os dois artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento, artigo 39.º-A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento do PPM, também para o artigo 39.º-A.

Não fica prejudicada porque são questões diferentes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falta de palavra! É muito grave!

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Pergunto à câmara se posso votar os últimos três artigos. Não? Então artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 20 votos contra do PCP.

Presidente: Está à votação os artigos 41.º e 42.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Havia duas alterações aos mapas, mas considerando que as propostas de alteração aos artigos que implicavam estas alterações foram chumbadas, ficam prejudicadas estas propostas de alteração.

Sendo assim, vamos fazer a votação final global do Orçamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2015, foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD votou contra o Plano e o Orçamento e já explicitou as razões para esta decisão. Foi anunciada antecipadamente.

Como aconteceu recentemente na República com o Líder do Partido Socialista que ainda antes de conhecer o Orçamento Geral de Estado já tinha dito que ia votar contra e apresentou propostas de alteração, nós fizemos o mesmo aqui.

O Partido Socialista na República não o criticou, mas aqui criticou o PSD por tal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Fizemo-lo convictamente porque demos todas as oportunidades, contributos, disponibilidade para o diálogo ao longo dos últimos dois anos, para que o Governo pudesse resgatar um pouco as vítimas da sua governação à situação de drama social em que vivemos.

Mas acontece que nestes dois anos acabámos por ficar pior do que estávamos. Temos mais desemprego, temos mais pobreza, temos pior saúde, temos pior educação.

Por isso, ao maior partido da oposição já não resta outra hipótese senão afirmar aquilo que tem que afirmar: por um lado que já não acredita que este Governo possa governar bem, que mesmo que este fosse um bom orçamento no papel não iria ser bem executado porque este Governo não tem capacidade. Afirmer também uma alternativa política. É isso que nos compete.

Por isso, também apresentámos um conjunto de propostas aqui a priorizar aquilo que entendemos que deve ser a prioridade, que é a área do social, com uma medida inovadora da criação do Complemento do Rendimento Social de Inserção para Crianças e Jovens em idade escolar e com o aumento das pensões de sobrevivência e também do abono de família.

Além de outras propostas que já tínhamos apresentado na área social, também apresentámos propostas legislativas e políticas também na área económica.

Aliás, faço lembrar que entre as dezenas e dezenas de propostas políticas que o PSD-Açores já apresentou, também aqui, em termos de iniciativas parlamentares é o partido recordista nas propostas, com 44 propostas, enquanto que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por exemplo, tem apenas 16.

Por aqui também se vê aquilo que é a capacidade de propositura e de iniciativa.

Quero também dizer que neste debate ficou bem patente algo que é muito relevante e que denota uma grande evolução de há dois anos para cá.

É que o maior partido da oposição passou de irrelevante a merecer 13 dos 18 minutos de intervenção do Líder Parlamentar do Partido Socialista, e 21, dos 37 minutos de intervenção do Presidente do Governo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Acho que atingimos a maturidade. Muito obrigado pelas vossas dedicatórias,...

Deputado Berto Messias (PS): Sempre às ordens!

O Orador: ... significam bem aquilo que veem no PSD-Açores.

Nós vamos continuar a trabalhar para merecer a confiança das vossas críticas, porque temem aquilo que nós estamos a fazer.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Quero dizer um pouco mais.

Acho que também foi aqui bem patente algo que de alguma forma é preocupante, porque se já era habitual nos Açores o maior partido da oposição ser o partido mais criticado e não o Governo, hoje ultrapassámos todos os limites com a falta de autocontrolo, com a agressividade sem limites e com uma postura que não dignifica o chefe do Governo...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mas talvez um líder de facção partidária na oposição dos mais radicais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso também é sintomático do que se passou hoje aqui, talvez porque quem não tem capacidade de mando, quem é indeciso, acaba por ser forte naquilo que pode, que é nos argumentário e nas críticas aos adversários. Foi também isso que hoje aqui se passou, mas quero agradecer ao Sr. Presidente do Governo por esta dedicatória e por pensar que o PSD é uma ameaça e por isso dedicar tanto tempo à atacar o líder da oposição, a oposição e o maior partido da oposição, que é o PSD-Açores.

Mas por nós não vamos perder muito tempo com isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados do Partido Socialista.

Vamos continuar a dedicar o nosso tempo às pessoas, aos projetos, à criação de uma alternativa.

Já o estamos a fazer. Neste momento já podemos dar por conseguido que vamos ter impostos mais baratos, vamos ter passagens mais baratas, vamos ter o aumento do salário mínimo e vamos ter os fundos comunitários a rolar.

Isto é importante para os Açores, para as açorianas e para os açorianos que estão em crise.

Aquilo que une o Partido Socialista é o ataque ao PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que motiva o PSD é ajudar as pessoas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Enquanto o Partido Socialista e o Governo se preocupam em atacar e perdem tempo com o PSD-Açores, nós vamos tentar, como fizemos hoje com dois terços da intervenção pela positiva, olhar para as pessoas e responder às suas inquietações, ambições e ansiedades.

Muito obrigado.

Deputados António Marinho e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Chegados ao fim da discussão do Plano e Orçamento fica demonstrado que o Partido Socialista e o seu Governo, apesar de todas as declarações mais ou menos pungentes sobre a situação de desemprego de milhares e milhares de pessoas, mantêm inalterável o rumo das suas políticas, esperando que a cada trimestre que passa este diminua umas décimas por via do desânimo das pessoas que já não se inscrevem em nenhum organismo, por via da emigração ou por via dos placebos convertidos em programas que no geral adiam os problemas mas não os resolvem.

É, aliás, interessante ver a disputa discursiva sobre esta matéria e mimética do Governo da República na saudação às décimas que surgem eventualmente em cada trimestre de baixa do desemprego. Mas enquanto isto se passa, milhares de pessoas sofrem e não podem esperar mais trimestres.

Pôr as pessoas em primeiro lugar exigiria medidas corajosas, rapidez de execução e empenhamento reforçado. De facto, tudo isto existe, mas está reservado aos PIR's, às PPP's ou a algo semelhante.

Por outro lado, quando há emprego, é em boa verdade falho de direitos e de condições de dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras que o conseguem.

Mas tudo isto não é de admirar, é a tradução, na prática, na sua versão inteligente ou fofinha do tratado do orçamento, ou de forma mais simples, a austeridade fofinha do Partido Socialista.

O combate à pobreza dentre desta linha de pensamento tem a sua expressão simbólica na proposta de 2% de aumento do cheque pequenino, expressão da política alternativa do PS à política do Governo do PSD/CDS.

Registamos ainda que o ataque político feito pelo PS à desastrosa política sobre a ciência do Governo PSD-CDS é pura retórica, pois todas as propostas nesse sentido que elevariam para 1% a percentagem do PIB de investimento na Região em ciência, e mesmo assim ficaríamos muito longe da média europeia, foram rejeitadas pela maioria.

O nosso voto contra este Plano e Orçamento está pois mais do que justificado. Para nós as pessoas estão realmente primeiro.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS partiu para a discussão destes documentos com uma postura construtiva e disponível para entendimentos.

Não somos responsáveis, obviamente pelo Plano e Orçamento do PS, nem somos tão pouco responsáveis pela sua execução e pela política do Partido Socialista, mas conseguimos aqui apresentar um conjunto de propostas muito válidas que vão beneficiar não o CDS, não o PS, nem qualquer dos partidos aqui. Vão sobretudo beneficiar os açorianos. É isso que nos interessa.

Foi isso que aqui procurámos. Longe da trica e da pequena política partidária, procurámos aqui pôr ao serviço dos açorianos o melhor que sabíamos e podíamos.

Conseguimos propostas muito interessantes na área do ambiente, na área da agricultura, na área da economia, até geradoras de postos de trabalho e de novos empregos.

Gostaria de destacar três propostas:

Um Plano Integrado das Fajãs de São Jorge, uma proposta muito interessante com um plano com um potencial enorme de desenvolvimento ambiental, turístico e económico.

Gostaria também de destacar o aumento de reforço de verba nos cuidados paliativos, que tão necessários são implementar nesta Região, mas sobretudo destaco o aumento de diária (o CEDO) do Complemento Especial para o Doente Oncológico, aumento em 20 euros da diária dos doentes oncológicos.

Se é grato trabalhar para os açorianos de uma maneira geral, é particularmente grato para aqueles que mais sofrem e mais precisam e, neste caso, os doentes.

Conseguimos frontal e lealmente, entendimentos com o Partido Socialista e o Governo, sempre a favor dos açorianos e isso obviamente dignifica a atividade política.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apoiou estes importantes documentos provisionais por razões formais e processuais e por razões substantivas.

Por razões formais e processuais porque mais uma vez o Governo e também o Partido Socialista que o suporta, muito para além dos deveres legais e institucionais de audição, promoveu de forma aberta e interessada a audição e chamou à participação um conjunto variado de entidades da sociedade civil, das empresas, dos sindicatos, das IPSS, das associações patronais, das associações ambientais que deram com certeza um importante contributo e que nos influenciaram positivamente na feitura e elaboração deste documento.

Para além disso, essa abertura foi revelada não só na sua elaboração mas também na sua aprovação.

Constatámos a forma como o Partido Socialista teve uma vez mais oportunidade de aprovar propostas de diferentes partidos, aliás de todos os partidos da oposição. É claro que alguns poderão considerar pouco, mas é claro que se pensarmos no exemplo recente do Governo da República (muito recente!) em que em mais de quatro centenas de propostas aprovou uma, havemos de convir que estamos no bom caminho ao nível da participação e do respeito substantivo pela democracia e pelas oposições.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Mas também é evidente que estes documentos, numa altura difícil ao nível económico, financeiro e de rumo político e de valores da União

Europeia e da República, denotam também uma vez mais uma clara priorização dos setores sociais.

Efetivamente é nossa preocupação, sendo essa aliás uma das raízes e fundamentos da Autonomia, não só compensarmos tanto quanto possível a história e a geografia, mas também e mais recentemente fazermos um esforço para compensarmos as políticas neoliberais e os cortes do Governo da República.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É verdade, assumimo-lo e confessamo-lo, já é mais estranho, porém, que aqueles que são da cor e da equipa dos líderes do Governo da República, sem criatividade, sem soluções e sem chama, apenas se lembrem de propor alterações no sentido da Região compensar aquilo que o seu partido e o seu Governo cortou.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Parece-nos que esta política de fazer o mal e a caramunha, não pode passar politicamente impune.

Deputados Francisco César e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Depois há aqui também uma ideia que começa a ser confessada. O Governo da República, o PSD, com bastos aliados infelizmente nos Açores, tem um propósito claro de que esta câmara e os açorianos têm que estar muito atentos.

Há o propósito claro de espoliar a autonomia dos seus recursos financeiros, para impedir que a autonomia possa prosseguir a política que a situação exige e que os açorianos merecem.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Não vamos deixar de o denunciar. O que se passou ao nível do diferencial fiscal é bem um exemplo disso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Depois, para além dos complementos, daquilo que já existe e daquilo que os próprios cortaram, também não pode ser deixado impune, como aliás assertiva e oportunamente lembrou o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, a importância ridícula, despropositada e demagógica que o PSD resolveu dar ao projeto da Casa da Autonomia.

Deputado António Marinho (PSD): Há coisas que doem!

O Orador: Efetivamente confundiram o Palácio com a Casa. E depois, quiseram confundir (quiseram confundir!) a nomeação, ou a pessoa, da indigitada primeira coordenadora da Casa, com uma incompreensível animosidade pessoal.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): A necessidade do senhor trazer essa tónica!

O Orador: Pensamos que não é essa a forma de fazer política.

Esta câmara aprovou de forma inequívoca os importantes documentos que o Governo lhes propôs.

Está assim a Região e o seu Governo...

(Aparte inaudível do Deputado Luís Rendeiro)

O Orador: Sr. Deputado Rendeiro, não vale a pena torturar a verdade. Deixe-me falar.

... dotada dos meios jurídico-financeiros necessários para, com estabilidade, prosseguir no cumprimento do seu programa a bem dos Açores e a bem dos açorianos.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que o aqui se passou no âmbito da votação do Orçamento possui, para mim, para os valores que eu defendo, uma enorme gravidade.

Eu devo dizer que me habituei na vida política a cumprir rigorosamente os compromissos que assumo, com todas as consequências. Mas compromisso assumido é compromisso cumprido da minha parte.

O que posso dizer é que hoje fiquei sem dúvidas em relação ao que se passou com a questão da História, Geografia e Cultura dos Açores.

O que motivou a minha votação a favor do Plano do ano passado e a abstenção no Orçamento foi o compromisso assumido pelo Governo Regional em relação a esta matéria. Esta questão para mim era fundamental.

Alterei o meu sentido de voto e o sentido de voto do meu partido, que ao longo dos anos foi negativo, porque confiei na palavra do Governo Regional (confiei na palavra do Governo Regional!).

Eu tinha algumas dúvidas se a medida aqui aprovada por unanimidade o ano passado não tinha sido implementada por incompetência e incúria ou se, pura e simplesmente, eu tinha sido enganado.

Hoje, confirmei que fui enganado, porque apresentei exatamente a mesma proposta, porque o compromisso mantinha-se. Alterei o ano letivo, porque não se concretizou e então o compromisso mantinha-se.

Eu já não posso votar de forma diferente aquilo que fiz o ano passado, eu já não posso alterar o meu voto em relação ao Plano do ano passado e em relação ao Orçamento do ano passado. Não posso! Já votei! Está nos registos! Está no histórico! Fica para a prosperidade.

Fui aqui enganado nesta matéria.

Meus senhores, isto para mim é de uma enorme gravidade. Eu não tenho qualquer tipo de problema em assumir todas as responsabilidades políticas por uma decisão que tomo, mas não aceito, nunca aceitei em toda a minha vida e não vou aceitar, que quebrem um compromisso político em relação ao PPM, em relação à minha votação, em relação à seriedade com que se assumem os compromissos.

Eu não posso daqui para a frente confiar na palavra do Governo Regional nesta matéria e isto não pode sair impune desta câmara.

Portanto, quero aqui anunciar duas coisas:

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Sra. Presidente, deixe-me terminar, com certeza.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas vá lá!

O Orador: Termino, Sr. Deputado.

A primeira é que o PPM, a partir de agora, quebra a relação institucional com o Governo Regional, o que significa que não vamos a nenhuma reunião...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor já fez isso!

O Orador: ... porque eu não confio no Governo Regional. Quebro a relação institucional com o Governo Regional.

A relação daqui para a frente vai manter-se estritamente naquelas que são as relações parlamentares. Primeiro ponto.

Deputado Berto Messias (PS): Mas o senhor já fez isso!

O Orador: Segundo ponto:

Decidi hoje recandidatar-me para...

Presidente: Sr. Deputado, isso já não é uma declaração de voto.

O Orador: Sra. Presidente, eu peço-lhe desculpa. Deixe terminar. Não censure a minha intervenção.

Presidente: Mas isso já não é uma declaração de voto.

O Orador: É absolutamente inconcebível.

Presidente: Isso não é uma declaração de voto, Sr. Deputado.

O Orador: Eu neste momento estou a dizer quais são as consequências que tirei e retirei, e por que é que fiz a votação que fiz. Portanto, vou concluir a intervenção a dizer que a partir de agora eu considero que é absolutamente fundamental, e tinha dúvidas em relação a esta matéria, se iria ou não continuar esta luta política.

Eu considero que é absolutamente fundamental continuar a luta política contra um Governo que não cumpre a sua palavra, contra um Governo que não assume a sua responsabilidade. Esta é a segunda consequência que retiro em relação a esta atitude...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Segunda e última!

O Orador: ... e ao meu compromisso é continuar esta luta em 2016.

Termino, Sra. Presidente, dizendo o seguinte:

O que se provou é que esta governação de 18 anos do Partido Socialista nos trouxe para os piores resultados do ponto de vista macroeconómico, que nos trouxe para os piores resultados do ponto de vista da saúde, da educação, do desemprego, das desigualdades sociais. Nada foi resolvido durante estes dois anos, pelo contrário, as dificuldades incrementaram-se.

Do ponto de vista do sentido de voto em relação a estes documentos do Orçamento e do Plano, o sentido de voto do PPM só poderia ser votar contra...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

... a continuação da mesma estratégia, contra a concretização da mesma planificação do ponto de vista orçamental, e contra aqueles que têm sido os graves problemas que a governação do Partido Socialista nos trouxe até a este momento.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Termine, Sra. Presidente.

Por isso a nossa votação foi contra o Plano, contra o Orçamento e uma votação que eu considero absolutamente fundamental e coerente com aquelas ideias que temos defendido ao longo deste debate.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, com o pouco ânimo que ainda me resta, não posso deixar de agradecer a todos, às Sras. e aos Srs. Deputados, ao Sr. Presidente do Governo, às Sras. e aos Srs. Membros do Governo e aos serviços da Assembleia por esta longa jornada de trabalho.

Agora sim vou ler a Proposta de Deliberação final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de novembro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão assim concluídos os nossos trabalhos.

Uma boa noite ou um bom dia a todos.

Bom regresso a casa.

Eram 6 horas e 30 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Contra a injustiça fiscal, por uma tributação justa ao serviço de um Portugal democrático e soberano - n.º 123/X - n.º 686/XII

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 11 – 24

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 12-15.

2 – Proposta de Lei:

Assunto: Procede à nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto- n.º 124/X - n.º 259/XII

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 11 – 21

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 12-15.

3 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Que define as entidades responsáveis para a emissão de certificados de origem dos produtos do setor vitivinícola - MAM - (Reg. DL 478/2014 - n.º 136/X

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 11 – 21

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 12-03.

4 – Petição:

Assunto: Exposição - Gasóleo agrícola – n.º 33/X

Proveniência: José Eduíno Pinheiro

Data de Entrada: 2014 – 11 – 18

Comissão: Economia

Aguarda Admissibilidade.

5 – Requerimentos:

Assunto: [Bairro de Santa Rita – Praia da Vitória](#)

Autores: Judite Parreira, António Ventura e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 11 – 21

Referência: 54.03.03 – N.º 340/X.

. 6 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Ação social escolar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 11 – 25

Referência: 54.06.02 – N.º 321/X.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Marcha Nacional pelo Emprego, Salários e Pensões, Direitos e Serviços Públicos - Derrotar o Governo. Rutura com a política de direita!.

Autor: União de Sindicatos da Horta

Entrada: 2014 – 11– 21;

Assunto: Envio da publicação "Situação Socioeconómica 2013

Autor: Direção Regional de Planeamento e Fundos Estruturais

Entrada: 2014 – 11– 24;

Assunto: Renúncia ao mandato de deputado eleito nas listas do CDS-Partido Popular pelo círculo eleitoral de compensação, motivado por razões de índole pessoal e projetos profissionais

Autor: Francisco José Ferreira Silva

Entrada: 2014 – 11– 24.

8 – Relatórios:

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Maria da Graça Oliveira Silva](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014.11.26;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014.11.24;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014.11.24;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014.11.25.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco